

# RELATÓRIO & CONTAS

2025



# ÍNDICE

<b>05</b>	<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>60</b>	<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>
<b>08</b>	<b>Contexto, cronologia e destaques</b>	<b>61</b>	<b>Demonstrações Financeiras</b>
<b>15</b>	<b>Estratégia</b>	<b>67</b>	<b>Anexo às Demonstrações Financeiras</b>
<b>21</b>	<b>Governo Interno</b>	<b>137</b>	<b>Resumo do Relatório de Autoavaliação dos Sistemas de Controlo Interno</b>
<b>39</b>	<b>Negócio</b>	<b>142</b>	<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>
<b>56</b>	<b>Visão Patrimonial e Financeira</b>	<b>146</b>	<b>Certificação Legal de Contas</b>

*Esta página foi propositadamente deixada em branco.*



## MENSAGEM DO PRESIDENTE



### **António Maio**

Presidente do  
Conselho de Administração

O ano de 2025 foi, como têm de resto sido os últimos, um ano de enormes desafios, num contexto, cada vez mais marcado por conjuntura de instabilidade, decorrente, em grande medida, das tensões geopolíticas, com repercussões no contexto global, mas também de forma muito real, no contexto europeu, com as naturais consequências na realidade nacional e da nossa Região Autónoma.

A esta realidade acrescem ainda as complexidades quotidianas da vida de uma instituição bancária com a dimensão da CEMAH: hoje este é um setor cada vez mais exigente, com uma regulamentação bastante robusta que nem sempre atende às especificidades das pequenas instituições, nem as isenta de muitos dos requisitos previstos. A par dessa realidade, somos também chamados a acompanhar de forma constante os desenvolvimentos tecnológicos, que aportam grande vantagem, é certo, mas que representam também grandes desafios e elevado esforço financeiro: a transformação digital não é feita sem investimento, nem (e talvez este seja um fator ainda mais relevante) sem a capacidade de nos adaptarmos a novas realidades, que hoje evoluem a um ritmo estonteante e nos deixam com a sensação de que nunca as conseguimos acompanhar – Porém, sabemos que este é um esforço em que temos de nos empenhar: os nossos clientes são hoje cada vez mais exigentes e, para além da comodidade, a presença e a proximidade são prioridades, mesmo que à distância. Em simultâneo, torna-se, também, cada vez mais premente atender ao tema da sustentabilidade, que hoje se materializa na necessidade de cumprir requisitos e objetivos muito concretos.

Sem prejuízo das vicissitudes deste contexto, a CEMAH continuou a demonstrar a sua capacidade de resiliência e robustez, enquanto instituição, trabalhando no sentido de acompanhar as evoluções do mercado, como os resultados alcançados demonstram.

2025 foi marcado pelo início de mais um mandato dos órgãos sociais da CEMAH, para o triénio 2025-2027, que, perspetivando o que pretendem para o futuro próximo da Instituição, promoveram a revisão do seu Plano Estratégico, para o horizonte 2026-2028, orientado pela visão: “CEMAH, o banco com história e de olhos postos no futuro”. Sob a égide deste plano, com 4 eixos estratégicos, 4 objetivos estratégicos e 13 iniciativas para os concretizar, a Instituição continuará a consolidar a sua posição de referência na Região Autónoma dos Açores, facto inseparável da sua existência, por ser uma instituição com centro de decisão na região e presença física em 6 das 9 ilhas do arquipélago (acrescendo, ainda, um Balcão na cidade do Porto), numa era em que os Açores são fustigados por uma crescente desertificação bancária, mas onde as SI (*Significant Institutions*) marcam importante presença nos principais centros urbanos, onde, naturalmente, o negócio é mais apetecível.

Foi um ano de transformação: a CEMAH iniciou a sua atividade em território continental, na sequência da abertura do Balcão do Porto, cuja atividade se iniciou ainda em dezembro de 2024, mas que apenas foi inaugurado formalmente em fevereiro de 2025. Sem prejuízo do início da atividade na cidade do Porto se ter revelado algo “tímido”, destacam-se os esforços encetados para garantir que este espaço e os recursos humanos da equipa deste Balcão se encontram alinhados com a imagem e abordagem da CEMAH, mantendo-as coesas e transversais, mesmo apesar da distância. Foi também um ano de continuação de aposta no desenvolvimento das aplicações e sistemas da CEMAH. O projeto de implementação de um novo *core* continuou a requerer uma abordagem e acompanhamento transversais aos vários departamentos da Instituição, contando agora com uma equipa dedicada ao tema a tempo inteiro, com vista a garantir uma maior eficiência do processo. Tendo sido já concluída a 1ª etapa do PWT (*Program Walkthrough*), estamos a refletir com a ajuda de consultadoria técnica especializada se a continuidade do projeto, nos moldes inicialmente previstos, está de acordo com as expectativas das vantagens esperadas, quer na prossecução do negócio, quer na manutenção de um sistema de controlo interno eficaz ou se teremos de evoluir num rumo diferente, mas sempre norteado pelo objetivo inicial de melhorar a solução informática de suporte ao negócio e a toda a atividade da instituição.

Contextualizado o cenário que caracterizou a atividade da CEMAH, no ano de 2025, cumpre apresentar as suas demonstrações financeiras, sendo de ressaltar, os seguintes indicadores:

1. um Resultado Líquido do Exercício de 3.700 milhares de euros;
2. um Rendimento Integral do Período de 3.721 milhares de euros;
3. um rácio de capital de 20,35%, mas que, com a incorporação de resultados, passará a ser de 21,99% (o rácio regulamentar é de 15,50%);
4. uma margem financeira de 12.971 milhares de euros, resultando num decréscimo de 22,50% face a 2024;
5. um contributo da carteira própria para o produto bancário de 5.337 milhares de euros, 21,53% inferior ao registado em 2024, em consequência do contexto de descida de taxa de juro nos mercados financeiros.

São, ainda, de destacar os volumes das carteiras de depósitos de clientes e de crédito bruto concedido, que a 31 de dezembro de 2025 eram, respetivamente, de 512.851 milhares de euros e de 270.623 milhares de euros (2024: 468.927 milhares de euros e de 258.374 milhares de euros), revelando assim uma apreciada dinâmica comercial. O nível de colateralização da carteira de crédito registou uma evolução bastante positiva, situando-se atualmente em 82,96%.

Ao nível do comissionamento ressalva-se que este representa cerca de 20,80% do produto bancário, tendo registado um aumento, de cerca de 164 milhares de euros, face a período homólogo. Do total de 3.158 milhares de euros de proveitos com comissões, 454 milhares de euros dizem respeito à comissão de manutenção de conta, implementada em setembro de 2020.

O nível de imparidade e provisões para crédito continuou a registar um nível de registo de acordo com expectativas realistas de recuperação do crédito mais problemático, o qual tem tido uma evolução favorável, permitindo alguma redução do nível de imparidade, no que temos estado alinhados com todas as orientações legais e do nosso auditor externo. Já no que concerne à carteira de imóveis detidos para venda, a CEMAH apresenta um valor líquido de 468 milhares de euros, com taxa de cobertura de 33,34%, também com uma evolução muito favorável.

De realçar que em 2025 foi liquidado o empréstimo subordinado, no valor de 1.750.000 euros, por já não se justificar como reforço de capitalização, permitindo assim um alívio significativo dos encargos financeiros.

Estes indicadores de performance representam a confiança na Instituição e o seu contributo para o financiamento e crescimento da economia regional.

Com o mandato iniciado neste ano, a CEMAH continuará a priorizar a rentabilidade da Instituição, apostando no desenvolvimento do negócio e atividade comercial e salvaguardando também os interesses dos seus dois acionistas, bem como os dos seus clientes – cujas necessidades e satisfação são a sua principal premissa.

A CEMAH continuará, igualmente, a procurar posicionar-se da melhor forma possível para evoluir e enfrentar os desafios atuais, assim como aqueles que venham a surgir, mantendo, porém, centrais aqueles que foram sempre os seus valores: ser agente dinâmico da economia social, promover a proximidade, o acesso de todos os clientes aos serviços bancários, cumprir de forma integral as boas práticas de uma gestão sã e prudente e assegurar o respeito pelos legítimos interesses das suas entidades acionistas.

Finalmente, cumpre referir que, em linha com o que aconteceu no ano anterior, a CEMAH considera encontrarem-se reunidas as condições necessárias à distribuição de dividendos aos acionistas, face aos resultados de 2025.

Em suma, a CEMAH continua motivada para enfrentar desafios, reinventando-se, mas mantendo aquela que sempre foi a nossa premissa: servir os nossos clientes com transparência e proximidade, não descurando o nosso papel de apoio à economia social.

Concluo com uma palavra de agradecimento, em primeiro lugar, aos nossos acionistas, a SCMAH, na pessoa do Sr. Provedor, Dr. António Bento Barcelos, pelo permanente apoio a esta Instituição, mesmo nos períodos mais desafiantes da nossa atividade e à ABF, na pessoa do Sr. Presidente do Conselho de Administração, Dr. Carlos Jorge Azevedo Silva, cuja colaboração tem sido incedível; aos colegas do Conselho de Administração, sempre comprometidos com a prossecução de todos os objetivos desta Instituição, mas também com a garantia de uma gestão sã e prudente da Instituição, que sempre tem caracterizado a atuação deste órgão; ao Conselho Fiscal, pela sua eficiência e importante desafio do órgão de administração, que muito contribuiu para a melhoria do desempenho da Instituição; e aos nossos colaboradores, pelo continuado esforço e dedicação à nossa CEMAH, pois sem eles não estaríamos hoje prestes a celebrar 130 anos de história, no próximo dia 26 de abril.

Agradeço, também, ao Regulador, ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, aos consultores, às entidades oficiais e a todos os nossos parceiros, por mais um ano de colaboração, que muito contribuiu para o robustecimento desta nossa Instituição e que nos permite, hoje, estar na melhor posição possível para poder servir os nossos clientes.

Deixo uma última (e a mais importante) palavra de agradecimento a estes, os nossos clientes, cuja confiança permanente, mesmo em tempos desafiantes, nos permite assumirmo-nos como uma instituição de referência desta Região. Renovamos o nosso compromisso para convosco: continuaremos sempre a privilegiar a transparência, solidez e rigor, que sempre nos caracterizaram, e a assegurar a prestação de um atendimento personalizado e de qualidade, que só a proximidade aos nossos clientes permite.

António Maio

Angra do Heroísmo, 10 de março de 2026



## CONTEXTO, CRONOLOGIA E DESTAQUES

### Janeiro

- “VII Edição do Concerto de Ano Novo”, Igreja da Misericórdia, Angra do Heroísmo

### Fevereiro

- Reunião de Gerentes
- Inauguração Balcão do Porto

### Março

- Assembleia Geral Ordinária para Aprovação de Contas 2024

### Abril

- Reunião Anual do Banco de Portugal com o Sector Bancário
- 129º aniversário da CEMAH
- 1º Encontro Corporativo CEMAH

### Maio

- Reunião de Gerentes
- Reunião da Gestão de Topo

### Junho

- Participação na Feira Agroter 2025

### Julho

### Agosto

### Setembro

### Outubro

- Reunião de Gerentes
- Workshop de preparação do Plano Estratégico da CEMAH 2026-2028

### Novembro

- Participação na 1ª edição do Prémio Literário Vitorino Nemésio, iniciativa da ALRAA
- Participação na 5ª edição do Prémio José Inácio Cardoso, iniciativa da CCI AH

### Dezembro

- Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da CEMAH - com Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais

# INDICADORES RELEVANTES

		2025	2024	Var %
<b>Dimensão</b>	Ativo Líquido (m.euros)	563 616	518 634	8,67%
	Colaboradores Ativos	136	136	0,00%
	Balcões	15	15	0,00%
<b>Atividade</b>	Crédito bruto a clientes (m.euros)	270 623	258 374	4,74%
	Recursos de clientes (m.euros)	514 222	470 039	9,40%
<b>Capital</b>	Rácio de Fundos Próprios Totais	20,35%	18,44%	10,36%
	Tier I	20,35%	17,44%	16,69%
	Rácio <i>Common Equity Tier I</i> (CET I)	20,35%	17,44%	16,69%
<b>Qualidade de Crédito</b>	Rácio de NPL [1]	3,94%	5,25%	-24,95%
	Imparidade/Exposição Total	2,47%	3,25%	-24,00%
<b>Rendibilidade</b>	Produto Bancário (m.euros)	15 187	18 198	-16,55%
	Resultado Líquido (m.euros)	3 700	5 827	-36,51%
	Resultado Líquido/Ativo líquido	0,66%	1,12%	-41,58%
	Resultado Líquido/Ativo líquido médio	0,68%	1,16%	-40,89%
	Produto Bancário/Ativo líquido	2,69%	3,51%	-23,21%
	Produto Bancário/Ativo líquido médio	2,81%	3,61%	-22,31%
	Resultado Líquido/Capitais próprios [2]	8,56%	14,37%	-40,48%
	Resultado Líquido/Capitais próprios médios [2]	8,83%	15,52%	-43,09%
<b>Eficiência</b>	<i>Cost-to-income</i>	71,68%	56,50%	26,88%
	Custos com o pessoal/Produto bancário	35,80%	28,85%	24,10%
<b>Transformação Liquidez</b>	Rácio de transformação	51,24%	53,00%	-3,33%
	Rácio de empréstimos e adiantamentos face a depósitos (apenas para sociedades não financeiras e particulares) [2]	50,94%	53,13%	-4,13%
	<i>Liquidity Coverage Ratio</i> [3]	415,70%	429,21%	-3,15%
	<i>Net Stable Funding Ratio</i> [3]	199,59%	197,91%	0,85%

Indicadores calculados de acordo com a versão em vigor da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

[1] Do inglês, *Non-Performing Loans*.

[2] Indicadores cuja fórmula de cálculo foi atualizada pela Instrução n.º 17/2025 do Banco de Portugal. Para efeitos de comparabilidade da informação, foram recalculados os indicadores para 2024 de acordo com as novas fórmulas de cálculo.

[3] Não traduzido, por se tratar de um conceito regulamentar, comumente aceite, na mensuração da cobertura e sustentabilidade dos níveis de liquidez.

# CONTEXTO MACROECONÓMICO

## Global

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação do processo de desinflação iniciado em 2023, ainda que com ritmos diferenciados entre as principais economias. Na Área do Euro, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) médio situou-se em 2,1%, valor inferior aos 2,4% registados em 2024 e bastante abaixo dos 5,4% observados em 2023 e dos 8,4% de 2022, ano em que foi atingido o máximo do ciclo inflacionista recente. Para o triénio seguinte, as projeções apontam para valores próximos do objetivo de estabilidade de preços, estimando-se taxas médias de inflação de 2,0% em 2026 e 2,1% em 2027, ancorando as expectativas de médio prazo no referencial de 2% definido pelo Banco Central Europeu.

Apesar da progressiva normalização da inflação, os efeitos acumulados da política monetária restritiva implementada entre dezembro de 2021 e setembro de 2023 continuaram a fazer-se sentir sobre a economia real ao longo de 2025, sobretudo ao nível do investimento e do crédito. O crescimento económico da Zona Euro manteve-se moderado, com uma taxa de variação média anual do PIB estimada em cerca de 1,0%, após os 0,7% registados em 2024. As maiores economias europeias apresentaram desempenhos diferenciados, com a Alemanha a registar crescimento marginalmente positivo, enquanto países como Espanha e Portugal mantiveram ritmos superiores à média europeia.

Acompanhando a evolução favorável da inflação, o BCE prosseguiu em 2025 o ciclo de descida gradual das taxas de juro iniciado em junho de 2024. Ao longo do ano foram efetuadas quatro reduções de 25 pontos-base, conduzindo a taxa da facilidade permanente de depósito para valores próximos de 2% no final de 2025, após o máximo histórico de 4,0% que vigorava em final de 2024. A comunicação da política monetária manteve-se prudente, sublinhando a dependência dos dados económicos e a necessidade de evitar uma reativação de pressões inflacionistas, sobretudo nos serviços e nos salários.

O comércio internacional apresentou sinais de recuperação moderada em 2025, após o abrandamento observado em 2023 e 2024, ainda condicionado pela persistência de tensões geopolíticas e pelo reforço de políticas protecionistas em várias regiões do mundo. Os conflitos no Leste da Europa e no Médio Oriente continuaram a representar fatores de risco relevantes para os mercados energéticos e para as cadeias de abastecimento globais, contribuindo para episódios de volatilidade nos preços das matérias-primas.

Paralelamente, verificou-se um reforço do investimento em áreas estruturais, nomeadamente na transição energética, na digitalização e na inteligência artificial, com impacto gradual na produtividade das economias mais avançadas. Estes fatores coexistiram, contudo, com um enquadramento financeiro ainda relativamente restritivo para empresas e famílias.

Para 2026, o enquadramento global apresenta desafios significativos. Apesar de se antecipar a manutenção de taxas de inflação próximas do objetivo dos bancos centrais e a continuação da normalização gradual da política monetária, subsistem riscos associados a novos choques geopolíticos, à fragmentação do comércio internacional e à possibilidade de ressurgimento de pressões inflacionistas, sobretudo nos serviços. Acrescem ainda os desafios relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas em várias economias desenvolvidas, num contexto de crescimento moderado e de maior custo do serviço da dívida.

## Nacional

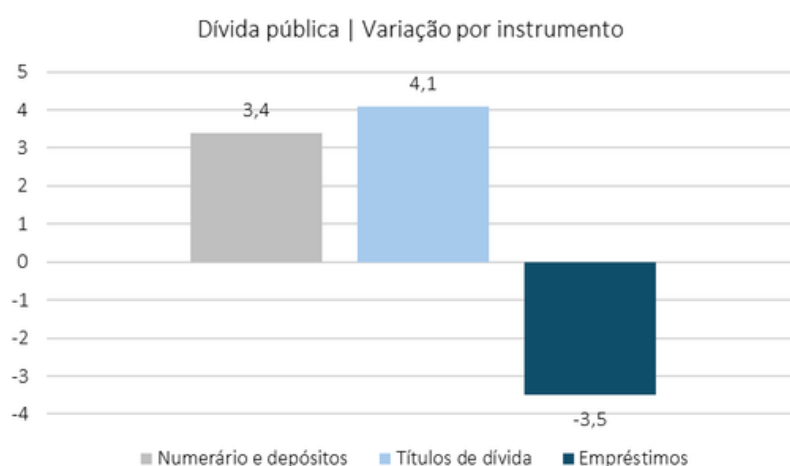
A economia portuguesa apresentou em 2025 um crescimento moderado, embora superior à média da Zona Euro. O Produto Interno Bruto registou uma taxa de variação real estimada em cerca de 1,9%, mantendo assim o valor observado em 2024. O contributo da procura interna manteve-se positivo, suportado sobretudo pelo consumo privado, beneficiando da recuperação do poder de compra das famílias resultante da desaceleração da inflação. Em contrapartida, o investimento evidenciou alguma desaceleração, refletindo ainda os efeitos do nível elevado das taxas de juro reais.

O contributo da procura externa líquida manteve-se reduzido, num contexto de menor dinamismo dos principais parceiros comerciais europeus. O setor do turismo continuou a assumir um papel relevante na economia nacional, embora a um ritmo de crescimento inferior ao observado no período imediatamente pós-pandemia.

A inflação acompanhou a tendência europeia, fixando-se em média anual em torno dos 2,2%, após os 2,4% registados em 2024 e os 4,3% de 2023. A inflação subjacente manteve-se mais persistente, sobretudo nos serviços, refletindo a evolução dos salários e os custos associados à atividade turística.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se em cerca de 6% no final de 2025, mantendo-se próxima dos valores observados em 2024 (6,4%). A população empregada apresentou um crescimento moderado, enquanto a taxa de desemprego jovem (16 a 24 anos) permaneceu elevada, em torno dos 20%, configurando um desafio estrutural.

Apesar do aumento de cerca de 4 mil milhões de euros da dívida pública durante o ano de 2025, manteve uma trajetória descendente em percentagem do PIB, situando-se em torno dos 89,7%, após os 93,6% registados no final de 2024. A variação nominal positiva refletiu a execução orçamental e as necessidades de financiamento do Estado, ainda que mitigada pelo crescimento nominal da economia. Veja-se a variação do valor da dívida por instrumento:



Fonte: Bpstat

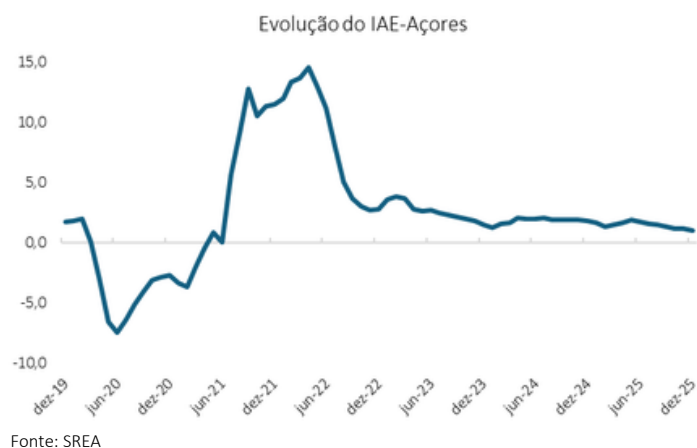
A execução do Plano de Recuperação e Resiliência continuou a desempenhar um papel central no investimento público e privado, com impactos relevantes nas áreas da transição energética, da digitalização e da habitação, persistindo, contudo, desafios associados à capacidade administrativa e à calendarização dos projetos.

Para 2026, o enquadramento económico nacional enfrenta desafios adicionais associados à reconstrução das zonas afetadas pelos episódios de intempérie ocorridos no final de 2025 e início de 2026. A necessidade de reabilitação de infraestruturas públicas, habitação e equipamentos produtivos implicará um esforço acrescido de investimento público e privado, com impactos potenciais nas finanças públicas, na execução dos fundos europeus e na atividade de setores como a construção e os serviços associados, reforçando igualmente a importância das políticas de adaptação às alterações climáticas em Portugal.

## Regional e Idiossincrático

A economia da Região Autónoma dos Açores manteve em 2025 uma trajetória de crescimento moderado, apoiada sobretudo na atividade turística e no setor dos serviços. Em termos reais, o último valor conhecido para o crescimento do PIB refere-se a 2024, situando-se em 2,3%. De acordo com os indicadores regionais, o Indicador de Atividade Económica [4] (IAE-Açores) apresentou uma variação média homóloga próxima de 1%, após os 1,9% registados em dezembro de 2024, mantendo-se próximo dos níveis observados no período pré-pandemia. Veja-se a evolução do IAE desde então:

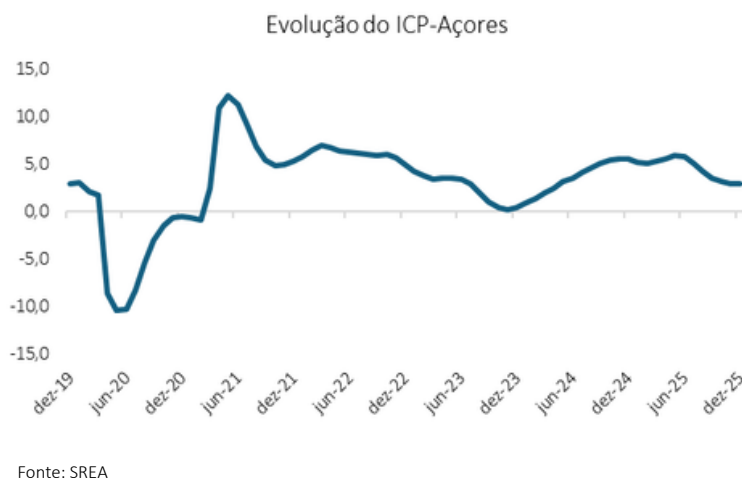
[4] O IAE-Açores é um indicador composto coincidente, construído para acompanhar a evolução do estado geral da economia regional no curto prazo, a partir de séries de referência escolhidas como proxy da atividade económica regional. Os dados apresentados neste Destaque são valores ajustados da sazonalidade, calibrados pela variação do PIB e alisados pelo método de médias móveis de 3 meses.



O setor do comércio, transportes, alojamento e restauração continuou a assumir um papel central na criação de valor regional, mantendo-se igualmente relevante o contributo da agricultura e das pescas para o Valor Acrescentado Bruto da Região.

A taxa de inflação média dos Açores situou-se em cerca de 2,1% em 2025, após os 2,03% registados em 2024 e os 4,85% observados em 2023. As classes que apresentaram maiores variações médias positivas foram Restaurantes e hotéis, Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e Transportes. A inflação subjacente [5] fixou-se em torno dos 3,8%, evidenciando alguma persistência nos preços dos serviços.

O Indicador do Consumo Privado [6] (ICP-Açores) registou uma variação homóloga positiva próxima de 3%, refletindo o aumento da despesa das famílias, em particular nos bens não duradouros e nos serviços associados ao turismo. Em sentido inverso, verificou-se alguma contenção no consumo de bens duradouros, designadamente no mercado automóvel.



No mercado de trabalho regional, a taxa de desemprego situou-se em cerca de 5,1%, inferior aos 5,4% registados em 2024. A taxa de atividade aumentou para valores próximos de 62%, enquanto a população empregada apresentou um crescimento homólogo em torno de 4,0%, com maior incidência no setor terciário.

A execução do PRR-Açores continuou a assumir relevância para o investimento público regional, com impacto nas áreas da mobilidade, habitação, transição energética e modernização administrativa, contribuindo para o reforço da capacidade produtiva da Região.

O contributo da procura externa líquida manteve-se reduzido, num contexto de menor dinamismo dos principais parceiros comerciais europeus. O setor do turismo continuou a assumir um papel relevante na economia nacional, embora a um ritmo de crescimento inferior ao observado no período imediatamente pós-pandemia.

[5] Inflação total, excluindo os produtos alimentares não transformados e os produtos energéticos, com o objetivo principal de eliminar algumas das componentes mais expostas a "choques" temporários.

[6] O ICP-Açores é um indicador coincidente, divulgado mensalmente, com um prazo médio de 45 dias sobre a realidade económica a que respeita. O valor divulgado é uma média móvel ponderada e centrada de 7 meses das taxas de variação homóloga do indicador do consumo, calculado em volume. Assim, a análise do seu andamento é feita em termos reais e homólogos. As médias móveis permitem efetuar um alisamento das séries, eliminando parte dos movimentos irregulares, de forma a evidenciar as tendências.

## Sectorial

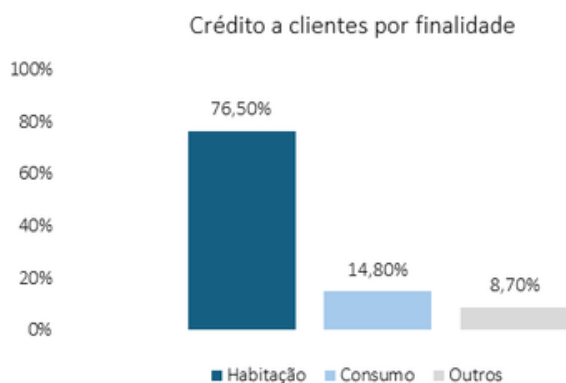
O sistema bancário português apresentou em 2025 uma evolução globalmente favorável, refletindo a estabilização do enquadramento macroeconómico e os efeitos acumulados da política monetária restritiva implementada nos anos anteriores. De acordo com os relatórios sectoriais da Associação Portuguesa de Bancos (APB), o setor manteve níveis elevados de rentabilidade.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) permaneceu em valores significativamente superiores à média observada no período pré 2023, refletindo a conjugação entre taxas de juro ainda relativamente elevadas durante grande parte do ano e a melhoria da eficiência operacional. Em paralelo, o rácio *cost-to-income*, apesar de um ligeiro crescimento face ao período homólogo (41,7% no final do 3º trimestre de 2025), manteve-se em valores historicamente baixos, associados à digitalização de processos, à racionalização das redes físicas e à simplificação organizacional.

No domínio da solvabilidade, o setor bancário manteve uma posição robusta. O rácio *Common Equity Tier 1 (CET1)* consolidou-se em torno de 17,7%, enquanto o rácio de solvabilidade total permaneceu acima de 20,5%, situando-se confortavelmente acima dos requisitos regulamentares. O rácio de alavancagem manteve-se igualmente superior aos limiares mínimos exigidos, evidenciando uma estrutura de balanço prudente e resiliente.

A qualidade dos ativos continuou a apresentar uma evolução favorável, com o rácio de crédito não produtivo (NPL) a manter-se em níveis historicamente baixos (2,3% em setembro de 2025). Esta dinâmica refletiu a recuperação económica, a melhoria da capacidade financeira das famílias e das empresas e uma política de concessão de crédito mais prudente por parte das instituições. O custo do risco permaneceu controlado, apesar de um contexto ainda marcado por incerteza geopolítica e por crescimento económico moderado.

A atividade de crédito registou uma evolução contida ao longo de 2025. O crédito às empresas beneficiou do dinamismo de setores como o turismo, a construção e os serviços, bem como da execução dos programas financiados por fundos europeus, em particular o Plano de Recuperação e Resiliência. O crédito à habitação evidenciou sinais de recuperação gradual face ao abrandamento observado em 2023 e 2024, acompanhando a descida progressiva das taxas de juro e a estabilização do mercado imobiliário. Em contraste, manteve-se alguma prudência na concessão de crédito ao consumo, refletindo a necessidade de preservar a qualidade das carteiras e de mitigar riscos associados ao endividamento das famílias. Veja-se abaixo a distribuição do crédito a clientes por finalidade:



Os depósitos de clientes continuaram a constituir a principal fonte de financiamento do sistema bancário, mantendo uma estrutura estável e diversificada. Verificou-se, contudo, uma maior concorrência na remuneração dos depósitos, num contexto de maior sensibilidade dos clientes às condições oferecidas e de crescente mobilidade bancária. Esta evolução reforçou a importância da gestão ativa da base de clientes e da diferenciação da oferta de produtos financeiros.

Paralelamente, o setor prosseguiu o investimento em transformação digital, cibersegurança e inovação tecnológica, com impactos relevantes na eficiência operacional e na qualidade do serviço prestado. A crescente utilização de canais digitais contribuiu para a redução dos custos estruturais e para a agilização dos processos, ao mesmo tempo que colocou novos desafios em matéria de proteção de dados e resiliência tecnológica.

No plano regulatório, manteve-se um enquadramento exigente, associado às normas europeias em matéria de capital, liquidez, governação e sustentabilidade. A integração progressiva dos critérios ESG na atividade bancária implicou ajustamentos organizacionais e investimentos adicionais, condicionando parcialmente os custos operacionais no curto prazo, mas contribuindo para o reforço da transparência e da solidez do sistema financeiro.

Para 2026, o setor bancário português enfrenta um conjunto de desafios estruturais e conjunturais. A normalização da política monetária poderá exercer pressão sobre a margem financeira e influenciar a procura de crédito, num contexto de crescimento económico moderado. Acrescem os desafios associados à transição digital, à adaptação aos requisitos de sustentabilidade e ao aumento da concorrência, tanto por parte de instituições tradicionais como de novos operadores financeiros. Neste enquadramento, a preservação da rentabilidade, a manutenção de níveis elevados de capital e a gestão prudente do risco assumem-se como fatores determinantes para a estabilidade e competitividade do sistema bancário em 2026.

Adicionalmente, a persistência de focos de instabilidade geopolítica, em particular o conflito no Médio Oriente, poderá introduzir fatores adicionais de incerteza nos mercados internacionais, com potenciais impactos na volatilidade dos preços da energia, nas expectativas de inflação e consequentemente na trajetória das taxas de juro, condicionando a evolução dos mercados financeiros e da atividade económica em geral.



# ESTRATÉGIA

## PLANO ESTRATÉGICO 2023-2025

O processo de planeamento estratégico da Instituição, concretizado em junho de 2022, trouxe uma redefinição da visão da Instituição, numa concretização natural da sua forma de atuação, inclusiva e persistente, ainda que se mantendo a sua missão secular e valores intrínsecos à sua atuação:

### MISSÃO

Criação de valores para o **cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.**

Missão de **solidariedade**, ao garantir o **acesso ao sistema financeiro de clientes considerados como “não rentáveis”** pelos critérios utilizados pela generalidade da banca, contribuindo, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.



### VISÃO

**CEMAH, o banco de todos, sempre presente.**



### VALORES

**Solidez**  
**Confiança**  
**Rigor**  
**Solidariedade**



O Plano Estratégico 2023-2025 encontra-se suportado em 5 (cinco) eixos estratégicos, concretizados em 19 iniciativas, tendo em vista a persecução de 5 (cinco) objetivos:

### **Aposta no crescimento sustentável por via de ganhos de escala**

Promoção de ganhos de escala e entrega de valor através da expansão da oferta e do serviço prestado ao cliente

### **Foco no capital humano como pilar fundamental**

Promoção de práticas de gestão de talentos com vista à captação e retenção dos mesmos e otimização da estrutura organizacional

### **Transformação digital focada na eficiência e na melhoria da experiência do cliente**

Implementação de ferramentas e automatismos que permitam a eficiência e melhoria da experiência do cliente

### **Robustecimento das práticas de gestão de ativos e passivos**

Incorporação de visão de gestão integrada de ativos e passivos e redução de exposição a ativos não produtivos

### **Atuação para a transição ESG**

Disseminação de uma cultura de gestão de risco e *compliance*, e concretização dos princípios de ESG na gestão de negócio e dinamização social e ecológica

Dos eixos e iniciativas identificados, foi dado enfoque a 5 *Bold Steps*, considerando a prioridade que esses representam, no horizonte 2025, por se configurarem como pilares operacionais fundamentais para garantir o sucesso da persecução e execução da estratégica no curto e médio prazo:



Definição da estratégia comercial e *go-to-market* para diferentes mercados alvo



Definição da estratégia de comunicação para reforço do posicionamento e notoriedade da marca CEMAH



Adaptação da estrutura organizacional em função da implementação do *core* e da restante transformação digital



Fomento da cultura e comunicação organizacional



Incorporação da visão de gestão integrada de ativos e passivos na tomada de decisão



### Rácio de capital total

Objetivo >15,25%

Alcançado 20,35%



### Rácio de NPL

Objetivo 4,72%

Alcançado 3,94%



### Cost-to-income

Objetivo <75%

Alcançado 71,68%



### Número de novos clientes

Objetivo 7.000

(3.000 em *stand alone* - sem a CEP)

Alcançado 6.448



### Return on Equity (ROE)

Objetivo >4%

Alcançado 8,83%

## Plano Estratégico 2026 - 2028

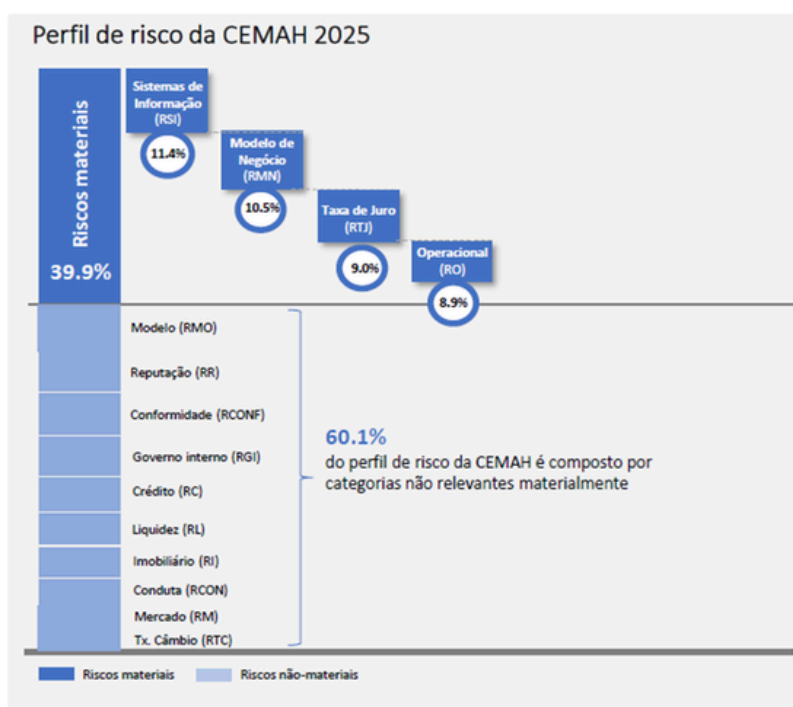
No decorrer de 2025, foi desenvolvido um diagnóstico estratégico integral da CEMAH, abrangendo a performance do produto bancário, eficiência da estrutura de custos e os níveis de rentabilidade, bem como o balanço da execução do plano anterior. Esta análise foi complementada por um mapeamento do ambiente macroeconómico, tendências de digitalização, critérios ESG e o enquadramento regulatório. Com base nestas conclusões, foi aprovado o Plano Estratégico 2026-2028, que define os eixos prioritários e as metas ambiciosas para o próximo triénio.

# FRAMEWORK DE RISCO

Em março de 2025, foi realizado o exercício anual de identificação e avaliação de riscos, o qual tem como ponto de partida a validação do mapeamento de processos e a respetiva validação e confirmação por cada uma das unidades de estrutura responsável pelos mesmos, o levantamento de eventuais fatores de risco adicionais face ao ano anterior, a inventariação de todos os fatores de risco e a avaliação individual da respetiva probabilidade de ocorrência e impacto pelos respetivos *owners* de cada processo, ou pela Gestão de Topo quando se trate de um processo genérico.

O exercício descrito, após a avaliação dos fatores de risco, culmina na obtenção de uma visão global sobre as principais categorias de risco a que a CEMAH se encontra exposta.

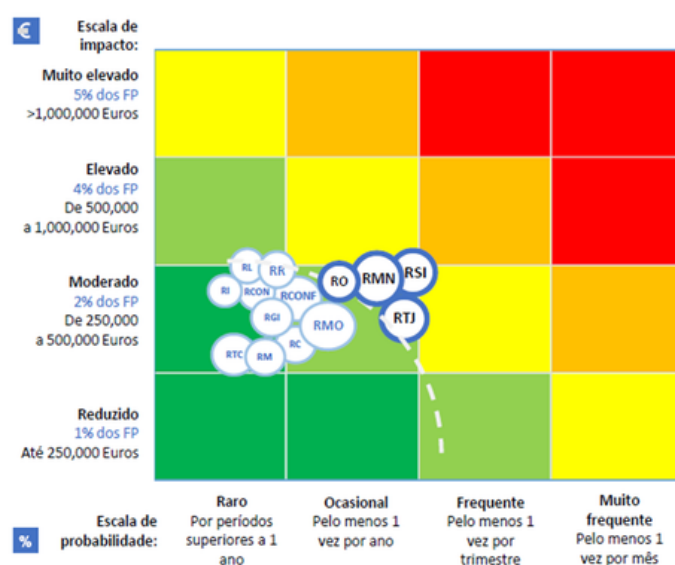
Todos os riscos foram avaliados, de forma sistematizada, quanto à sua probabilidade de ocorrência e impacto, sendo que, daí, resultou o seguinte mapeamento do perfil de risco da Instituição:



No cômputo geral, pode concluir-se que existe uma representatividade idêntica dos riscos materiais face ao verificado em 2024 (39%), mantendo-se os mesmos riscos como materiais, passando o principal risco a ser o de Sistemas de Informação, a par dos riscos Modelo de Negócio, de Taxa de juro e o risco Operacional.

Dessa base, resulta ainda a distribuição das categorias de risco da CEMAH, conforme se ilustra, sendo que, para uma visão do panorama geral, importa elaborar um pouco mais sobre os riscos significativos (ou classificados como materiais):

## Distribuição das categorias de risco da CEMAH 2025



## Risco de Taxa de Juro

No que concerne a esta categoria, desta feita numa visão baseada no risco, importa salientar que se trata de um risco intrínseco à atividade da Instituição e que resulta das carteiras de crédito, depósitos e de investimentos, quer pelas características/perfil de remuneração, rendimento/*cashflow* e maturidade das diversas posições, quer pela pressão sobre a margem financeira (atual ou previsível) decorrente de limitações ao nível da compensação, natural, entre os ativos e os passivos, sujeitos a indexantes já amplamente abordados.

## Risco de Modelo de Negócio

Um dos maiores desafios das instituições atualmente (e não apenas da CEMAH) passa por uma essencial integração entre a gestão financeira, de riscos e de capital, quer por via da crescente complexidade do enquadramento legal/regulamentar, quer pela necessidade de se tomarem decisões de forma cada vez mais célere, num contexto macroeconómico e de mercado de rápida evolução.

Nesse sentido, a CEMAH mantém o objetivo de melhorar continuamente a disponibilidade de informação de qualidade sobre os riscos e capital, fator crítico de sucesso na definição, persecução e acompanhamento da estratégia da Instituição, também para reduzir eventuais restrições significativas à sua execução, como é o caso dos objetivos de redução de Exposições Não Produtivas.

## Risco de Sistemas de Informação

Não negligenciando alguns fatores mais idiossincráticos, todavia não diferentemente da norma do setor, esta categoria continua a representar alguns dos desafios mais materiais, prementes e de difícil resolução por parte das instituições de crédito/financeiras, até pela velocidade com que os sistemas e tecnologias se tornam tão rapidamente obsoletos na sociedade, bem como pelas alterações de paradigma em forma e oferta criadas pelas *fintech* e *big tech*.

Importa referir que o novo quadro legislativo europeu – o *Digital Operational Resilience Act (DORA)* –, o qual procura contribuir para o fortalecimento da resiliência operacional digital das entidades que operam no setor financeiro, garantindo que estas são capazes de resistir e reagir a todos os tipos de perturbações e ameaças relacionadas com as TIC, bem como de recuperar dessas perturbações e ameaças, veio colocar num nível superior as exigências de reforço da capacidade, disponibilidade, integridade, funcionalidade e segurança dos sistemas de informação que suportam a atividade da Instituição, e forçando ao robustecimento das práticas internas a esse nível, designadamente em linha com os preceitos previstos nas Orientações EBA/GL/2017/05 relativas à avaliação do risco das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

## Risco Operacional

Totalmente relacionado com o risco anterior, são de considerar as restrições ao nível da estrutura de informação e dados, que podem apresentar limitações ao desenvolvimento e das atividades de negócio, suporte e controlo da Instituição.

Por outro lado, a Instituição terá de assegurar um adequado planeamento de recursos, dadas as limitações em número e competências, sobretudo a considerarem-se princípios de redundância, dadas as suas características de dimensão e implantação geográfica.

Nos últimos anos o foco regulatório tem aumentando a sua abrangência, com a concentração na noção de resiliência operacional, que ainda que inclua a gestão do risco operacional, vai mais longe nos requisitos de preparação das empresas: além de absorver as perdas financeiras, as Instituições devem fazê-lo com o menor impacto possível nas operações consideradas como mais relevantes (capacidade de executar operações ou serviços durante eventos disruptivos).

## Risco de Crédito

Sendo materializado, por excelência, como o risco de negócio e postos os objetivos estratégicos de crescimento da carteira de crédito, não obstante o reforço de controlos que tem vindo a ser implementado, existe margem e intenção de consolidar a implementação do modelo de acompanhamento e recuperação de crédito.

## Risco de Mercado

Num contexto de mercados financeiros de elevada volatilidade, são enfatizados os fatores de risco típicos, pelo que a qualidade, resiliência e rentabilidade da carteira e a capacidade para proceder ao acompanhamento intensivo e diligente da mesma, trazem à gestão desta categoria de risco uma perspetiva de mitigação.

Reforça-se, contudo, que a gestão da carteira própria da CEMAH está delegada em contrapartes gestoras, de acordo com as políticas, diretrizes e apetência ao risco formalizadas pelo Conselho de Administração da Instituição, assegurando essa o seu acompanhamento agregado e respetivo tratamento financeiro/contabilístico e prudencial.

## Risco de Liquidez

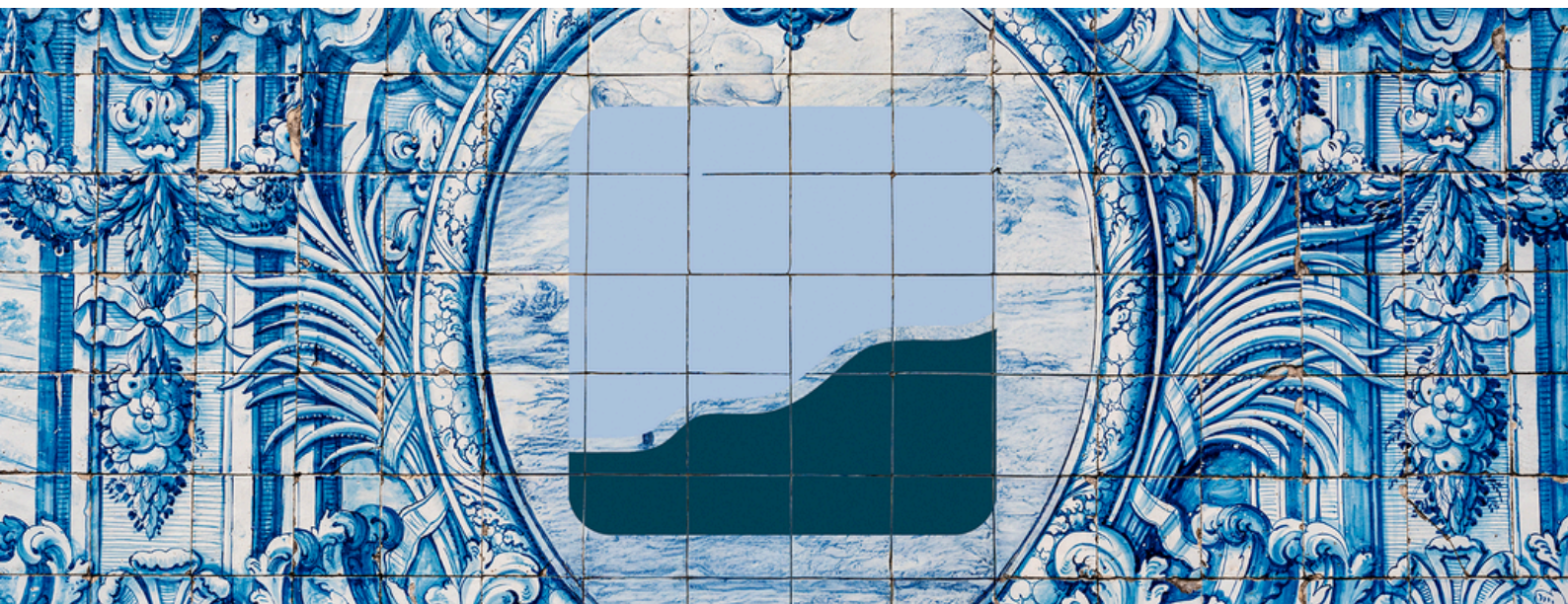
Não obstante o facto de a CEMAH deter uma posição de liquidez muito confortável, a exposição ao risco de liquidez é inerente ao seu modelo de negócio, uma vez que se financia quase exclusivamente por via dos depósitos de clientes. Por via das alterações do contexto de mercado nos últimos anos, o acompanhamento deste risco na Instituição evoluiu em resposta à alteração do contexto de mercado, decorrente da subida das taxas de juro de mercado, tendo sido contratadas linhas de crédito junto de outras instituições financeiras, caso se revele necessária a sua utilização no futuro. Importa referir que se concluiu, por via dos testes de esforço realizados, quer no âmbito do ILAAP, quer ao nível do Plano de Recuperação, que a situação de liquidez da CEMAH é robusta e não implica limitações à atividade.

Uma vez concluído o exercício, bem como decorrente da revisão do Plano Estratégico 2026-2028 e respetivo Plano de Negócios, tornou-se natural a revisão e desenvolvimento do quadro de apetência pelo risco, concretizando-se esse na (re)definição e sistematização dos indicadores e limites de risco que a posição de capital e liquidez da CEMAH tem capacidade de absorver, de acordo com a visão da sua Administração, conforme se apresenta de seguida, e resultando na revisão da Política Global de Gestão do Risco (em vigor a 31 de dezembro de 2025):

Indicadores de apetência	Limite de Risco	Nível de Alerta
Fundos Próprios Totais	14,75%	15,25%
RWA / Ativo Total	37,50%	36,25%
RWA Empresas / Ativo Total	8,50%	7,00%
RWA Elementos Vencidos / Ativo Total	5,55%	4,55%
Taxa de intermediação do Balanço	2,00%	2,25%
Crédito a taxa variável / Total de Crédito	90,00%	85,00%
<i>Investment grade</i> (carteira própria)	95,00%	90,00%
RAI carteira própria	EUR 500.000	EUR 350.000
Rácio de NPL	5,00%	7,42%
Rácio de cobertura de NPL	80,00%	75,00%
Rácio de cobertura de Liquidez	155,00%	120,00%
Rácio de financiamento estável	130,00%	120,00%

Esses encontram-se concretizados na dita política e na respetiva *Risk Assessment Statement (RAS)*, em cujos princípios estratégicos de apetência ao risco preconizam que:

- (i) ao nível da solvabilidade, o cumprimento dos rácios regulamentares e a obtenção/manutenção de almofada mínima de 0,5 p.p.;
- (ii) no que respeita à liquidez, o cumprimento dos rácios regulamentares e manutenção de excedente confortável, contudo, otimizando a sua gestão; e
- (iii) relativamente à rentabilidade, manter a médio/longo prazo um retorno positivo e crescente do capital, ao nível da média do setor e alinhado com a missão de apoiar o desenvolvimento da RAA e cofinanciar a economia social.



## GOVERNO INTERNO

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A., fundada em 1896, é uma Instituição de crédito da espécie caixa económica bancária, enquadrada no âmbito da economia social, que adota a forma de sociedade anónima, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a sua Instituição titular, na medida em que é detentora da maioria das participações e direitos de voto na CEMAH, nos termos da Lei, não obstante a existência de uma nova acionista, na sequência do processo de fusão por incorporação da Caixa Económica do Porto (CEP), A Beneficência Familiar, ABF.

## MISSÃO, VISÃO E VALORES

### Missão

A missão da CEMAH está alicerçada na criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a sua Instituição Titular e acionista maioritária. É, também, no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a sua missão de solidariedade, ao garantir a inclusão de clientes no sistema financeiro, independentemente do preenchimento de critérios mais convencionais de rentabilidade, e contribuir, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

### Visão

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem de ser entendida não como um fator limitador, mas, antes, como um elemento que distingue a estratégia da CEMAH das demais instituições no mercado, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e pelo conservadorismo no seu processo de tomada de decisão que advêm do conhecimento próximo de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto.

### Valores

Solidez \* Confiança \* Rigor \* Solidariedade

# MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo da CEMAH incide numa Assembleia Geral, num Conselho de Administração, num Conselho Fiscal e num Revisor Oficial de Contas, num modelo monista (v.g. modelo “latino reforçado”), sendo estes eleitos para cada mandato de triénio, conforme as composições abaixo apresentadas.

## **Mesa da Assembleia Geral**

Eduardo Barbosa do Couto – Presidente

Duarte Rego Pinheiro – 1.º Secretário

Letícia Borges Silveira – 2.ª Secretária

É da competência da Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, assim como dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

## **Conselho de Administração**

António Gabriel Fraga Martins Maio – Presidente

Maria Laurentina Nunes Mendes – Vice-presidente

Miguel Correia Bendito – Vogal

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio em conformidade com o plano estratégico desenvolvido, materializando a visão e missão da Instituição em objetivos concretos e exequíveis, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e a observância de todos os requisitos legais. É também da sua competência garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

## **Conselho Fiscal**

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro – Presidente

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira – Vogal

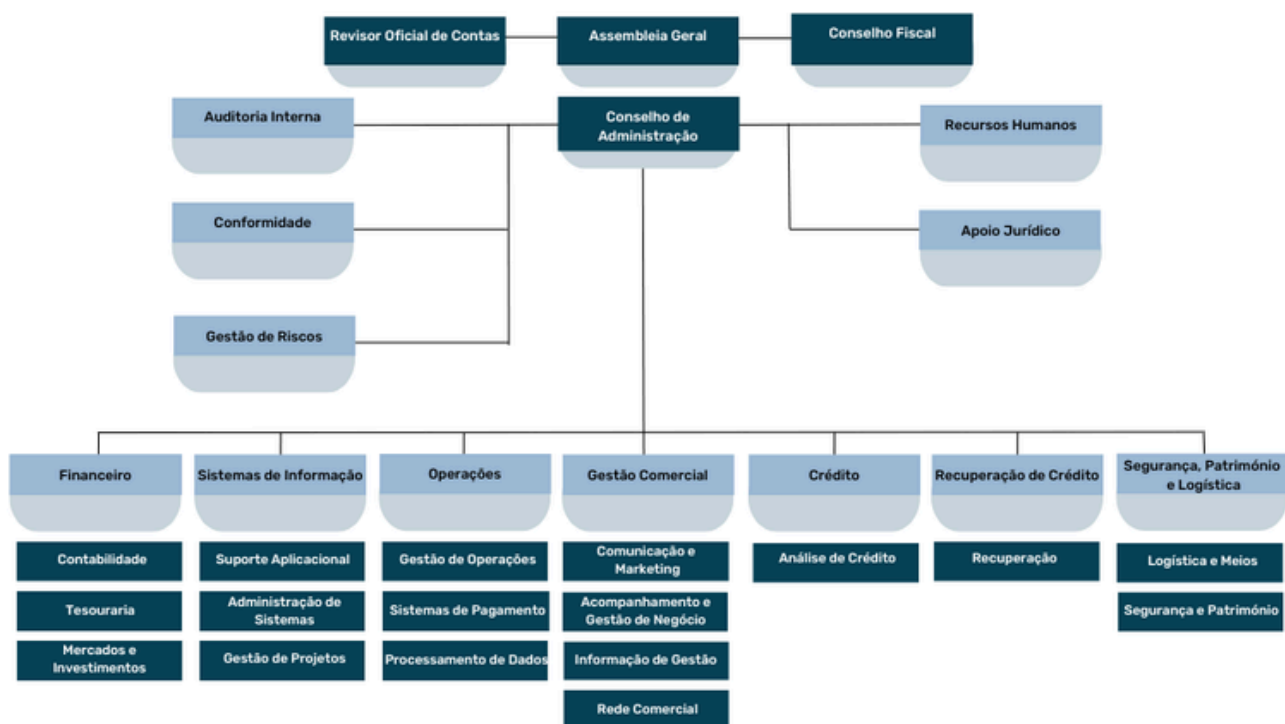
João Guilherme Melo de Oliveira – Vogal

Compete ao Conselho Fiscal a supervisão interna das atividades da CEMAH, em particular a fiscalização da tomada de decisão ao mais alto nível e a verificação do nível de confiança numa gestão sã e prudente da Instituição. Cabe-lhe ainda, nesse âmbito, a pronúncia sobre os atos de gestão mais relevantes, entre outras que tenha por convenientes no âmbito dos poderes e competências instituídos por via legal e estatutária.

## **Revisor Oficial de Contas**

Na Assembleia Geral de 28 de março de 2025, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., foi nomeada para o exercício de um terceiro mandato enquanto Revisor Oficial de Contas efetivo, sendo representada por Paulo Alexandre Rosca Pereira Antunes.

# MODELO ORGÂNICO E FUNCIONAL



# RECURSOS HUMANOS

Com o capital humano definido como um dos pilares estratégicos para o período 2023-2025, ao longo de 2025 foram desenvolvidas diversas iniciativas orientadas para a retenção e desenvolvimento de talento, para o reforço da comunicação interna e para a consolidação da cultura da CEMAH, promovendo simultaneamente o sentimento de pertença.

Neste âmbito, manteve-se o processo sistemático de recolha e monitorização dos níveis de satisfação e envolvimento dos colaboradores, procurando responder às suas expectativas e criando indicadores que permitam acompanhar a evolução ao longo do tempo.

A aposta na comunicação interna traduziu-se no aumento de conteúdos formativos e informativos e no reforço da utilização das plataformas digitais já existentes. A este esforço juntou-se o incentivo à participação em ações de formação e a promoção de encontros internos, cuja regularidade se pretende intensificar. Em conjunto, estas iniciativas criaram novos espaços de partilha de projetos, experiências, aprendizagens e boas práticas.

Considerando as preferências manifestadas por muitos colaboradores e assente na flexibilização e responsabilização das equipas, continuou a ser possibilitado o exercício de funções em regime híbrido ou de teletrabalho — para além das situações previstas na legislação — sempre que a natureza das funções e o desempenho o permitiram.

Em linha com as práticas do setor, foram disponibilizados diversos benefícios aos colaboradores, incluindo a adesão ao cartão refeição, apoios à infância, educação e saúde, bem como seguros de vida e de acidentes pessoais. No âmbito da negociação coletiva, foi procurado o equilíbrio entre os interesses da Instituição e dos colaboradores, traduzindo-se numa melhoria gradual das condições de trabalho, com algumas cláusulas a refletirem aumentos superiores aos fixados no Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário.

O investimento na capacitação das equipas foi significativamente reforçado em 2025, totalizando cerca de 6.000 horas de formação — uma média de 43 horas por colaborador. Os conteúdos incidiram sobretudo nas áreas de ESG, regulamentação e obrigações associadas, cibersegurança, Crédito, Seguros e outros produtos bancários, Finanças, Gestão e Direito, bem como nas áreas de controlo, como Gestão de Riscos, Conflitos de Interesses, Ética e Conduta, Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Auditoria. Este investimento integra a estratégia de desenvolvimento contínuo de competências e de promoção do pleno potencial dos colaboradores.

A 26 de abril de 2025, e no arranque das comemorações dos 130 anos da CEMAH, realizou-se em Angra do Heroísmo o primeiro encontro corporativo da Instituição, que reuniu presencialmente cerca de 80% dos colaboradores num ambiente informal, marcado por atividades de *teambuilding* e de reforço da cultura organizacional.

Estas iniciativas refletem o compromisso contínuo da CEMAH em construir uma organização moderna, coesa e preparada para os desafios futuros, valorizando as suas pessoas como elemento central da sua sustentabilidade. O investimento estratégico no capital humano continuará, assim, a ser um fator determinante para o crescimento da Instituição e para a manutenção de uma cultura forte, colaborativa e alinhada com os seus valores.

Durante 2025 foram admitidos 11 colaboradores, 7 admissões na Rede Comercial (Ribeira Grande, Praia da Vitória, Horta, Ponta Delgada, Guarita e Rua Direita) e Serviços Centrais (Auditoria Interna, Conformidade, Crédito e Sistemas de Informação), compensadas por 9 cessações de contrato de trabalho e 2 reformas).

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos

		2025		2024		Var %
	Rede Comercial	63	46,3%	65	47,0%	-3,1%
	Serviços Centrais	73	53,7%	71	52,2%	2,8%
Género	Feminino	67	49,3%	71	52,2%	-5,6%
	Masculino	69	50,7%	65	47,8%	6,2%
Cargo	Diretor / Chefia	26	19,1%	26	19,1%	-
	Técnico	44	32,4%	44	32,4%	-
	Assistente	66	48,5%	66	48,5%	-
<b>Total</b>		<b>136</b>		<b>136</b>		

### Distribuição Geográfica

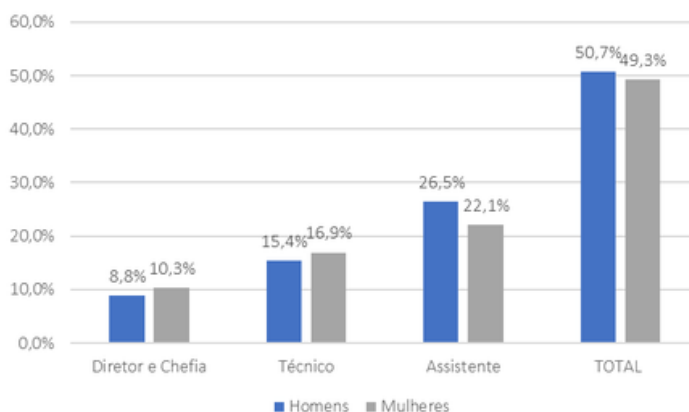
	2025	2024	Var %
Terceira	69,1%*	68,4%*	1,1%
São Miguel	9,6%*	8,8%*	8,3%
São Jorge	4,4%	5,1%	-14,3%
Pico	5,1%	5,1%	-
Faial	4,4%*	4,4%	-
Graciosa	4,4%	4,4%	-
Porto	2,9%*	3,7%*	-20,0%

\*Inclui colaboradores dos Serviços Centrais.

Em dezembro de 2025, a antiguidade média cifrava-se em cerca de 12 anos e a distribuição por género repartia-se de forma muito equilibrada, atestando-se também esse equilíbrio na análise feita às remunerações entre géneros, bem como na distribuição por cargos.

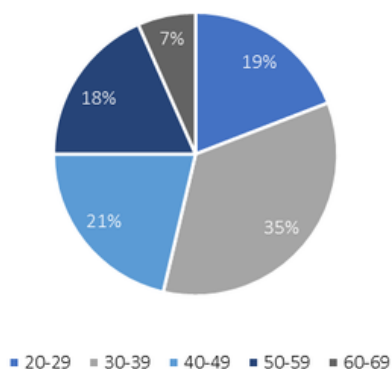
Esta distribuição evidencia os princípios de igualdade de oportunidades e não discriminação e o compromisso da CEMAH com a inexistência de práticas discriminatórias no acesso a funções, na atribuição de responsabilidades e na progressão na carreira.

### Distribuição por género e por cargo



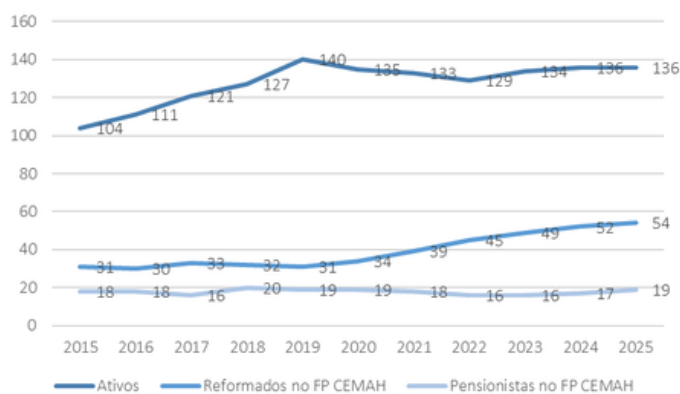
Em 2025, 54% dos Colaboradores da CEMAH tinham até 39 anos de idade; a média de idades fixou-se em 40 anos.

### Estrutura Etária



Em 2025, voltou a verificar-se um natural aumento do número de reformados e pensionistas no Fundo de Pensões CEMAH.

### Evolução Histórica



# SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno da CEMAH constitui um elemento central do seu modelo de governo interno, assegurando uma gestão prudente, eficaz e sustentável. Este sistema integra a estrutura organizacional, as linhas de reporte, os níveis de autoridade e o conjunto de responsabilidades e processos decorrentes da legislação aplicável e dos regulamentos internos.

Em linha com as melhores práticas observadas no setor bancário nacional, a CEMAH mantém o compromisso de reforçar continuamente os seus mecanismos de controlo, promovendo uma cultura organizacional assente na integridade, no rigor e no cumprimento. Os órgãos de administração e fiscalização assumem um papel ativo na supervisão destes temas, numa abordagem *top-down* que se estende à generalidade dos colaboradores e que reforça a importância do controlo como parte integrante da atividade diária.

O Sistema de Controlo Interno da CEMAH assenta num conjunto de princípios, políticas, sistemas e procedimentos concebidos para garantir:

- a) **Desempenho rentável e sustentável**, assegurando o cumprimento dos objetivos estratégicos, a eficiência operacional, a utilização adequada dos recursos, a proteção dos ativos e a sustentabilidade do negócio no médio e longo prazo.
- b) **Um sistema de gestão de riscos robusto**, destinado a identificar, avaliar, monitorizar e controlar todos os riscos relevantes para a atividade da Instituição.
- c) **Informação financeira e não financeira completa, pertinente, fiável e tempestiva**.
- d) **Uma Função de Gestão de Riscos eficaz**, com processos bem definidos para identificar, gerir, monitorizar e reportar os riscos a que a Instituição está exposta.
- e) **Uma Função de conformidade**, assegurando o alinhamento com requisitos legais, regulamentares e estatutários, bem como com as normas internas, incluindo normas de conduta e de relacionamento com Clientes, Investidores e Entidades de Supervisão.
- f) **Uma Função de Auditoria Interna**, destinada a garantir a solidez, eficácia e consistência dos processos e mecanismos de governo interno.
- g) **O cumprimento da legislação, regulamentação e orientações aplicáveis**, bem como dos normativos internos, normas profissionais, princípios deontológicos e regras de conduta e relacionamento com clientes.

O exercício foi marcado pela publicação do Aviso n.º 2/2025 e da Instrução n.º 4/2025 do Banco de Portugal, que alteraram o Aviso n.º 3/2020 e a Instrução n.º 18/2020. A CEMAH antecipou estas alterações, acompanhando os respetivos projetos e participando na Consulta Pública n.º 6/2024.

A Instituição assegurou a implementação atempada das alterações, que não exigiram esforços materiais significativos, reforçando a conformidade com os novos requisitos prudenciais e de governação.

O sistema de governo interno integra a estrutura organizacional, as linhas de reporte e os níveis de autoridade, bem como o conjunto de responsabilidades e processos decorrentes da legislação aplicável, dos estatutos e dos regulamentos internos. O seu propósito é assegurar uma gestão prudente e eficaz do Banco, garantindo simultaneamente um controlo adequado das atividades.

Em linha com as melhores práticas do setor bancário nacional, a Instituição reforçou a maturidade do seu Sistema de Controlo Interno, apoiado nas três funções de controlo — Gestão de Riscos, Conformidade e Auditoria Interna — que atuam de forma independente e autónoma.

No âmbito da adequação organizacional, a CEMAH procedeu à revisão do seu organograma, prevendo a eliminação do subdepartamento de Desenvolvimento e Inovação, no contexto da reestruturação em curso no Departamento de Sistemas de Informação. Esta revisão visa reforçar a eficiência operacional e a adequação da estrutura às necessidades tecnológicas e de controlo da Instituição.

A relação com o Banco de Portugal manteve-se estreita e regular, refletindo o compromisso da CEMAH com a transparência e o cumprimento. A plataforma interna de gestão das comunicações com o Supervisor, desenvolvida no ano anterior, foi objeto de reavaliação, com vista à sua substituição por uma solução mais robusta, capaz de reforçar os controlos existentes e melhorar a monitorização e o acompanhamento das diligências decorrentes das interações com a Supervisão.

O período de referência foi, igualmente, marcado pelos permanentes contactos com a Supervisão, como já vem sendo o caso nos últimos anos. A CEMAH, que havia desenvolvido internamente uma plataforma de gestão das comunicações com o Supervisor, no ano anterior, iniciou um processo de reanálise dos requisitos relevantes, com vista à sua substituição por outra aplicação que, mais robusta, se antevê venha acrescentar mais vantagem aos controlos já introduzidos pela aplicação atual, que têm facilitado a gestão das comunicações, o respetivo controlo e a implementação das diligências necessárias para sanar, sempre que necessário quaisquer deficiências identificadas.

Em conformidade com os requisitos regulamentares, a CEMAH assegurou a elaboração e o reporte atempado do relatório anual de autoavaliação dos sistemas de governo e controlo interno, incluindo:

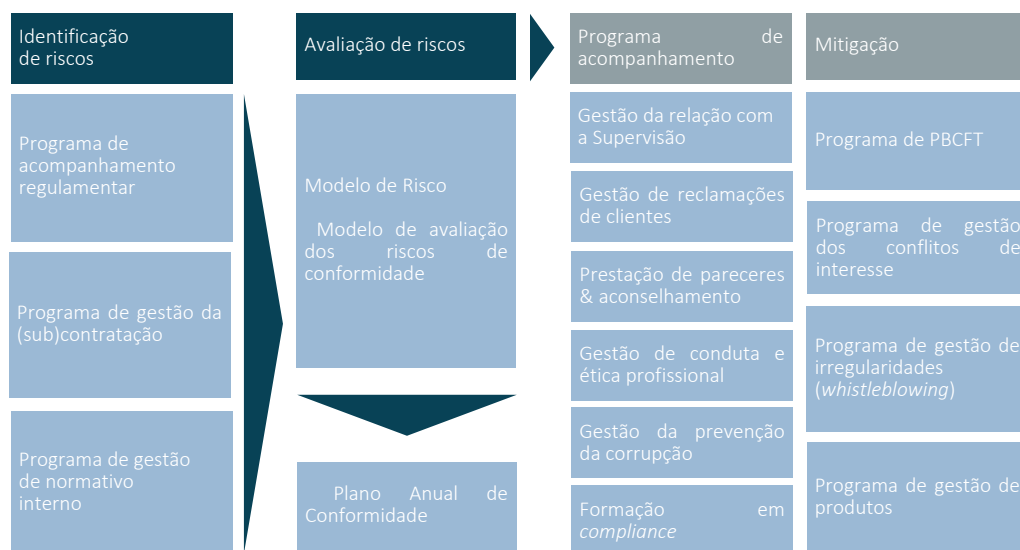
- a avaliação do órgão de fiscalização;
- a avaliação do órgão de administração;
- os relatórios de autoavaliação da independência das Funções de Gestão do Risco, Conformidade e Auditoria Interna.

Este exercício reforça o compromisso da Instituição com a robustez dos seus mecanismos de governo interno, a eficácia dos seus controlos e a melhoria contínua dos seus processos.

## Conformidade

A Unidade de Conformidade tem por responsabilidade garantir que a Instituição cumpre as obrigações legais e deveres a que a CEMAH se encontra adstrita, competindo-lhe o acompanhamento e avaliação regular da adequação e eficácia das medidas e procedimentos implementados com a finalidade de detetar qualquer risco de incumprimento.

Para o efeito, a Unidade de Conformidade intervém num conjunto de programas que orientam a sua atividade:



Os trabalhos da Conformidade, durante o ano de 2025, foram definidos tendo por base o Plano de Atividades da Unidade, que considera todas as atividades decorrentes do exercício dos referidos programas, nomeadamente as ações de verificação que resultaram da revisão da Matriz de Avaliação de Risco de Conformidade (MARC), bem como das prioridades do Banco Central Europeu e do Banco de Portugal, destacando-se, neste âmbito, a preocupação com a inovação digital nos bancos, desafio dos planos de redução do crédito não produtivo e continuação do reforço da governação interna de acordo com as melhores.

Uma das responsabilidades centrais da Unidade de Conformidade é assegurar a divulgação de toda a regulamentação, legislação e obrigações relevantes para a CEMAH, identificando as principais áreas impactadas por esses normativos.

Nesse âmbito, no início de 2025, a Unidade de Conformidade continuou a assegurar o acompanhamento próximo do Regulamento (UE) 2022/2554, de Resiliência Operacional Digital (DORA), que entrou em vigor em janeiro de 2025. Adicionalmente, a Unidade de Conformidade assumiu também um papel preponderante no acompanhamento da emissão das Cartas Circulares do Banco de Portugal n.º CC/2024/000033, que veio clarificar entendimentos e boas práticas no âmbito do PARI e do PERSI, reforçando as expectativas de supervisão quanto à deteção precoce de situações de risco de incumprimento, ao acompanhamento dos clientes e à regularização de contratos de crédito, com impacto direto nos procedimentos operacionais e na proteção do cliente, e CC/2025/00003, que estabelece orientações e boas práticas relativas ao serviço de mudança de conta, encerramento de contas de pagamento e tratamento de contas coletivas, uniformizando procedimentos, reforçando deveres de informação ao cliente e exigindo maior robustez nos controlos internos associados a estes processos.

No período de referência, a Unidade de Conformidade assegurou também a assessoria do processo *Fit and Proper* dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, articulando nomeadamente os novos requisitos introduzidos pela regulamentação publicada no ano anterior, com o objetivo de reforçar as expectativas de supervisão em matéria de adequação destes membros e dos responsáveis pelas unidades de estrutura de tecnologias de informação e comunicação, segurança e gestão dos riscos associados nas instituições.

Em 2025, continuou também a ser uma preocupação da CEMAH garantir que o seu normativo interno permanece alinhado com a regulamentação e as melhores práticas e que reflete os valores da Instituição. Para esse efeito, a Unidade de Conformidade garantiu que foram assegurados todos os procedimentos necessários de revisão e validação de políticas, regulamentos e manuais transversais à atividade da Instituição.

No âmbito da Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo, continuaram em curso os trabalhos de melhoria das ferramentas de controlo que suportam o processo, já iniciados em 2024, em paralelo com a implementação do novo core bancário, com o objetivo de promover uma maior eficiência, reduzir atritos na relação com os clientes e focar as situações que apresentem verdadeiramente risco para a Instituição, com vista à uma identificação mais efetiva de situações suspeitas e, conseqüentemente, tratamento e comunicação às autoridades competentes.

2025 foi também marcado pela reestruturação do processo de gestão de conflitos de interesses, nomeadamente no que concerne à temática de acumulação do exercício de funções na CEMAH, com outras atividades, centrando-se a obrigação de reporte e análise nas situações que efetivamente apresentem potencial para resultar em conflitos de interesses, diminuindo assim carga administrativa tanto na perspetiva do colaborador visado, quanto (e sobretudo) na perspetiva dos intervenientes no processo de análise e validação do processo. Em linha com esta redefinição, foi assegurada também a revisão do normativo interno, tendo sido o tema abordado em sede de formação a todos os colaboradores.

## Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna (AUI) tem como missão proporcionar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e às entidades de supervisão, de uma forma independente e baseada no risco, a adequação e eficácia da cultura organizacional da entidade e dos seus sistemas de governo e controlo interno, contribuindo assim para a salvaguarda do valor, solvência e reputação da CEMAH. A Auditoria Interna é também responsável por fazer o acompanhamento das deficiências identificadas pelas entidades externas, nomeadamente Supervisor e Revisor Oficial de Contas.

A AUI mantém atualizado um plano plurianual de ações de auditoria, e um anual que o detalha, sendo ambos discutidos e aprovados pelo Conselho de Administração, resultando da aplicação de uma metodologia formal e detalhada que abaixo se esquematiza:



Constituem vetores estruturais da referida metodologia:

- A definição do universo auditável, partindo de um levantamento que passa pela auscultação dos Órgãos de Administração e Fiscalização e da Gestão de Topo da CEMAH e assegura a abrangência da atividade da Função de Auditoria Interna da CEMAH, compreendendo objetos de 4 tipologias – processual, transacional, funcional/ organizacional e sistema de informação;
- A avaliação do risco de auditoria de acordo com modelo que conjuga, matricialmente, as avaliações de exposição ao risco, conduzidas pela 2.ª linha de defesa da CEMAH, e a aferição da vulnerabilidade de cada objeto pela função de auditoria interna (considerando, entre outros, fatores como o ambiente de controlo interno, a antiguidade da última ação de auditoria, mudanças na estrutura humana e técnica de suporte ao objeto e nível de automatização risco de fraude) e devolve o Grau de Risco de Auditoria (GRA) de cada objeto auditável;
- A determinação da periodicidade com que cada objeto é visto e da graduação, extensão e profundidade das ações de auditoria desenvolvidas em função do GRA;
- A potenciação de ganhos de eficiência por via realização de ações de auditoria com mais do que um objeto no seu âmbito, da integração e articulação entre os planeamentos da Funções de Controlo, aproveitando as sinergias daí resultantes ao nível de calendário, âmbito e profundidade de revisão, e do recurso a apoio externo (sob a forma de serviços de *co-sourcing* e de preparação de programas de trabalho) sobre temas escolhidos pela sua criticidade e/ou novidade, promovendo a internalização das melhores práticas de mercado, a sofisticação das técnicas aplicadas e dos outputs produzidos e a capacidade instalada.

Ao nível da execução do plano operacional de 2025, a atividade da AUI materializou-se, no total, na emissão de relatórios sobre 26 relatórios de auditoria, considerando as ações previstas e certificações extraordinárias de objetos auditáveis, em resposta a solicitações do Supervisor, centrando-se, por força das mesmas e da própria metodologia de planeamento de atividades estabelecida, nos temas de maior pertinência e risco percecionados pela Função, pela Gestão de Topo, pelos Órgãos de Administração e Fiscalização e pelo próprio Supervisor.

## Gestão do Risco

A atividade da Gestão do Risco no ano de 2025, à semelhança dos anos anteriores e conforme o respetivo Plano Anual de Atividades da função, teve como principais focos a monitorização e o controlo da exposição da Instituição aos principais riscos a que se encontra ou poderá vir a estar exposta e garantir a fiabilidade, tempestividade e qualidade dos reportes prudenciais (e.g. COREP – Fundos Próprios e RWA, Grandes Riscos, Alavancagem, Liquidez –, IRRBB, Risco de concentração, Exposições não produtivas, ICAAP, ILAAP, Plano de Recuperação, entre outros) e o endereçamento de eventuais aspetos identificados pelo Supervisor como insuficientes a determinado nível, inclusive decorrentes do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (v.g. SREP).

Durante o primeiro semestre do ano é de destacar, ao nível do processo de reporte prudencial, a elaboração e entrega, em março de 2025, suportadas na atualização das projeções financeiras para o triénio 2025-2027, dos reportes de Planos de Financiamento e Capital (FCP), Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), Processo de Autoavaliação da Adequação da Liquidez Interna (ILAAP) e Plano de redução de exposições não produtivas (NPE). Neste âmbito, merece particular referência a implementação das regras prudenciais do pacote Basileia IV no reporte COREP, a partir da data de referência de 31 de março de 2025.

No que concerne ao sistema de controlo interno, além da adaptação necessária das políticas e procedimentos internos às alterações regulamentares ao Aviso n.º 3/2020 e à Instrução n.º 18/2020, ambos do Banco de Portugal, inclusive pela emissão de relatório específico sobre a avaliação do risco TIC, bem como de declaração sobre a monitorização das transações com partes relacionadas, importa destacar que a larga maioria das deficiências pendentes no final de 2025 (cerca de 80%) foram identificadas no próprio ano de 2025, sobretudo relacionadas com a auditoria sobre os requisitos da norma BCBS 239, e as três deficiências mais antigas remontam a 04/2023 (1) e a 03/2024 (2), estando prevista a sua resolução em 2026.

É ainda de ressaltar a resolução dos doze (12) findings identificados pelo Supervisor na Inspeção ao cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) até ao final do terceiro trimestre de 2025, conforme o Plano de Ação apresentado em fevereiro de 2025, bem como o fecho pelo Banco de Portugal dos dois (2) findings que se encontravam pendentes da Inspeção sobre a Avaliação da imparidade individual e classificação de risco.

Ao longo de 2025, a CEMAH procedeu ao acompanhamento da exposição aos riscos climáticos e ambientais, tendo definido no final do ano os respetivos níveis de alerta e limite a monitorizar no âmbito do RAS – Risk Appetite Statement. Foram também reforçados procedimentos internos no sentido da existência de mais informação disponível no âmbito de propostas de crédito com potencial de enquadramento no conceito de financiamento sustentável, bem como potenciais benefícios comerciais para propostas enquadradas, muito embora ainda numa ótica mais restrita.

É de mencionar que ao longo do ano de 2025 foram revistos processos internos sobre a quantificação dos requisitos de capital do Pilar 1, no âmbito do Basileia IV, que alterou os normativos referentes à Regulação dos Requisitos de Capital (CRR).

No sentido do reforço da cultura de risco institucional, a Gestão do Risco assegurou a emissão trimestral de boletins de risco temáticos abordando, em 2025, os seguintes temas: i) Exercício de identificação e avaliação de riscos; ii) Plano de Recuperação; iii) Risco Operacional; e iv) Análise Individual de Imparidade.

# Sistemas de Informação

No exercício de 2025, a atividade dos Sistemas de Informação (SI) concentrou-se fundamentalmente na execução das iniciativas previstas no Plano Estratégico de Sistemas de Informação (PESI). Estas iniciativas enquadram-se no processo de transformação digital em curso, no reforço da resiliência tecnológica e na mitigação das deficiências identificadas nas auditorias ao controlo interno. De forma sintetizada, as principais ações e projetos desenvolvidos durante o ano foram os seguintes:

## 1. Transformação do Core Bancário

Durante 2025 prosseguiu-se com o programa de transformação do core bancário, tendo sido concluído o processo de contratação de um novo fornecedor tecnológico — a Oracle — para a implementação da aplicação Oracle Flexcube.

O ano foi marcado por:

- levantamento de requisitos técnicos e funcionais;
- definição e validação dos modelos de dados e de integração com os sistemas internos;
- preparação das regras de migração e documentação funcional e técnica de suporte;
- reforço das equipas de projeto, envolvendo consultores especializados e recursos internos multidisciplinares.

No âmbito da análise prévia para aferir a viabilidade da implementação do Oracle Flexcube, decorreu no último trimestre de 2025, prolongando-se por 2026, o exercício de percorrer, de forma estruturada, todos os fluxos funcionais relevantes do Flexcube — incluindo parametrizações, regras de negócio, eventos, integrações e cenários de exceção — e verificar se cada módulo do Flexcube responde adequadamente aos requisitos operacionais e técnicos da Instituição. Ao validar o comportamento esperado do sistema “end-to-end”, o PWT permite identificar lacunas, constrangimentos técnicos, necessidades de customização e outros impactos, fornecendo assim uma visão objetiva sobre o grau de adequação do Flexcube ao modelo funcional pretendido pela CEMAH, assegurando que a adoção do Flexcube é tecnicamente viável, sustentável e adequada. Esta análise preliminar constitui um elemento crítico e fundamental para fundamentar a decisão sobre a estratégia de implementação e a adoção, ou não, do core bancário Oracle Flexcube.

Este projeto constitui o eixo central do PESI e representa a modernização mais significativa da arquitetura tecnológica da Instituição.

## 2. Infraestrutura e Cloud Computing

A infraestrutura tecnológica foi alvo de investimentos significativos, destacando-se:

### 2.1. Configuração da Cloud OCI

Prosseguiu-se com a consolidação dos sistemas de suporte na plataforma Oracle Cloud Infrastructure (OCI), onde já residem as componentes aplicacionais relativas ao Flexcube, bem como os módulos de *Money Market & Securities*.

As atividades incluíram:

- criação e otimização de ambientes segregados (desenvolvimento, testes, homologação e produção);
- reforço dos controlos de segurança e mecanismos de monitorização;
- melhoria da performance e automatização de rotinas operacionais;
- instalação e configuração de firewalls de “perímetro”.

### 2.2. Migração do site principal da cloud (OCI)

Foi iniciada e concluída a migração do site principal da OCI em Amesterdão para a OCI *Sovereign Cloud* Madrid, garantindo maior conformidade regulatória e reforço da soberania dos dados, independente dos EUA.

Mantém-se o site alternativo em Frankfurt destinado a cenários de *disaster recovery*.

## 3. Modernização dos Canais Digitais

Iniciou-se durante 2025 o projeto de migração dos canais digitais para uma nova versão de canais da EBANKIT, cujas funcionalidades e requisitos foram refinados ao longo do ano.

A entrada em produção encontra-se prevista para o primeiro trimestre de 2026, contemplando:

- melhoria da experiência do utilizador (UX/UI);
- reforço dos mecanismos de segurança e autenticação;
- maior integração com serviços internos e externos.

#### **4. Continuidade de Negócio e Resiliência Operacional**

A revisão do *Disaster Recovery Plan (DRP)* constituiu outra vertente essencial em 2025, abrangendo:

- atualização dos documentos de suporte e dos procedimentos operacionais;
- realização de testes de recuperação e simulações assistidas;
- reforço das linhas de comunicação entre o site local e as instâncias *cloud*, assegurando largura de banda suficiente para sincronização contínua e *failover* eficiente.

#### **5. Cibersegurança e Conformidade Regulamentar**

Os SI deram continuidade à implementação da Framework de Cibersegurança baseada no QNRCS – Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, com especial foco na adaptação aos requisitos do regulamento DORA – *Digital Operational Resilience Act*.

As ações incluíram:

- identificação e mapeamento dos controlos exigidos pelo DORA;
- alinhamento com as orientações da *European Banking Authority (EBA)*;
- reforço dos processos de gestão de incidentes, análise de risco, testes de penetração e auditorias internas;
- revisão da política de segurança da informação e dos mecanismos de proteção de dados.

#### **6. Melhoria dos Processos e Gestão de Serviços de TI**

Durante o ano, foram revistos processos operacionais e reforçada a disciplina de gestão do serviço de TI, destacando-se:

- criação de um novo Catálogo de Serviços de TI, ajustado às dificuldades identificadas nas interações com os utilizadores;
- melhoria dos tempos de resposta e dos níveis de serviço;
- entrada em funcionamento do *Freshdesk*, agora utilizado como ferramenta única para:
  - registo e gestão de incidentes e pedidos,
  - controlo de contratos de fornecedores de TI,
  - inventário e gestão de ativos de TI.

#### **7. Racionalização e Modernização Apicacional**

Proseguiu-se com a modernização das aplicações internas através da adoção de plataformas de:

- Gestão do Controlo Interno – destinada à monitorização estruturada dos controlos, deficiências e recomendações.
- Aplicação de comunicação com o Banco de Portugal – para registo centralizado, auditável e sistematizado das comunicações trocadas com o supervisor.

Ambas estão suportadas na nova Intranet Corporativa, cuja entrada em produção está prevista para o primeiro trimestre de 2026, permitindo:

- consulta facilitada de políticas, normas, procedimentos e documentação operacional;
- submissão automatizada de formulários internos;
- maior produtividade e redução das ineficiências atualmente existentes.

#### **8. Aplicação Bancária e Sistemas de Pagamento**

No domínio dos desenvolvimentos internos, foram efetuados desenvolvimentos sobretudo ao nível dos sistemas de pagamento com diversas atualizações decorrentes da evolução das soluções SIBS e de requisitos do Banco de Portugal, nomeadamente:

- melhorias no MBWAY,
- adaptações ao sistema estatístico PAY,
- atualizações nos módulos SPIN e Proxy Lookup,
- melhorias em cartões, transferências TIPS e SEPA,
- adequação dos mecanismos de débito direto e transferências SEPA.

### **9. Outras Atividades Operacionais**

Para além das iniciativas acima descritas, os SI asseguraram numerosas atividades operacionais imprescindíveis ao funcionamento da Instituição e à produtividade dos colaboradores.

Embora de natureza mais técnica e menos passíveis de destaque neste relatório, são fundamentais para garantir:

- continuidade dos serviços,
- estabilização das plataformas,
- segurança da informação,
- eficiência das operações internas,
- melhoria da experiência e apoio ao cliente.

# PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS

No âmbito do disposto no artigo 450.º do Regulamento (UE) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 e do Regulamento de Execução 2021/637 da Comissão, de 3 de março, nos artigos 14.º e 115.º-B a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (v.g. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras – RGICSF –, incluindo as alterações produzidas pela Lei n.º 23-A/2022, de 9 de dezembro, que transpõe a Diretivas (UE) 878 e 879) e do Aviso n.º 3/2020, alterado pelo Aviso n.º 2/2025 do Banco de Portugal, e no artigo 422.º-A do Decreto-Lei n.º 262/86 (v.g. Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente das suas Políticas de Remuneração, em linha com os princípios preconizados nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia relativas a políticas de remuneração sãs (v.g. EBA/GL/2021/04), sendo as funções de avaliação independente desempenhadas pelas funções de controlo, Conselho Fiscal e pela Comissão de Remunerações.

Quadro EU REMA	
<b>a)</b>	<p>A Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração no mandato de 2025/2028 têm a seguinte composição:</p> <p>A Comissão de Remunerações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– António Bento Fraga Barcelos (Presidente);</li> <li>– Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro;</li> <li>– António Gabriel Fraga Martins Maio.</li> </ul> <p>O Conselho de Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– António Gabriel Fraga Martins Maio (Presidente);</li> <li>– Maria Laurentina Nunes Mendes (Vice-Presidente);</li> <li>– Miguel Correia Bendito (Vogal);</li> </ul> <p>Em 2025, a Assembleia Geral efetuou 1 (uma) reunião em que deliberou sobre matérias remuneratórias, tendo sido efetuada 1 (uma) reunião pela Comissão de Remunerações e outras 8 (oito) reuniões pelo Conselho Fiscal sobre temas de natureza remuneratória, não tendo sido solicitado qualquer parecer a consultores externos.</p> <p>A Política de Remuneração é aplicável a todos os colaboradores com vínculo contratual com a CEMAH.</p> <p>No âmbito da autoavaliação feita, para além dos membros efetivos dos Conselhos de Administração e de Fiscalização, foram identificados os colaboradores com as seguintes funções: Diretores, Coordenadores, Responsável da área de Apoio Jurídico e Gerentes.</p>
<b>b)</b>	<p>As Políticas de Remuneração foram revistas e atualizadas em 2025, com o objetivo de assegurar a sua conformidade legal e regulamentar, reforçar as restrições aplicáveis em situações de incumprimento que impactam a atribuição de remuneração variável e, adicionalmente, introduzir o prémio de assiduidade.</p> <p>Sobre as Políticas, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, sob a supervisão do próprio Conselho Fiscal, foram emitidos pareceres por parte das ditas Funções de Controlo, nomeadamente Conformidade, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, considerados na avaliação desenvolvida e cujas conclusões derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão <i>event-based</i> despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos;</li> <li>b) (Re)submissão anual da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização à aprovação da Assembleia Geral, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício;</li> <li>c) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição de qualquer componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição), não havendo, portanto, lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do artigo 115.º-E do RGICSF;</li> </ul>

	<p>d) Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização;</p> <p>e) Inexistência de qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração, no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções;</p> <p>f) Existência de neutralidade do ponto de vista do género;</p> <p>g) Identificação e adequado solucionamento em processo próprio, com base no sistema interno de informação, em controlos adequados e no princípio dos «quatro olhos», dos conflitos de interesses relativos à Política de Remuneração e à remuneração atribuída;</p> <p>h) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador (não se verificando a necessidade de implementar práticas específicas aos Colaboradores Identificados, salvo no que diz respeito especificidades do Modelo de Avaliação de Desempenho) de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável, tendo por base o cumprimento dos critérios e objetivos individuais e das unidades de estrutura definidos, de acordo com o modelo de avaliação e desempenho da CEMAH, o que, no caso das funções de controlo, dependerá, essencialmente, da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo (em convergência com a aprovação da Política de Remunerações dos Colaboradores, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e a atribuição de qualquer componente variável, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 10% da remuneração total, sendo sempre sujeita a parecer prévio da Gestão do Risco, emitido considerando todos os riscos atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH);</p> <p>i) Recebimento por parte dos colaboradores de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no Acordo de Empresa da CEMAH.</p>
<p><b>c)</b></p>	<p>Quanto a políticas e práticas remuneratórias, considerando os princípios e procedimentos implementados, as avaliações das Funções de Controlo e a contínua supervisão do Conselho Fiscal – que, para o efeito, emite o respetivo relatório e recomendações –, verifica-se o alinhamento com o perfil e a política de risco institucionais, não apresentando incentivos à assunção excessiva de risco, nem criando obstáculos à persecução da estratégia definida. Mais, a articulação crescente dos objetivos de desempenho com o Plano Estratégico, a inexistência de remuneração variável para os órgãos de administração e fiscalização – cujas remunerações são propostas pela Comissão de Remunerações e aprovadas em Assembleia Geral –, bem como a inexistência de remuneração variável garantida para os colaboradores – que, quando atribuída, é sujeita a avaliação de desempenho positiva do colaborador, da unidade de estrutura e da Instituição, num quadro plurianual, considerando também impactos futuros para a Instituição e com limite máximo de 10% do total da remuneração anual –, não representam compromissos que se possam vir a configurar como inoportáveis, insustentáveis ou desajustados do desempenho efetivo da CEMAH.</p> <p>Para efeitos de definição do valor global de remuneração variável a atribuir aos colaboradores, são considerados todos os riscos atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH, incluindo necessariamente os seguintes fatores:</p> <p>a) a sustentabilidade dos resultados da Instituição em relação aos três últimos anos e dos perspectivados para os 3 anos seguintes, nomeadamente os seus fundos próprios e liquidez;</p> <p>b) o (potencial) cumprimento atual e prospetivo das regras e limites prudenciais;</p> <p>c) o rácio entre as componentes variável e fixa da remuneração total;</p> <p>d) os critérios de desempenho e de risco definidos para a CEMAH, conforme previsto na sua Política de Risco;</p> <p>e) os níveis atribuídos a cada colaborador em sede de tabela remuneratória do Acordo de Empresa da CEMAH.</p>
<p><b>d)</b></p>	<p>A remuneração total dos Colaboradores é constituída por uma parte fixa que representa, no mínimo, 90% do total da remuneração anual individual, sendo a parte remanescente atribuída como variável e nunca podendo ultrapassar 10% da remuneração total anual, não contribuindo, desta forma, para o incentivo à assunção de riscos.</p>
<p><b>e)</b></p>	<p>A atribuição de uma remuneração variável, quando aplicável, baseia-se no desempenho da Instituição, das unidades de estrutura e dos membros do pessoal e tem em conta os riscos incorridos.</p> <p>A Política de Remuneração, no respeitante à avaliação de desempenho, tem por suporte um Modelo de Avaliação de Desempenho que permite distinguir de forma clara o que respeita à remuneração variável e à avaliação do desempenho entre as unidades de negócio operacionais, as funções de suporte e as funções de controlo.</p>

	<p>O Modelo de Avaliação de Desempenho foi desenvolvido tendo como princípios a adequabilidade e proporcionalidade à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade da CEMAH e a magnitude dos riscos, assumidos ou a assumir, e atendendo ao grau de centralização e delegação de poderes na Instituição.</p> <p>Os objetivos da Instituição encontram-se definidos no Plano Estratégico e Programa de Ação, com os quais são alinhados, sempre que seja possível, os restantes objetivos individuais - suportados em parâmetros sob influência direta - e de unidade de estrutura. Estes objetivos decorrem da estratégia empresarial e de risco, incluindo riscos ambientais, sociais e de governação, dos valores culturais e organizacionais, da apetência pelo risco, e dos interesses a longo prazo e têm em conta o custo do capital e a liquidez da Instituição.</p> <p>Na definição dos critérios e objetivos da avaliação de desempenho, são identificados parâmetros predeterminados e mensuráveis (incluindo de natureza não financeira), tendo como premissas o não incentivo à assunção excessiva de riscos, a defesa do interesse dos clientes e a qualidade do serviço prestado, sempre que aplicável, e o cumprimento dos procedimentos e demais normativos internos, bem como dos valores da Instituição e da sua cultura de risco.</p>
<b>f)</b>	<p>Para efeitos de definição do valor global, cuja decisão de atribuição é tomada, pelo Conselho de Administração, após o fecho de contas relativo ao ano do ciclo de avaliação de desempenho, são considerados, todos os riscos, patrimoniais e extrapatrimoniais, atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH, incluindo necessariamente a sustentabilidade dos resultados da Instituição em relação aos três últimos anos e dos perspetivados para os 3 anos seguintes, nomeadamente os seus fundos próprios e liquidez e o (potencial) cumprimento atual e prospetivo das regras e limites prudenciais.</p> <p>Paralelamente, para efeitos de elegibilidade individual para remuneração variável, são considerados os resultados da avaliação de desempenho individual relativos aos últimos 3 anos.</p>
<b>g)</b>	<p>A CEMAH utiliza o método descendente na atribuição de prémios, definindo o montante do prémio global ao nível da Instituição, o qual é depois distribuído total ou parcialmente entre as unidades de estrutura após a avaliação do respetivo desempenho. Os montantes atribuídos a nível individual são, subsequentemente, baseados na avaliação do desempenho individual.</p> <p>Ao definir o montante global, a CEMAH tem em conta o rácio entre as componentes variável e fixa da remuneração total aplicáveis aos Colaboradores, os critérios de desempenho e de risco definidos para a totalidade da Instituição, os objetivos de controlo e a situação financeira da Instituição, nomeadamente os seus fundos próprios de base e liquidez.</p>
<b>h)</b>	n.a.
<b>i)</b>	<p>Dada a insignificância da proporção da remuneração variável atribuída, o facto de esta estar condicionada ao desempenho da CEMAH e às características da Instituição, em termos de dimensão e complexidade – que derivam na sua classificação pelo Supervisor como de pouca significância –, opta a Instituição, suportada pelo parágrafo 89 das EBA/GL/2021, por não diferir quaisquer remunerações nem atribuir remunerações sob a forma de instrumentos.</p>
<b>j)</b>	n.a.

As remunerações atribuídas no exercício financeiro de 2025 apresentam-se com a seguinte discriminação, não tendo sido pagas, nem atribuídas quaisquer indemnizações por cessação de funções a nenhum membro da direção de topo nem a membro do pessoal cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco da CEMAH.

(em euros)

		Função de fiscalização do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	outros membros da direção de topo	outro pessoal identificado
<b>Remuneração fixa</b>	Número de membros do pessoal	3	3	13	8
	<b>Remuneração fixa total</b>	<b>81 500</b>	<b>340 401</b>	<b>646 327</b>	<b>291 139</b>
	<i>Do qual: pecuniária</i>	81 500	340 401	646 327	291 139
	<i>(não aplicável na UE)</i>				
	<i>Do qual: Ações ou direitos de propriedade equivalentes</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: instrumentos associados a ações ou instrumentos não pecuniários</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: outros instrumentos</i>	0	0	0	0
	<i>(não aplicável na UE)</i>				
	<i>Do qual: outras formas</i>	0	0	0	0
<i>(não aplicável na UE)</i>					

(em euros)

		Função de fiscalização do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Outros membros da direção de topo	Outro pessoal identificado
<b>Remuneração variável</b>	Número de membros do pessoal identificado	3	3	13	8
	<b>Remuneração variável total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>32 450</b>	<b>13 782</b>
	<i>Do qual: pecuniária</i>	0	0	32 450	13 782
	<i>Do qual: diferida</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: ações ou direitos de propriedade equivalentes</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: diferida</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: instrumentos associados a ações ou instrumentos não pecuniários equivalentes</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: diferida</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: outros instrumentos</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: diferida</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: outras formas</i>	0	0	0	0
	<i>Do qual: diferida</i>	0	0	0	0
	<b>Total remuneração</b>	<b>81 500</b>	<b>340 401</b>	<b>678 777</b>	<b>304 921</b>

Do qual, decomposto de acordo com a informação sobre a remuneração do pessoal cuja atividade tem um impacto significativo no perfil de risco das instituições (pessoal identificado):

	Função de fiscalização do órgão de administração	Função de gestão do órgão de administração	Total órgão de administração	Banca de Investimento	Banca de Retalho	Gestão de ativos	Funções empresariais	Funções de controlo interno independentes	Todos os outros	Total
<b>Número total de membros do pessoal identificado</b>										<b>0</b>
Do qual: membros dos órgãos de administração	3	3	6							
Do qual: membros da direção de topo				1	0	0	9	3	0	
Do qual: outro pessoal identificado				8	0	0	0	0	0	
<b>Remuneração total do pessoal identificado</b>	<b>81 500</b>	<b>340 401</b>	<b>421 901</b>	<b>0</b>	<b>360 026</b>	<b>0</b>	<b>452 554</b>	<b>171 119</b>	<b>0</b>	
Do qual: remuneração variável	0	0	0	0	16 437	0	21 330	8 465	0	
Do qual: remuneração fixa	81 500	340 401	421 901	0	343 589	0	431 223	162 654	0	

Num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da sua entidade titular – a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo –, e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente e as suas idiosincrasias societárias e de contexto e os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, verificam-se ajustados, permanecendo o total de remunerações em patamar significativamente inferior às suas congéneres/contrapartes do sector.



## NEGÓCIO

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) exerce, desde 1896, a sua atividade enquanto instituição financeira de referência na Região Autónoma dos Açores (RAA), desenvolvendo um conjunto abrangente de operações bancárias e serviços financeiros. A CEMAH encontra-se atualmente implantada em seis das nove ilhas do arquipélago, dispondo de 14 balcões distribuídos por 10 concelhos, assegurando simultaneamente a sua presença no território continental através do balcão estabelecido na cidade do Porto.

O balcão do Porto, surge na sequência da incorporação, por fusão, da Caixa Económica do Porto (CEP), formalizada a 29 de novembro de 2024. Assim, a CEMAH iniciou o exercício de 2025 com uma estrutura organizacional reforçada e com uma capacidade significativamente ampliada de atuação, abrangendo, pela primeira vez, o território do continente português. Este desenvolvimento correspondeu a um dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico 2023-2025, sustentado numa premissa essencial: a parceria com a ABF, organização que reúne cerca de 40 mil associados e representa um vetor relevante de potencial de negócio, plenamente coerente com a matriz social que caracteriza a CEMAH.

Com o centro de decisão na Região, mantém o compromisso de contribuir para a consolidação do sistema financeiro regional e para o reforço da dinâmica económica local e regional.

A atividade bancária da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo é desenvolvida sob a marca institucional CEMAH em todas as suas unidades de negócio, tanto na Região Autónoma dos Açores como no continente português. A CEMAH atua nos segmentos de retalho e empresas, orientada pela sua missão enquanto agente de Economia Social. A diferenciação competitiva assenta no modelo de banca de proximidade, centrado no atendimento personalizado e na disponibilização de produtos e serviços dirigidos a Particulares, Empresários em Nome Individual (ENI), Clientes Institucionais, Micro e Pequenas Empresas — que constituem a base do tecido empresarial regional — e Empresas.

Fiel à sua vocação enquanto banco de proximidade, a CEMAH reforça, em 2025, o seu posicionamento enquanto instituição integradora e inclusiva, promovendo um ajustamento permanente de soluções e serviços às necessidades específicas das comunidades que serve. A oferta segmentada e adaptada aos diferentes perfis de clientes e geografias permanece como eixo prioritário, sustentada numa monitorização sistemática e contínua da carteira de produtos.

Em continuidade com o trabalho desenvolvido nos exercícios de 2023 e 2024, e em linha com o Plano Estratégico 2023-2025, a atividade comercial em 2025 mantém-se orientada pelos cinco eixos estruturantes:

- i) crescimento da carteira de clientes e contas;
- ii) concessão de crédito baseada em critérios prudenciais de risco;
- iii) estabilidade e diversificação da carteira de depósitos;
- iv) dinamização da utilização dos meios de pagamento;
- v) reforço da utilização dos canais digitais, nomeadamente através da plataforma de homebanking netCEM e da aplicação netCEM Mobile.

O enquadramento económico que caracterizou o ano de 2024 — em particular a redução das taxas de juro pelo Banco Central Europeu e o conseqüente impacto no setor financeiro — continuou a influenciar o início de 2025. A CEMAH mantém a sua capacidade de adaptação às condições de mercado e à crescente pressão concorrencial, assegurando um serviço eficiente e de proximidade, com especial atenção à adequação das taxas aplicáveis aos produtos de poupança, depósitos a prazo e crédito.

## CORE BUSINESS

A intermediação financeira é o core business da CEMAH, complementada pela carteira própria de investimentos, que contribui de forma relevante para a margem financeira e para o equilíbrio do balanço. A CEMAH disponibiliza um conjunto abrangente de serviços financeiros dirigidos a clientes particulares, empresas e instituições do setor social, acompanhando todas as fases do respetivo ciclo de vida, em conformidade com o posicionamento estratégico definido para no Plano Estratégico 2023-2025: “O banco de todos, sempre presente”.

A carteira de produtos financeiros integra contas à ordem — incluindo contas de serviços mínimos bancários —, meios de pagamento, produtos de poupança, crédito habitação, crédito ao consumo, crédito empresarial, soluções de gestão de tesouraria e seguros, entre outros. Embora assente num portefólio de natureza tradicional e conservadora, a CEMAH distingue-se pela proximidade ao cliente e pela capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada segmento.

A atividade comercial desenvolve-se através de duas vias complementares:

- i) Rede comercial - Com 15 balcões, a rede comercial mantém como prioridade a prestação de um serviço de excelência e a disponibilização de soluções de valor acrescentado. A rede continua a desempenhar um papel central na aproximação ao público-alvo e na promoção da responsabilidade social, assegurando acessibilidade e proximidade.



ii) Os canais digitais — netCEM e aplicação netCEM Mobile — complementam a atuação da rede comercial, disponibilizando serviços e produtos tanto para clientes particulares como empresariais, reforçando o modelo multicanal da CEMAH.

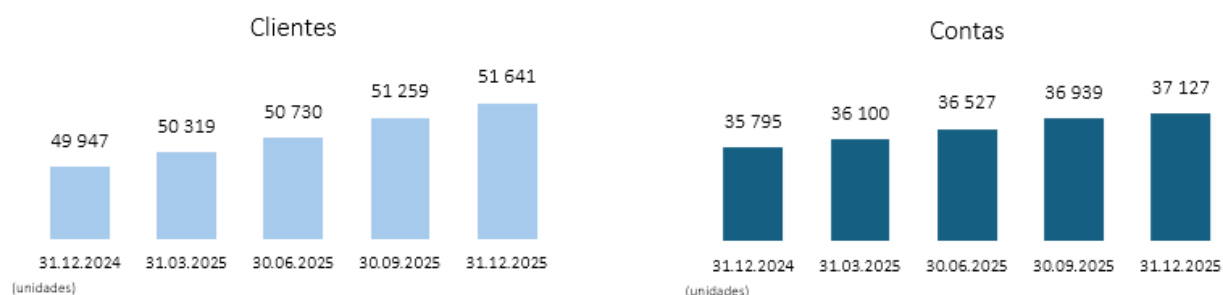
Em 2025, a CEMAH prossegue a implementação do modelo de atendimento “Ser CEMAH”, apresentado no final de 2023 e dinamizado ao longo de 2024. Este modelo visa otimizar a experiência do cliente, reforçar a cultura comercial e consolidar o cliente como elemento central da atividade. A CEMAH continua a ajustar a sua carteira de produtos e serviços às necessidades identificadas, promovendo iniciativas de dinamização interna e de articulação entre a rede de balcões e os serviços centrais, com o objetivo de fortalecer sinergias e assegurar a execução eficaz da estratégia definida.

## Clientes e Contas

O ano de 2025 constituiu um período de continuidade na trajetória de crescimento da carteira de clientes e de contas da CEMAH, consolidando a evolução já observada nos anos anteriores. Este desempenho refletiu a maturidade crescente da operação comercial e a capacidade da CEMAH para sustentar um ritmo de expansão estável, num contexto ainda marcado por exigências externas e desafios estruturais. Os resultados alcançados evidenciaram uma dinâmica positiva, traduzindo não apenas o fortalecimento da atividade corrente, mas também a capacidade de aprofundar relações, captar novas oportunidades e ampliar a presença da CEMAH junto dos diversos segmentos de clientes.

A evolução global da carteira de clientes confirmou esta tendência, evidenciando um processo de consolidação sustentada ao longo de todo o exercício. O aumento total de 3,4%, correspondente a mais 1.694 clientes, reforçou a base comercial e demonstrou a eficácia das iniciativas estratégicas orientadas para a captação, fidelização e aprofundamento do relacionamento com o mercado. Este crescimento distribuiu-se de forma equilibrada pelos vários trimestres, com maior expressão no terceiro trimestre, embora mantendo um desempenho consistente até ao final do ano.

Paralelamente, as contas de depósito registaram um comportamento igualmente positivo, com um crescimento líquido de 3,7%, que corresponde a 1.332 contas. Este resultado refletiu o reconhecimento dos clientes quanto à segurança, conveniência e qualidade do serviço prestado, reforçando a solidez da proposta de valor da CEMAH e assumindo particular relevância no enquadramento global da atividade.



A expansão da carteira foi transversal a todos os segmentos de clientes, confirmando o carácter abrangente do crescimento registado. As Pessoas Singulares (sem ENI) mantiveram-se como o núcleo preponderante da carteira, registando um acréscimo de 3,2% (mais 1.415 clientes). A continuidade desta evolução num segmento já extenso demonstrou a capacidade da CEMAH para preservar níveis elevados de fidelização, captar novos clientes e reforçar a qualidade da experiência comercial. Embora o peso relativo deste segmento tenha diminuído ligeiramente, de 88,9% para 88,7%, a sua relevância estrutural permaneceu determinante.

Nos segmentos empresariais, observou-se também um contributo significativo para o crescimento global. As Pessoas Coletivas apresentaram o maior aumento relativo, 6,5% (mais 179 clientes), evidenciando a intensificação da relação da CEMAH com o tecido empresarial regional e confirmando a atratividade das soluções dirigidas ao segmento empresarial. Os Empresários em Nome Individual (ENI) registaram um incremento de 3,6% (mais 100 clientes), consolidando uma trajetória de evolução contínua e contribuindo para uma composição mais diversificada da carteira.

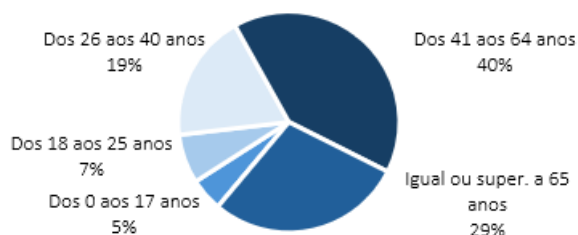
A análise agregada revelou uma ligeira recomposição do mix de clientes, com o conjunto empresarial a aumentar a sua representatividade de 11,1% para 11,3%. Embora moderada, esta variação evidencia uma tendência progressiva de diversificação, permitindo uma repartição mais equilibrada entre clientes particulares e empresariais.

No seu conjunto, estes desenvolvimentos demonstram que 2025 foi um ano marcado por um crescimento sólido, estruturado e alinhado com os objetivos estratégicos definidos pela CEMAH. A estabilidade do desempenho trimestral, a expansão transversal dos segmentos e a consolidação da presença comercial reforçam a credibilidade institucional e a capacidade da CEMAH para enfrentar de forma consistente os desafios do contexto económico e competitivo. O ano em análise encerrou com uma carteira mais ampla, mais diversificada e estrategicamente fortalecida, sustentando uma perspetiva favorável para os ciclos seguintes.

Distribuição p/ Tipo Cliente (31-12-2025)



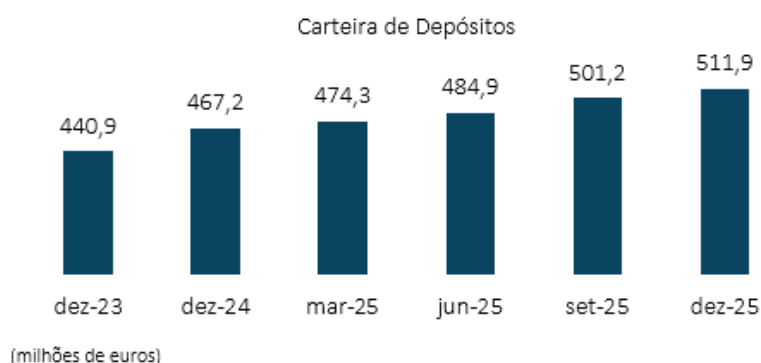
Distribuição p/ Escalão Etário (31-12-2025)



## Depósitos de clientes

A carteira de depósitos de clientes [7], composta por depósitos à ordem, depósitos a prazo e produtos de poupança, registou em 2025 um crescimento particularmente expressivo. Este desempenho reflete a capacidade da CEMAH para manter uma oferta competitiva num contexto de mercado exigente, sustentada por uma política de remuneração diferenciadora orientada para o reforço da confiança e da fidelização dos depositantes.

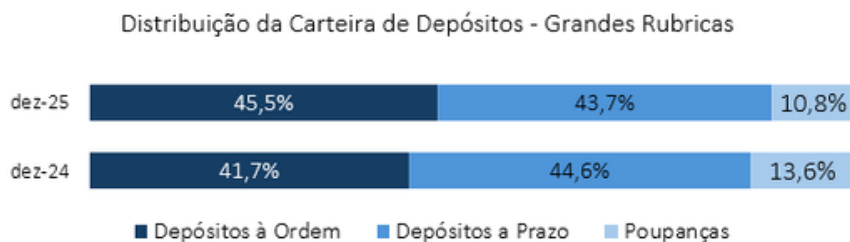
No encerramento do exercício, a carteira atingiu 511,9 milhões de euros, ultrapassando de forma significativa o orçamento estabelecido de 475 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento anual de 9,6%. O valor mais elevado foi observado no quarto trimestre, período em que a carteira se manteve de forma consistente acima dos 510 milhões de euros, apesar da volatilidade associada a clientes com perfis de tesouraria mais dinâmicos.



A composição da carteira evidenciou crescimento, mas, ao contrário do verificado em 2024, não se registaram alterações relevantes na distribuição das principais rubricas. Os depósitos à ordem representaram o contributo mais significativo, apresentando um crescimento ligeiramente superior, sustentado pela expansão da base de clientes, pela captação de novos negócios e pela gestão ativa das disponibilidades de clientes empresariais com exposições relevantes.

[7] Pelo interesse na presente análise, assume-se, para este fim, a intenção de apresentar diferença em relação ao Anexo às Demonstrações Financeiras, desconsiderando contratos em nome da própria Instituição e não considerando juros corridos.

No segmento de aplicações de médio e longo prazo, a carteira de depósitos a prazo e poupanças apresentou uma evolução globalmente positiva. O principal impulso adveio dos depósitos a prazo, que evidenciaram um desempenho favorável na média da carteira, beneficiando da entrada de novos clientes e da mobilização de novos fundos. A carteira de poupanças também contribuiu positivamente, apoiada pelo ajustamento da política de *pricing* implementada ao longo do ano.



2025 voltou a ser marcado por desafios significativos no contexto económico e financeiro europeu. A redução gradual das taxas de referência do Banco Central Europeu, iniciada no final de 2024, prolongou-se ao longo de 2025, embora com estabilização na segunda metade do ano, exigindo uma gestão criteriosa das políticas de *pricing*, de forma a assegurar a competitividade da oferta sem comprometer a sustentabilidade financeira da CEMAH.

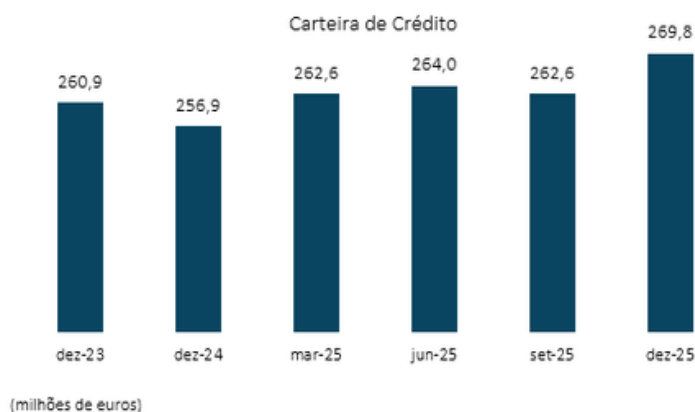
A Taxa Média Ponderada (TMP) das aplicações acompanhou esta tendência, estabilizando no segundo semestre e encerrando o ano num nível inferior ao registado no início de 2025, contribuindo positivamente para a margem financeira. A rubrica de depósitos a prazo manteve níveis de remuneração atrativos, alinhados com a estratégia de disponibilizar produtos específicos e diferenciadores, reforçando a proposta de valor consolidada em exercícios anteriores.

Esta abordagem permitiu à CEMAH equilibrar a necessidade de oferecer condições competitivas aos clientes com a preservação do equilíbrio financeiro, assegurando simultaneamente uma remuneração adequada das aplicações e uma gestão eficiente do excedente de liquidez.

## Crédito Comercial Efetivo

A carteira de crédito total da CEMAH [8] atingiu 269,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, superando a meta estabelecida de 268 milhões de euros e refletindo uma variação positiva de 5% face ao período homólogo. Este desempenho confirma a capacidade da CEMAH em consolidar a sua atividade creditícia num contexto económico ainda marcado por incerteza, mas com sinais de estabilização progressiva, sobretudo após o ajustamento da política monetária europeia iniciado no final de 2024.

A evolução da carteira foi influenciada por fatores estruturais e conjunturais. Para além do serviço de dívida programado, verificou-se novamente um volume ainda significativo de liquidações antecipadas e amortizações parciais, particularmente no segmento empresarial. Contudo, estes efeitos foram amplamente compensados por uma dinâmica muito positiva na produção de novo crédito, tanto no segmento de particulares como no de empresas, e por um contínuo reforço das ações de retenção da carteira.



[8] Pelo interesse na presente análise, assume-se, para este fim, a intenção de apresentar diferença em relação ao Anexo às Demonstrações Financeiras, desconsiderando contratos em nome da própria Instituição.

No segmento empresarial, a carteira evidenciou uma recuperação gradual após a contração registada em 2024. O reforço do apoio às empresas e a crescente recetividade destas à proposta de valor da CEMAH, orientada para o acompanhamento da sua atividade e para o desenvolvimento de novos projetos, permitiram um crescimento de 4,5% neste segmento, situando-se o saldo de crédito a empresas no final de 2025 em 138 milhões de euros.

Manteve-se a tendência de substituição de instrumentos tradicionais — como letras e livranças — por soluções de crédito a prestações, refletindo uma maior preferência por modelos de financiamento mais previsíveis e ajustados ao ciclo operacional das empresas. Apesar da evolução moderada, o crédito empresarial continuou a representar o cluster de maior expressão na carteira global da CEMAH, reafirmando o seu papel estratégico na sua atividade.

No segmento de particulares, registou-se um crescimento transversal em todos os clusters de crédito a prestações, em linha com o observado no período precedente. O crédito à habitação destacou-se como principal motor de expansão, reforçando o seu peso relativo na carteira total, agora em 25%, e consolidando-se como produto âncora, com forte impacto na fidelização dos clientes e no potencial de *cross-selling*.

A procura por crédito pessoal e crédito automóvel também registou uma evolução positiva, beneficiando de condições de financiamento mais favoráveis e de uma maior confiança das famílias, num contexto de estabilização gradual das taxas de juro.

A CEMAH manteve como prioridade a concessão de crédito com níveis adequados de colateralização e com seguros associados, assegurando uma abordagem prudente e alinhada com os riscos inerentes à atividade bancária. Esta política contribuiu para preservar a qualidade da carteira e reforçar a resiliência do balanço.

A estrutura da carteira de crédito em 2025 manteve-se relativamente estável, com um ligeiro reforço do peso dos clusters de particulares — em especial do crédito habitação — compensando a evolução mais moderada do crédito empresarial. Apesar desta redistribuição, o segmento empresarial continuou a representar a maior fatia da carteira total, refletindo a importância estratégica deste segmento para a CEMAH.

A Taxa Média Ponderada (TMP) das operações ativas acompanhou o novo ciclo de política monetária do Banco Central Europeu, caracterizado pela redução gradual das taxas de referência ao longo de 2025.

A crescente competitividade no mercado local, aliada à descida das taxas, contribuiu para uma redução da TMP da carteira de crédito, que se fixou num patamar inferior ao registado no final de 2024. Apesar desta redução, a CEMAH conseguiu preservar uma margem financeira equilibrada, sustentada por uma gestão criteriosa do pricing e por uma política ativa de acompanhamento da carteira.

Em síntese, o desempenho da carteira de crédito em 2025 evidencia crescimento sólido e sustentado, acima das metas definidas, reforço da produção de novo crédito, com contributos equilibrados entre empresas e particulares, manutenção de uma política prudente de risco e colateralização, preservação da qualidade da carteira e da margem financeira e capacidade da CEMAH em adaptar-se a um contexto económico e regulatório em transformação.

A CEMAH encerra 2025 com uma carteira de crédito robusta, diversificada e alinhada com os seus objetivos estratégicos, reforçando o seu papel enquanto agente dinamizador da economia local e regional.

## Recuperação de Crédito

Não obstante a aposta no robustecimento das equipas e das práticas internas no âmbito da recuperação de crédito, a CEMAH mantém uma política que privilegia a regularização do crédito vencido pela via extrajudicial, atendendo, sobretudo, ao conhecimento que advém de um relacionamento de proximidade ao cliente, da qualidade global da carteira de crédito (potenciada, também, por essa proximidade), nomeadamente ao nível das garantias prestadas, quer reais, por via de hipotecas, quer pessoais, por via de aval ou fiança. Releva, ainda, indicar que, atendendo ao panorama atual corrente, conclui-se que a CEMAH não está perante uma fase de incumprimento de crédito bancário relevante, havendo, no entanto, sempre a necessidade de assegurar um adequado acompanhamento, numa ótica de prevenção.

Do ponto de vista de contencioso e, em particular, das ações executivas intentadas pela CEMAH, cumpre referir que, por via de uma melhor eficácia interna e de um acompanhamento mais próximo dos processos por parte do Apoio Jurídico junto dos mandatários externos, tem sido possível concretizar um aumento da celeridade na recuperação do crédito neste âmbito.

No período de referência, o Legislador deu continuidade à preocupação em acompanhar os contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, contratos de crédito abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 80-A/2022 de 25 de novembro, alterado pela Lei n.º 1/2025, de 6 de janeiro, a comissão de reembolso antecipado prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, tendo a CEMAH continuado, no seu sistema informático, a isentar a Comissão de Reembolso Antecipado, até 31 de dezembro de 2025.

Quanto ao Modelo de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, definido em 2022, procedeu-se à consolidação da abordagem da Recuperação de Crédito a clientes com exposições não produtivas e com um determinado nível de incumprimento, a par da atuação das áreas de Gestão do Risco, o que resultou numa redução do rácio de NPL para 5,25%, sendo relevante considerar que, expurgado do efeito de alguns outliers – no caso, uma (1) exposição significativa com uma elevada cobertura de imparidade e com colateralização sólida –, este ficaria abaixo do rácio de referência de 5%, sendo que a sua projeção para 2026 e 2027 é de 2,8%. Releva referir que se verifica um o elevado nível de colateralização, relativamente aos créditos NPL no global, considerando que a sua cobertura ascende a 80,02% ou 122,78%, caso se considerem os colaterais ou o conjunto de colaterais e imparidade, respetivamente.

Deu-se continuidade ao acompanhamento das reestruturações urgentes (reestruturações por dificuldades financeiras do cliente), realizando-se ponto de situação mensal das reestruturações por dificuldades financeiras do cliente existentes, com referência ao último dia do mês anterior.

Prosseguindo com os mecanismos de controlo já implementados com a centralização do processo, e com um perito avaliador de imóveis independente para a certificação da qualidade dos relatórios de avaliação produzidos pelos avaliadores externos, na ótica do cumprimento integral dos preceitos regulamentares, nomeadamente no que concerne à monitorização e revisão das garantias associadas a ENP, de acordo com as Orientações EBA/GL/2018/06, no ano de 2025 a CEMAH realizou 1.799 avaliações e reavaliações imobiliárias, mais 4,4% do que no ano anterior, distribuídas por um painel de 15 avaliadores externos formalmente contratados.

No que concerne a imóveis obtidos em recuperação de crédito (por via de dação ou execução), disponíveis e não disponíveis para venda, a 31 de dezembro de 2025, o valor ascende a 495.408,89 euros, referente a 6 imóveis em carteira, o que representa uma redução, relativamente ao período homólogo, de *circa* 207 mil euros, resultado da alienação de 3 imóveis, num valor global de venda de 315 mil euros, registando-se o facto de não se ter registado qualquer entrada em 2025.

Por último e neste âmbito, a CEMAH destaca a Política de Suporte à Gestão de Imóveis Adquiridos em Reembolso de Crédito, elaborada ainda em 2023, e que tem como objetivo a formalização das linhas orientadoras e dos procedimentos da CEMAH, em matéria de gestão de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio – detenção, avaliação e alienação –, tendo em vista a minimização do tempo da sua detenção em balanço e/ou a garantia da redução efetiva da exposição prudencial a estes ativos.

## Comissionamento

O comissionamento em 2025 totalizou 3,4 milhões de euros, refletindo uma evolução positiva face ao ano anterior e consolidando a tendência de crescimento sustentado observada nos últimos anos. Este desempenho confirma a capacidade da CEMAH em reforçar as suas receitas de serviços, num contexto de elevada competitividade e de ajustamentos regulatórios contínuos.

Os serviços associados às facilidades transacionais mantiveram-se como o principal contributo para a rubrica de comissões, registando uma variação positiva ao longo do ano. A comissão de manutenção de conta continuou a representar uma parcela relevante do total. Embora influenciada pela política de *pricing* da CEMAH e pela disponibilização de soluções de depósitos à ordem isentas desta comissão, o crescimento da carteira de contas e clientes, permitiu uma variação positiva no contributo desta rubrica, em linha com a estratégia comercial orientada para a competitividade e inclusão financeira.

As alterações regulamentares introduzidas em 2023, com foco na proteção do consumidor de serviços financeiros, continuaram a produzir efeitos em 2025, embora com menor intensidade do que no ano anterior. O impacto destas medidas foi amplamente compensado pelo desempenho das comissões associadas ao crédito, tanto no segmento empresarial como particulares.

Importa destacar que este crescimento foi alcançado sem recurso a uma política de preços agressiva, refletindo uma estratégia assente na sustentabilidade, na transparência e na criação de valor para os clientes. A evolução positiva da rubrica de comissões resulta, assim, não de aumentos tarifários significativos, mas da expansão da atividade transacional, da diversificação das fontes de receita e da qualidade do relacionamento comercial desenvolvido com os clientes.

O desempenho do comissionamento em 2025 reforça o papel estratégico destas receitas na estrutura global de rendimentos da CEMAH, contribuindo para a estabilidade da margem financeira e para a robustez do modelo de negócio, num enquadramento de crescimento equilibrado e responsável.

## Sistemas de Pagamento

Ao longo de 2025, o Departamento de Operações manteve um papel determinante na consolidação e no avanço de um conjunto estruturado de iniciativas estratégicas orientadas para o reforço da eficiência, segurança e modernização das soluções de pagamento disponibilizadas aos clientes. Estas iniciativas foram desenvolvidas de forma integrada, visando garantir a evolução contínua dos modelos operacionais, a incorporação de melhores práticas do setor e a adoção de tecnologias alinhadas com as tendências emergentes do mercado dos serviços de pagamento.

Neste contexto, o Departamento assegurou o acompanhamento das dinâmicas de inovação que caracterizam o ecossistema financeiro, promovendo a harmonização dos processos internos com os padrões nacionais e internacionais aplicáveis. Paralelamente, manteve uma atuação estreitamente alinhada com as orientações definidas na Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, estabelecida pelo Banco de Portugal, garantindo a convergência para os objetivos estruturais desta estratégia, nomeadamente o reforço da resiliência operacional, a promoção da confiança dos utilizadores e a disponibilização de mecanismos de pagamento cada vez mais céleres, inovadores, eficientes e seguros.

O conjunto de ações executadas em 2025 permitiu, assim, não apenas a continuidade dos projetos em curso, mas também a criação de bases sólidas para o desenvolvimento de novas soluções e para a adaptação progressiva da CEMAH aos desafios regulamentares, tecnológicos e comportamentais que continuarão a moldar o futuro dos pagamentos de retalho.

Atento à proteção ao consumidor, o Banco de Portugal, com a publicação do aviso n.º 4/2024, estabeleceu a obrigação de os prestadores de serviços de pagamento assegurarem que, nas operações de pagamento executadas com recurso a referência de pagamento e nas operações de pagamento realizadas através de débitos diretos, o ordenante tem acesso à identificação do beneficiário final dos fundos, bem como à identificação do prestador de serviços de pagamento do beneficiário final dos fundos, tendo a CEMAH implementado esta medida em produção em 2025.

Em junho de 2025 deu-se início à implementação de uma nova versão da plataforma netCEM, que procede à evolução do produto base, e permitirá à CEMAH disponibilizar uma melhor experiência aos seus clientes nos canais digitais, que se estima entrar em produção durante o primeiro semestre de 2026.

No seguimento da implementação do projeto SPIN, e de acordo com as evoluções programadas para o tema, foi implementado um novo identificador para derivação de conta para pessoas singulares, o NIF, melhorando assim a experiência do utilizador na execução de transferências, ao permitir que sejam iniciadas com base em identificadores do beneficiário conhecidos ou fáceis de memorizar (o número de telemóvel, o NIF ou o NIPC), em vez do IBAN.

Dando cumprimento à instrução 11/2025 do Banco de Portugal, foi passado a produção em 5 de outubro de 2025 a funcionalidade de verificação do beneficiário no mercado europeu (*Verification of Payee – VOP*), para operações entre prestadores de serviços que participam no sistema de transferências imediatas no Eurosistema – o *TARGET Instant Payments Settlement (TIPS)*. O serviço de verificação de beneficiário permite aos prestadores de serviços de pagamento cumprirem o Regulamento (UE) 2024/886, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às transferências a crédito imediatas em euros, no que respeita à obrigação de disponibilizarem aos seus clientes um mecanismo que permita verificar o beneficiário na iniciação de transferências a crédito, tradicionais ou imediatas.

Durante o ano 2025, registou-se a continuidade da tendência de incremento do número de Terminais de Pagamento Automático contratualizados, tendo este número atingido os 702 equipamentos, com referência a 31 de dezembro, o que se traduz num aumento de 6,20%.

Relativamente aos cartões de débito, registava-se, no final de 2025, um total de 31.672 cartões, o que representa um decréscimo aproximado de 0,75% face a 2024.

O parque de ATM era constituído por 65 equipamentos a 31 de dezembro de 2025. Durante o ano foram feitas 2 substituições de equipamentos, um em fim de vida e por imposição regulatória na Ilha do Pico, e um na Ilha de São Miguel por avaria. Foi também retirado provisoriamente, por obras no local, um ATM existente no Mercado Municipal de Angra do Heroísmo. Decorrente da gestão ativa da rentabilidade do parque de ATM's, procedeu-se à retirada definitiva de um equipamento na Ilha Terceira.

Em 2025 avançou-se ainda com a adaptação das Transferências SEPA CT, dos Débitos Diretos SEPA e das Transferências Imediatas SEPA Imediatas às novas exigências regulamentares, em concreto, para as versões 9.00, 9.00 e 6.00 respetivamente. Foi também concluído o projeto com a SIBS para a alteração das transferências Multibanco e MBWay para o *scheme* SEPA Imediatas, tendo entrado em produção em setembro de 2025.

Atendendo à crescente predisposição do mercado para privilegiar os pagamentos efetuados através destes canais, em resposta às exigências de mobilidade e conveniência dos utilizadores, apresenta-se de seguida a informação relativa à concretização transaccional por tipo de instrumento de pagamento, discriminada em número e montante, incluindo o respetivo comparativo face ao período homólogo.

	2025		2024	
	Nº de Operações	Valor em euros	Nº de Operações	Valor em euros
<i>SEPA CT dest OIC</i>	189 187	298 657 047	156 990	485 297 865
<i>SEPA Imediatas</i>	48 762	123 053 852	30 273	68 576 367
<i>TRF Multibanco</i>	59 575	31 857 445	83 971	40 927 580
<i>OBA / PSD2</i>	745	549 986	333	210 984
<i>MBWay</i>	602 785	36 401 207	687 385	35 892 499

Em 2025 observa-se redução do volume total e, sobretudo, do valor agregado, influenciada por uma forte quebra no valor transacionado via SEPA CT (apesar do aumento de operações), parcialmente compensada pelo crescimento expressivo das SEPA Imediatas. O MBWay mantém o maior peso em número de operações, com ligeiro decréscimo de volume. Face ao período homólogo, é relevante salientar o crescimento acelerado de operações em *Open Banking*, em montante e número de operações, ainda que com peso reduzido, indicando uma maior adoção dos nossos clientes a serviços de iniciação de pagamento, fruto de uma maturação progressiva do *Open Banking* em Portugal.

# MERCADOS E INVESTIMENTOS

A linha de negócio de Mercados e Investimento continuou a assumir um papel relevante na geração da Margem Financeira e do Produto Bancário. O exercício de 2025 decorreu num enquadramento favorável aos mercados financeiros, sustentado pela normalização das pressões inflacionistas e pela inversão do ciclo de política monetária, com redução das taxas de juro, bem como pelo dinamismo associado à inovação tecnológica.

Todavia, a descida das taxas de juro teve impacto negativo no rendimento desta área, traduzindo-se numa redução de cerca de 1,5 milhões de euros face ao período anterior. Não obstante este contexto, a política de investimento da Instituição manteve-se prudente e alinhada com o seu modelo de negócio, privilegiando a geração de fluxos de caixa estáveis através de uma carteira de obrigações classificada ao custo amortizado.

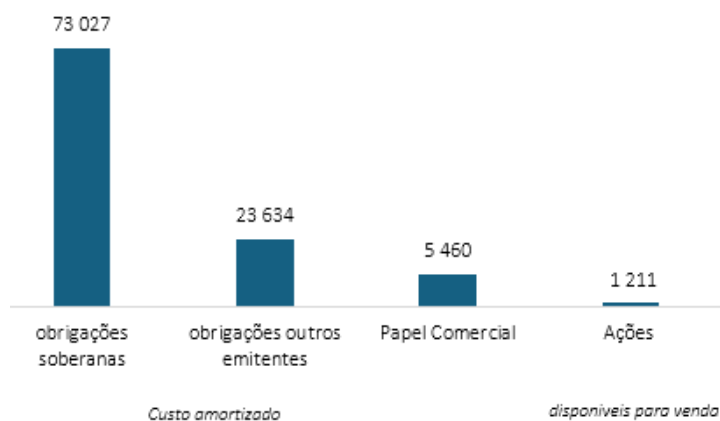
Os cortes das taxas diretoras por parte dos Bancos Centrais, a rentabilização da liquidez excedentária junto do Banco de Portugal, via aplicação em depósito *overnight*, manteve um importante contributo para a Margem Financeira da instituição. A 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado era de cerca de 162 milhões de euros, remunerados à taxa de 2%. Foram ainda mantidas outras aplicações de curto prazo, tais como, depósitos junto de outras instituições de crédito e papel comercial, que apresentavam no final de 2025 o valor de 2.800 milhares de euros e 5.460 milhares de euros, respetivamente.

Veja-se, então, o contributo dos juros, rendimentos e resultados, bem como dos encargos e imparidades, referentes a esta linha de negócio para a construção dos resultados do exercício (milhares de euros):

	31-12-2025	31-12-2024
Juros de aplicações no Banco de Portugal e OIC	3 256	4 245
Juros Papel Comercial	368	525
Juros Carteira Títulos	1 766	2 132
Outros ativos	2	4
<b>Contributo para a Margem Financeira</b>	<b>5 392</b>	<b>6 905</b>
Dividendos	61	51
Mais/menos-valias	-25	-24
Encargos com serviços e comissões	-91	-132
<b>Contributo para o Produto Bancário</b>	<b>5 337</b>	<b>6 801</b>
Imparidade	41	33
<b>Contributo para o RAI</b>	<b>5 378</b>	<b>6 834</b>

(valores em milhares de euros)

No final de 2025, o valor global da carteira de títulos ascendia a 103 milhões de euros, dos quais 93,5% correspondiam a investimento em obrigações (96.661 milhares de euros), sendo que a dívida soberana representava 71% do total da carteira. O investimento em Papel Comercial, que passou a integrar a carteira de títulos no início de 2024, fruto de uma reclassificação contabilística, representava cerca de 5% do total da carteira. A 31 de dezembro de 2025, a CEMAH não detinha em carteira quaisquer posições em ações, ETF ou Fundos de investimento, com exceção da participação social na SIBS, sendo que, com exceção desta última, toda a carteira detida pela CEMAH se encontrava classificada ao custo amortizado.



# GESTÃO DA MARCA

## Comunicação institucional

A gestão e a comunicação da marca são elementos centrais para a forma como uma organização é percebida pelo seu público. Mais do que um logótipo ou uma identidade visual, a marca representa um conjunto de valores, promessas e experiências que constroem significado e confiança ao longo do tempo.

Uma comunicação de imagem eficaz traduz essa identidade de forma coerente e estratégica, alinhando discurso, comportamento e expressão visual em todos os pontos de contacto. A marca e a imagem reforçam o posicionamento da organização, diferenciam-na no mercado e criam relações duradouras com os seus públicos.

Neste seguimento, no segundo semestre de 2025, a CEMAH apresentou novos conteúdos de comunicação de produto, focados na promoção estratégica de produtos e serviços essenciais para o crescimento do negócio, dirigidos tanto para o segmento particular como para o empresarial, assentes numa imagem e conceito renovados.

A divulgação decorreu ao longo de todo o ano, recorrendo a meios de comunicação tradicionais, como rádio e imprensa, bem como às redes sociais Facebook e Instagram.



## Redes Sociais

Num contexto cada vez mais digital, ao longo de 2025 foi reforçada a aposta na comunicação e promoção da marca CEMAH através das redes sociais, dando continuidade à produção regular de conteúdos no Facebook e Instagram.

Com o objetivo de estabelecer uma comunicação mais eficaz com um público-alvo mais jovem, promovendo uma relação de maior proximidade, disponibilidade e foco no cliente, estas duas plataformas digitais assumem um papel estratégico na divulgação da marca, bem como dos seus produtos e serviços. Em particular, durante 2025, contribuíram de forma relevante para potenciar o alcance e a notoriedade da marca CEMAH, reforçando a presença digital da CEMAH e a consistência da sua comunicação.

## Responsabilidade Social

Enquadrada pela missão assistencialista dos seus acionistas e pelo propósito que permanentemente orienta a sua atuação, a CEMAH procurou, ao longo do período em análise, reforçar o seu envolvimento com a sociedade, através do apoio a iniciativas no âmbito da sustentabilidade e da responsabilidade social. Esta atuação assentou na criação de valor social, no reforço das vertentes da economia social e da solidariedade, bem como na assunção de preocupações de natureza económica, ambiental e cultural nos mercados onde a CEMAH desenvolve a sua atividade.

No que respeita aos donativos, a CEMAH manteve o compromisso de apoiar causas e instituições de solidariedade social, com especial enfoque nas áreas do combate à pobreza e à exclusão social, bem como na promoção da saúde e no apoio a projetos de carácter solidário e de beneficência. Relativamente à concessão de apoios e patrocínios, foi mantida uma política criteriosa e responsável, orientada para a maximização do impacto positivo na imagem e no posicionamento institucional da CEMAH. Neste contexto, merecem destaque os patrocínios concedidos a festas concelhias e de freguesia nas diversas ilhas do arquipélago, bem como a associações e entidades de âmbito desportivo, recreativo e educativo, contribuindo para o dinamismo social, cultural e comunitário da Região.

# EVENTOS

## VII edição Concerto de Ano Novo

Em janeiro de 2025 teve lugar a VII edição do Concerto de Ano Novo da CEMAH, que se realizou na Igreja da Misericórdia, em Angra do Heroísmo.

O concerto pela Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu, foi abrilhantado pela participação dos cantores convidados Alla Lanova, Ana Rita Ormonde, Sancha Gaspar, João Rodrigues e Rui Baeta, promovendo o trabalho e a qualidade de músicos e artistas locais e estimulando sinergias com artistas de renome nacional.

A CEMAH assume o papel de promotor deste concerto, procurando assim contribuir para a criação de valor cultural no mercado em que opera, apoiando a comunidade local e as organizações culturais.



## Inauguração Balcão do Porto

No seguimento da integração por fusão da Caixa Económica do Porto (CEP) na CEMAH, assinada a 29 de novembro de 2024 entre a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e a A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos (ABF), realizou-se a cerimónia de inauguração do balcão do Porto a 21 de fevereiro, concretizando o objetivo de expansão da atividade da CEMAH para território continental, até então, circunscrita à Região Autónoma dos Açores.

Certos de que o balcão do Porto será uma mais-valia para os portuenses, que encontrarão neste espaço um atendimento personalizado e transparente, de uma instituição centenária, segura e de confiança, a CEMAH faz desde já um balanço preliminar de sucesso da estratégia de expansão consolidada.



## 1º Encontro Corporativo CEMAH

Sob o mote “Uma equipa, um futuro”, realizou-se, no dia 26 de abril, data em que se assinala o aniversário da Instituição, o 1.º Encontro Corporativo da CEMAH. Este evento, que teve lugar na Ilha Terceira, reuniu colaboradores provenientes de diferentes zonas geográficas, proporcionando um dia dedicado à partilha de experiências, à aprendizagem e ao fortalecimento do espírito de companheirismo.

Num ambiente informal e dinâmico, o encontro foi marcado por diversas atividades de *teambuilding*, concebidas para promover a comunicação, a cooperação e a confiança entre colegas. Teve como principal objetivo o reforço da cultura organizacional, alinhando valores, missão e visão da instituição, ao mesmo tempo que incentivou o sentimento de pertença e a coesão interna. Este momento revelou-se também uma oportunidade importante para estreitar relações interpessoais, valorizar o contributo de cada colaborador e consolidar uma identidade coletiva orientada para os desafios e objetivos futuros.



## Tomada de Posse dos Órgãos Sociais

No dia 18 de dezembro, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da CEMAH, com Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais para o triénio 2025/2027, que se iniciou com uma renovação do compromisso do Conselho de Administração, cuja composição se manteve.

Para além dos empossados, participaram na cerimónia o representante dos acionistas da CEMAH, o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), Dr. António Bento Barcelos e o Senhor Presidente da A Beneficência Familiar (ABF), Sr. Dr. Carlos Jorge, bem como os membros que compõem a Gestão de Topo da CEMAH.



## Jantar de Natal

A 19 de dezembro, realizou-se o tradicional jantar de Natal da CEMAH, reunindo os Órgãos Sociais, colaboradores e respetivas famílias, para celebrar a quadra natalícia. Esta celebração, já enraizada na instituição, representa um momento privilegiado de união, partilha e convívio.

Num ambiente marcado pelo espírito natalício, foi também um momento de reconhecimento do empenho coletivo e celebrar as conquistas alcançadas ao longo do ano, reforçando o sentimento de pertença e motivação.



# SUSTENTABILIDADE

A Diretiva *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, a par do pacote relativo à *Sustainable Finance Disclosures Regulation (SFDR)* (ainda que o pacote da SFDR não se aplique à CEMAH – uma vez que a Instituição não intervém no mercado financeiro em nenhuma das categorias de elegibilidade, designadamente por ser uma Instituição de crédito que não presta serviços de gestão de carteiras), robusteceu as regras inerentes ao reporte de informação no âmbito Social (o “S”) e Ambiental (o “E”, de Environmental), e o âmbito de aplicação é alargado, no sentido de garantir que os investidores e outros stakeholders têm acesso a informação transparente e relevante na avaliação dos riscos resultantes de questões de sustentabilidade, quer na gestão de fatores exógenos, como as alterações climáticas, quer no seu impacto no todo e em termos endógenos. De qualquer modo, a Comissão veio, conforme esperado, adotar o primeiro conjunto de standards, apenas no final de 2023, mantendo-se a expectativa de que o efeito de estabilização do custo de reporte só se verificará no médio/longo prazo, perante a harmonização da taxonomia, métodos e fontes da informação.

Na verdade, no âmbito do processo de planeamento estratégico para o triénio 2026-2028, a Instituição mantém a intenção de evoluir no tema dos riscos ESG, em particular na definição e implementação da estratégia comercial direcionada ao apoio de financiamentos sustentáveis.

Veja-se que a missão da CEMAH surge imbuída do espírito de crescimento inclusivo, concretizado desde logo na atuação como “banca de proximidade”, mas tal não confere necessariamente agilidade na transição do assistencialismo para a economia circular e, ainda menos, se considerada a extrapolação daí para preocupações mais contemporâneas como as finanças sustentáveis ou a preservação/regeneração ecológica e da biodiversidade. Mais, empreender iniciativas de apoio Social relevantes, quando a acionista maioritária é a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e sem ferir preceitos de *Corporate Governance*, também terá sempre um enquadramento especial.

Para a CEMAH, todavia, a componente Social do ESG abarca também práticas de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal/familiar dos colaboradores, bem como a sua saúde mental e bem-estar. Certo é que, tal como reconhecido ao nível do Plano Estratégico, a promoção de práticas de gestão de talentos com vista à captação e retenção dos mesmos e otimização da estrutura organizacional é um desafio, sobretudo, considerando as idiossincrasias do ecossistema no qual a Instituição opera (a nível socioeconómico, geográfico e afins).

Do ponto de vista da componente *Environmental*, é de mencionar o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), que contém as medidas do Governo Regional dos Açores (GRA) nessas matérias. O PRAC inclui medidas e ações de aplicação sectorial, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução, bem como a definição de medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos sectores estratégicos. As autoridades regionais dos Açores dispõem de um orçamento total de quase 20 milhões de euros (dos quais cerca de 12 milhões são financiados pela União Europeia), e de uma equipa do projeto que contribuirá para a execução de um programa regional de adaptação às alterações climáticas ao longo de 10 anos, até dezembro de 2030.

O PRAC, enquanto instrumento de política sectorial, vincula todas as entidades públicas, cabendo aos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território acautelar a programação e a concretização das políticas e objetivos definidos, sendo de referir que este programa foi aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A. Neste programa foram identificadas as áreas em que existe maior probabilidade de ocorrência de eventos catastróficos, nomeadamente, movimentos de vertente, cheias ou inundações, bem como as zonas ameaçadas pelo mar. O mesmo incorpora medidas de prevenção sobre os sectores de atividade mais afetados por estes fenómenos, para além, naturalmente, da segurança das pessoas e bens.

A CEMAH reconhece a relevância dos riscos climáticos e ambientais (C&A), em resultado da transversalidade dos impactos que os seus fatores podem apresentar nas demais categorias de risco (ou ‘riscos tradicionais’) e, por conseguinte, no modelo e estratégia de negócio. Por oposição aos riscos tradicionais (crédito, mercado, operacional, liquidez, etc.), os primeiros constituem-se como riscos emergentes, na medida em que, utilizando a abordagem tradicional de quantificação dos riscos, seria provável concluir que estes riscos são imateriais, dado que os seus impactos tenderiam a ser pouco significativos num horizonte temporal tradicional de curto prazo. Contudo, adotando um horizonte temporal mais alargado, é possível identificar riscos (i.e., concentrações) relevantes a médio-longo prazo, cuja materialidade exige ser tratada e gerida. Neste contexto, os riscos C&A constituem uma categoria autónoma de risco que afeta as categorias de risco tradicionais - financeiras e não financeiras - através de uma variedade de canais de transmissão.

Tendo em consideração a natureza evolutiva dos riscos C&A, e tal como referido na secção da Gestão do Risco, a CEMAH implementou a Política de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, que define os princípios orientadores, as estruturas, os processos e as responsabilidades associadas à gestão dos riscos C&A a que a Instituição se encontra exposta. Os procedimentos estabelecidos nesta política são enquadráveis no sistema de gestão dos riscos da Instituição, nomeadamente pela articulação com: a) os exercícios de identificação e de autoavaliação do perfil de risco, que integra as componentes de identificação e de avaliação da materialidade dos riscos aos quais a CEMAH se encontra exposta; b) a apetência pelo risco (*Risk Appetite Statement*) e demais abordagens que a desdobram e suportam em termos operacionais; e c) conforme – e quando - aplicável, o processo de avaliação da adequação do capital interno (“ICAAP”) e da liquidez (“ILAAP”) ou a quantificação dos riscos.

À luz desta política, a Instituição procedeu à avaliação dos riscos C&A nas carteiras relevantes, com o objetivo de produzir resultados específicos baseados em cenários climáticos. Na prática, a avaliação do impacto dos principais fatores de risco assegura que os resultados derivam da projeção dos principais transmissores de risco dentro de um cenário específico e para um ano definido, que pode variar entre 2025 e 2050. São consideradas as seguintes variáveis para as transmissões de risco C&A: a) preços do carbono; b) preços da energia; c) necessidades de CAPEX verde e d) flutuação das frequências e impactos dos riscos físicos. Esta avaliação é realizada para uma projeção 2030, levando em consideração os seguintes cenários climáticos:

- a) O cenário Net-Zero 2050 baseia-se na premissa de que o aquecimento global será limitado a 1.5º C, graças à implementação de políticas climáticas e inovações destinadas a alcançar emissões Net-Zero de CO<sub>2</sub> até cerca de 2050. Este cenário prevê a introdução imediata de políticas climáticas ambiciosas e o uso de tecnologias de remoção de dióxido de carbono para acelerar o processo de descarbonização, resultando num elevado risco de transição; e
- b) O cenário *Current Policies* projeta a manutenção das políticas atualmente em vigor, o que pode resultar num aumento significativo do risco físico. Este cenário pressupõe que as emissões continuarão a crescer até 2080, levando a um aquecimento global de 3º C e a riscos físicos severos. Foi adotada uma abordagem baseada na variável geográfica, uma vez que a gravidade dos riscos físicos varia em função da localização.

Dos cenários climáticos e ambientais acima descritos, resulta a existência de materialidade, enquanto riscos emergentes, na carteira de investimento de títulos, no segmento das empresas da carteira de crédito e nos depósitos. Por conseguinte, foram definidos, durante o ano de 2025, níveis de tolerância internas sobre os riscos C&A, no quadro da apetência ao risco. Os mesmos foram objeto de análise de desempenho, previamente à formalização da referida apetência ao risco. Complementarmente, o Plano de Continuidade do Negócio foi revisto via incorporação do mapeamento dos riscos físicos.

Alinhada com a sua Política de Responsabilidade Social, a CEMAH mantém um foco estratégico na sustentabilidade e na otimização de recursos, privilegiando a racionalização energética e a redução do consumo de consumíveis, com destaque para o papel e o plástico.

No âmbito desta estratégia, a Instituição formalizou, em 2024, candidaturas ao sistema de incentivos regional para a instalação de unidades de produção de energia fotovoltaica nos seus edifícios próprios (Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2022/A). Com a aprovação obtida em novembro último, prevê-se a execução deste investimento em 2026.

Adicionalmente, a transição para uma mobilidade mais sustentável tem sido assegurada pela opção por viaturas híbridas ou 100% elétricas, reduzindo a pegada carbónica da operação. Complementarmente às medidas estruturais, a CEMAH promove a eficiência energética no quotidiano, incentivando os seus colaboradores a adotar práticas responsáveis no uso de climatização, iluminação e serviços de reprografia.

Quanto à visão da evolução da oferta de produtos bancários em direção à pressão para a digitalização, como adaptação a questões de sustentabilidade do negócio, de expansão da oferta a *targets* diferenciados e de resposta à exigência de mobilidade e desmaterialização de processos, a Instituição encontra-se alinhada com o mercado, mantendo-se o volume significativo de operações realizadas pelas vias digitais. Não deixa de ser relevante mencionar o crescimento da oferta de serviços bancários de adesão simples, rápida e ajustados à complexidade do cliente, como sejam as contas de serviços mínimos bancários, e o estudo de alternativas de diferenciação de comissionamento, designadamente da comissão de manutenção de conta, para clientes “verdes” (v.g. com adesão ao extrato digital).

Verificou-se como incontornável o envolvimento crescente do ecossistema empresarial em crescimento, no sentido de dar a conhecer as soluções e serviços financeiros atualmente disponíveis e abrir espaço para eventuais parcerias, não apenas com *start-ups*, como também com micro e pequenas empresas ligadas às áreas da Agroindústria, Tecnologias de Informação e Comunicação e Indústrias Culturais e Criativas, assim como acompanhar oportunidades de investimento em projetos e empresas inovadoras, em diferentes estágios de desenvolvimento e consolidação. É ainda de destacar que a CEMAH vem demonstrando, desde há muito, apetência para apoiar clientes que apresentam ideias inovadoras sobre fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação de materiais e energia, mesmo quando financeiramente mais desafiante ou menos atrativo. Para além disso, releva referir que, por princípio, a CEMAH privilegia o relacionamento comercial com entidades sediadas na Região, sendo a aquisição de bens e serviços efetuada no comércio local, sempre que viável.

Por outro lado, ao nível da carteira própria e perante uma certa imaturidade da terminologia e avaliação dos *social Instruments*, *green instruments* e *sustainability linked instruments*, bem como do espaço existente para o já mencionado *greenwashing* dos emitentes e dos *traders*, a CEMAH tem efetuado o seu posicionamento com alguma parcimónia.

Em suma, a ideia fundamental permanece: o desenvolvimento económico tem de ser motriz do desenvolvimento generalizado, social e individual, com impacto atual e futuro, mas os custos da forma não poderão prevalecer sobre a substância.



# VISÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras analisadas de seguida reportam-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2026.

## Balanço

(milhares de Euros)

	2025-12-31		2024-12-31	
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	180 442	32,02%	144 149	27,79%
Ativos financeiros detidos para negociação	-	0,00%	-	0,00%
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	0,00%	-	0,00%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1 211	0,21%	1 211	0,23%
Ativos financeiros pelo custo amortizado	367 636	65,23%	360 063	69,43%
Ativos fixos tangíveis	6 105	1,08%	5 806	1,12%
Outros ativos intangíveis	1 998	0,35%	1 908	0,37%
Ativos por impostos correntes	1 551	0,28%	820	0,16%
Ativos por impostos diferidos	279	0,05%	300	0,06%
Outros ativos	3 925	0,70%	3 655	0,70%
Ativos não correntes e grupos para alienação class. detidos para venda	470	0,08%	722	0,14%
<b>Total de Ativo</b>	<b>563 616</b>	<b>100,00%</b>	<b>518 634</b>	<b>100,00%</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	514 263	91,24%	471 911	90,99%
Outras provisões	65	0,01%	108	0,02%
Passivos por impostos correntes	1 121	0,20%	1 668	0,32%
Passivos por impostos diferidos	12	0,00%	15	0,00%
Outros passivos	4 917	0,87%	4 395	0,85%
<b>Total de Passivo</b>	<b>520 377</b>	<b>92,33%</b>	<b>478 096</b>	<b>92,18%</b>
<b>Capital</b>				
Capital realizado	20 338	3,61%	20 338	3,92%
Prémio de emissão	374	0,07%	374	0,07%
Lucros retidos	5 606	0,99%	3 691	0,71%
Reservas de reavaliação	250	0,04%	249	0,05%
Outras reservas	12 971	2,30%	10 057	1,94%
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	3 700	0,66%	5 827	1,12%
(-) Dividendos provisórios				
<b>Total de Capital</b>	<b>43 239</b>	<b>7,67%</b>	<b>40 538</b>	<b>7,82%</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>	<b>563 616</b>	<b>100,00%</b>	<b>518 634</b>	<b>100,00%</b>

A 31 de dezembro de 2025, o Ativo líquido da CEMAH situava-se nos 563.616 milhares de euros, representando um aumento de 8,67% face ao período homólogo do ano anterior. Da análise das suas componentes com peso mais significativo, tem-se:

- A rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado apresenta em 2025 um aumento de 7.573 milhares de euros face ao ano anterior, que compreende os seguintes ativos:
  - i. Crédito a clientes líquido, no montante de 262.762 milhares de euros, que compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber deduzido das respetivas imparidades. Este representa 46,62% do Ativo líquido e regista um aumento de 5,72% face ao ano anterior;
  - ii. Aplicações a prazo em instituições de crédito, deduzidas da respetiva imparidade e acrescidas dos correspondentes juros a receber, num montante de 2.846 milhares de euros a 31 de dezembro de 2025, face aos 2.873 milhares de euros registados a 31 de dezembro do exercício anterior. Estas correspondem a depósitos a prazo em instituições financeiras de sólida reputação, e proporcionaram em um rendimento anual de 69 milhares de euros em 2025 (100 milhares de euros em 2024). As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios;
  - iii. Obrigações classificadas ao custo amortizado, num montante de 96.580 milhares de euros, que a CEMAH tenciona manter no seu ativo até à respetiva maturidade, rentabilizando o respetivo investimento por via do recebimento dos respetivos fluxos de caixa contratuais e protegendo esta componente da carteira da volatilidade do mercado. Face a dezembro de 2024, estes ativos sofreram uma diminuição de 2.262 milhares de euros;
  - iv. Papel comercial líquido de imparidades no valor de 5.448 milhares de euros. Este valor representa uma diminuição de 4.364 milhares de euros face ao registado no período homólogo;
- A rubrica de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem apresentava a 31 de dezembro de 2025 um saldo de 180.442 milhares de euros, registando um aumento de 25,18% face ao final do exercício de 2024. O montante registado nesta rubrica inclui 168.734 milhares de euros de saldos em bancos centrais, dos quais 161.763 milhares de euros referentes a um depósito efetuado no *overnight* junto do Banco Central, que à taxa de juro da facilidade permanente de depósito do BCE, permite à CEMAH a rentabilização da liquidez excedentária, numa base diária;
- O montante dos Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral, respeitante à participação da CEMAH na SIBS, não registou qualquer variação durante o ano de 2025;
- Os Ativos tangíveis e intangíveis, no valor líquido de 8.103 milhares de euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio, equipamento e aplicações informáticas necessários ao funcionamento da Instituição, assim como o reconhecimento do direito de uso de imóveis e viaturas. A 31 de dezembro de 2025, o valor líquido dos ativos intangíveis, de 1.998 milhares de euros, incluía 1.340 milhares de euros referentes ao investimento em curso no novo *Core Bancário*;
- Os Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda incluem os ativos recebidos em reembolso de crédito próprio em condições de serem alienados. A 31 de dezembro de 2025 estes apresentavam um valor líquido de 470 milhares de euros, inferior em 722 milhares de euros face ao registado em 2024, fruto do esforço desenvolvido no sentido da alienação de tais ativos.

A estrutura do Ativo do Balanço da CEMAH não sofreu, portanto, alterações significativas durante o exercício de 2025, com exceção do aumento significativo registado na rubrica de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem.

Quanto ao Passivo, a 31 de dezembro de 2025, este registava um valor de 520.377 milhares de euros, mais 42.281 milhares de euros do que no final de 2024. Este aumento de 8,84% resultou essencialmente do crescimento dos depósitos de clientes. No âmbito do Passivo, salientam-se então os valores das seguintes rubricas:

- Passivos financeiros pelo custo amortizado, no montante de 514.263 milhares de euros. Esta rubrica inclui a carteira de depósitos da Instituição acrescida dos respetivos juros a pagar, que assumem o montante de 412.892 milhares de euros, e tendo registado durante o exercício de 2025 um aumento de 43.916 milhares de euros (9,36% face ao ano anterior). Ainda, no final do mês de novembro a CEMAH exerceu o direito de liquidação antecipada do empréstimo subordinado que havia sido emitido no final de julho de 2020, resultando numa diminuição do saldo da rubrica em 1.823 milhares de euros, relativos a capital e juros do mesmo;

- Outros Passivos, com um valor de 4.917 milhares de euros e que representam 0,94% do passivo da Instituição.

A 31 de dezembro de 2025, o Capital Próprio da CEMAH era de 43.239 milhares de euros, apresentando um crescimento de 7,66% (3.076 milhares de euros) em relação ao período idêntico do ano anterior. Da análise das suas componentes salienta-se:

- Um aumento de 1.915 milhares de euros da rubrica Lucros retidos. No saldo desta componente do Capital encontram-se refletidos os impactos das remensurações do Fundo de Pensões e os dividendos não distribuídos.
- Um aumento das Outras reservas de 2.914 milhares de euros, correspondente a 50% do resultado líquido de 2024;
- O resultado líquido do exercício de 2025, que se situou nos 3.700 milhares de euros, 2.128 milhares de euros inferior ao registado em 2024.

## Demonstração do Rendimento Integral

(milhares de Euros)

	2025-12-31	2024-12-31
Juros e rendimentos similares	17 795	22 581
Juros e encargos similares	(4 824)	(5 845)
<b>Margem financeira</b>	<b>12 971</b>	<b>16 737</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	61	51
Rendimentos de serviços e comissões	3 158	2 995
Encargos com serviços e comissões	(633)	(621)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	-	-
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	-	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	87	140
Resultados de alienação de ativos financeiros ao custo amortizado (líquido)	(25)	(30)
Outros rendimentos de exploração	441	176
Outros encargos de exploração	(874)	(1 250)
<b>Produto bancário</b>	<b>15 187</b>	<b>18 198</b>
Custos com pessoal	(5 438)	(5 251)
Gastos gerais administrativos	(4 947)	(4 563)
Amortizações do exercício	(502)	(468)
Provisões líquidas de reposições e anulações	43	(56)
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rend. integral líq. reversões e recuperações	-	-
Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado líquida de reversões e recuperações	360	(587)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	92	(77)
Goodwill negativo	-	124
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	74	144
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4 870</b>	<b>7 465</b>
Impostos	(1 171)	(1 638)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 700</b>	<b>5 827</b>

<b>Elementos que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>(11)</b>	<b>375</b>
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(11)	375
Varição do justo valor de instrum. capital próprio mensurados pelo justo valor através do outro rend.integral	0	0
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	0	0
Impacto fiscal	0	0
<b>Elementos que podem ser reclassificados em resultados</b>	<b>32</b>	<b>0</b>
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	0	0
Varição de justo valor	0	0
Impacto fiscal	0	0
Imposto sobre rendimentos relacionados com elem. que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos	32	0
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>3 721</b>	<b>6 202</b>
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	3 721	6 202

A Margem financeira apresentou um decréscimo de 22,50% face a 2024, passando de 16.737 milhares de euros em 2024 para 12.971 milhares de euros em 2025. Este decréscimo ficou a dever-se a uma maior diminuição da rubrica de Juros e proveitos similares, face à verificado na rubrica de Juros e encargos similares. Para a diminuição verificada nos primeiros, contribuíram, essencialmente, as variações negativas de 3.266 milhares de euros nos juros de crédito a clientes, de 523 milhares de euros nos juros da carteira de títulos incluindo papel comercial, e 957 milhares de euros referentes às aplicações no overnight junto do Banco Central, enquanto nos segundos contribuiu sobretudo, a variação de 1.023 milhares de euros na remuneração dos depósitos de clientes da CEMAH.

O Produto bancário registou, em 2025, uma diminuição de 3.135 milhares de euros face ao valor contabilizado em 2024, registando assim uma variação inferior à registada da margem financeira. Esta menor diminuição deveu-se sobretudo ao aumento dos Rendimentos de serviços e comissões em 164 milhares de euros, dos Outros rendimentos de exploração em 141 milhares de euros, e diminuição dos Outros encargos de exploração, de 376 milhares de euros.

No que concerne aos Custos operacionais, a rubrica de Custos com o pessoal registou um aumento de 3,56%, face ao ano anterior, sendo que os Gastos gerais administrativos sofreram um acréscimo de 8,43% face a 2024.

As Provisões e imparidades líquidas, registadas de acordo com princípios gerais definidos na IFRS 9, representaram um contributo positivo para o Resultado antes de impostos de 495 milhares de euros, sobretudo devido à diminuição das imparidades e provisões constituídas para a carteira de crédito de clientes. A 31 de dezembro de 2025, o valor de provisões e imparidades registado nas demonstrações financeiras da CEMAH era de 7.746 milhares de euros (9.931 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024).

Os Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido) compreendem o saldo entre as mais e as menos valias realizadas com a alienação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Em 2025, este valor foi positivo em 74 milhares de euros (144 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024).

No que concerne à rubrica de Impostos, o imposto corrente de 2025 foi apurado pela CEMAH com base na nominal de 21%, sendo os impostos diferidos, ativos e passivos, apurados com base na taxa de 20%. Os impostos correntes e diferidos representam um contributo negativo para o resultado líquido de 1.171 milhares de euros. Relativamente ao imposto corrente, em 2025 a CEMAH estimou um lucro fiscal de 5.064 milhares de euros, o que permitirá a dedução de 127 milhares de euros dos prejuízos fiscais acumulados da CEP, que transitaram para a esfera da CEMAH.

O Resultado Líquido do Exercício de 2025 foi de 3.700 milhares de euros.

No âmbito do rendimento integral do período, tem-se que, a 31 de dezembro de 2025, os elementos que não serão reclassificados em resultados se situaram nos -11 milhares de euros, e os que poderão vir a ser reclassificados em resultados representaram 32 milhares de euros, ficando-se este indicador no final período em 3.721 milhares de euros.



130  
1896  
2026  
ANOS

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em consideração o estabelecido no artigo 4.º dos seus Estatutos, de “*pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas a deduções legal e estatutariamente devidas*”, a CEMAH procedeu à análise dos impactos de uma distribuição de resultados de 20% do resultado líquido estimado para 2025 (739.905,00 euros) nas suas projeções de Fundos Próprios, tendo concluído que, mesmo após uma distribuição de tal montante, continua a ser assegurada uma cobertura adequada por fundos próprios dos requisitos de capital apurados no âmbito dos seus processos de planeamento e financiamento de capital e de autoavaliação da adequação de capital interno, incluindo no caso de uma deterioração da conjuntura económica e financeira.

Assim, considerando as disposições legais estatutárias relativas à aplicação de resultados, e em cumprimento com as Orientações do Supervisor, propõe-se a seguinte afetação do resultado líquido de 2025, em montante que ascende a 3.699.524,98 euros:

- 25% para Reserva Geral, no montante de 924.881,25 euros;
- 25% para Reserva Estatutária, no montante de 924.881,25 euros;
- 20% para distribuição aos acionistas:
  - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo: 725.106,90 euros;
  - A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos: 14.798,10 euros;
- 30% para Lucros Retidos, no montante de 1.109.857,48 euros.

Angra do Heroísmo, 10 de março de 2026

O Conselho de Administração,



António Maio



Maria Laurentina Mendes



Miguel Bendito



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2025-12-31	2024-12-31
<b>Ativo</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	<b>6.1</b>	180 442	144 149
Dinheiro em caixa		9 780	10 038
Saldos de caixa em bancos centrais		168 734	131 126
Disponibilidades em outras instituições de crédito		1 928	2 985
Ativos financeiros detidos para negociação	<b>6.2</b>	-	-
Derivados		-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados	<b>6.3</b>	-	-
Instrumentos de capital próprio		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	<b>6.4</b>	1 211	1 211
Instrumentos de capital próprio		1 211	1 211
Títulos de dívida		-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	<b>6.5</b>	367 636	360 063
Títulos de dívida		102 028	108 654
Empréstimos e adiantamentos		265 608	251 410
Ativos fixos tangíveis	<b>6.6</b>	6 105	5 806
Outros ativos intangíveis	<b>6.7</b>	1 998	1 908
Ativos por impostos correntes	<b>6.8</b>	1 551	820
Ativos por impostos diferidos	<b>6.8</b>	279	300
Outros ativos	<b>6.9 e 6.16</b>	3 925	3 655
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	<b>6.10</b>	470	722
<b>Total de Ativo</b>		<b>563 616</b>	<b>518 634</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	<b>6.12</b>	-	-
Derivados		-	-
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	<b>6.13</b>	514 263	471 911
Depósitos		512 892	468 976
Outros passivos financeiros		1 371	1 112
Passivos subordinados		0	1 823
Derivados - contabilidade de cobertura			
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			
Outras provisões	<b>6.11</b>	65	108
Passivos por impostos correntes	<b>6.8</b>	1 121	1 668
Passivos por impostos diferidos	<b>6.8</b>	12	15
Outros passivos	<b>6.14</b>	4 917	4 395
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda			
<b>Total de Passivo</b>		<b>520 377</b>	<b>478 096</b>
<b>Capital</b>			
Capital realizado	<b>6.17</b>	20 338	20 338
Prémios de emissão	<b>6.18</b>	374	374
Outro capital próprio			
Outro rendimento integral acumulado			
Lucros retidos	<b>6.19</b>	5 606	3 691
Reservas de reavaliação	<b>6.20</b>	250	249
Outras reservas	<b>6.21</b>	12 971	10 057
(-) Ações próprias			
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		3 700	5 827
(-) Dividendos provisórios			
<b>Total de Capital</b>		<b>43 239</b>	<b>40 538</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>		<b>563 616</b>	<b>518 634</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

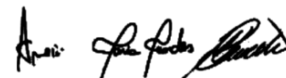
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2025-12-31	2024-12-31
Juros e rendimentos similares		17 795	22 581
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		17 777	22 555
Outros ativos		18	27
Juros e encargos similares		(4 824)	(5 845)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(4 824)	(5 845)
	<b>Margem financeira</b>	<b>12 971</b>	<b>16 737</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	6.24	61	51
Rendimentos de serviços e comissões	6.25	3 158	2 995
Encargos com serviços e comissões	6.25	(633)	(621)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	6.26	-	-
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	6.26	-	-
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	6.26	-	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.26	87	140
Resultados de ativos financeiros pelo custo amortizado (líquido)	6.26	(25)	(30)
Outros rendimentos de exploração	6.27	441	176
Outros encargos de exploração	6.27	(874)	(1 250)
	<b>Produto bancário</b>	<b>15 187</b>	<b>18 198</b>
Custos com pessoal	6.28	(5 438)	(5 251)
Gastos gerais administrativos	6.29	(4 947)	(4 563)
Amortizações do exercício		(502)	(468)
Ativos fixos tangíveis	6.6	(416)	(393)
Ativos fixos intangíveis	6.7	(86)	(75)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.11	43	(56)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquida de reversões e recuperações	6.11	-	-
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado líquida de reversões e recuperações	6.11	360	(587)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	6.11	92	(77)
Godwill negativo	6.30	-	124
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	6.31	74	144
	<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4 870</b>	<b>7 465</b>
Impostos	6.8 e 6.32	(1 171)	(1 638)
	<b>Resultado após impostos</b>	<b>3 700</b>	<b>5 827</b>
	<b>Resultado por ação (euros)</b>	<b>0,18</b>	<b>0,29</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos  
 em 31 de dezembro de 2025 e 2024

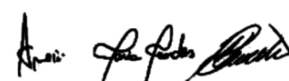
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2025-12-31	2024-12-31
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Juros recebidos		16 255	19 612
Juros pagos		(5 408)	(5 209)
Comissões recebidas		3 428	3 232
Comissões pagas		(633)	(621)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(10 381)	(12 385)
Impostos		(2 637)	(1 601)
(Aumentos)/diminuições dos ativos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(894)	(7 567)
Créditos e adiantamentos a clientes		(13 048)	15 450
Outros ativos		135	2 027
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com instituições de crédito - à vista		(7)	(59)
Débitos para com clientes - à vista		24 444	23 524
Débitos para com clientes - a prazo		20 513	1 547
Outros passivos		(292)	(1 119)
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>31 476</b>	<b>36 832</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		61	51
Juros recebidos de ativos financeiros		2 439	2 039
Venda e vencimento de ativos financeiros		51 977	16 545
Compra de ativos financeiros		(45 897)	(8 495)
Compra de outros ativos tangíveis		(251)	(223)
Venda de outros ativos tangíveis		-	-
Compra de ativos intangíveis		(623)	(266)
Venda de ativos intangíveis		-	-
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>7 706</b>	<b>9 652</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		-	-
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		(1 750)	-
Juros de dívida subordinados		(233)	(175)
Dividendos pagos		(1 020)	(999)
		<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>(3 003)</b>	<b>(1 174)</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>36 179</b>	<b>45 310</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>6.15</b>	<b>147 024</b>	<b>101 574</b>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		87	140
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6.15</b>	<b>183 290</b>	<b>147 024</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo  
 Demonstrações de alterações no capital próprio  
 dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

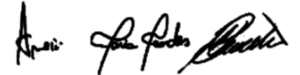
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	Capital	Prémio de emissão	Lucros retidos	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		19 932	-	816	249	6 899	6 657	34 553
Emissão de ações ordinárias	6.17	407	374					781
Aplicação dos resultados	6.17, 6.21							
Reserva Legal						1 664	(1 664)	-
Reserva Estatutária						1 664	(1 664)	-
Lucros retidos	6.19			2 330			(2 330)	-
Distribuição de dividendos							(999)	(999)
Rendimento integral total do exercício	6.16, 6.17, 6.20, 6.21			545	-	(170)	5 827	6 202
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		20 338	374	3 691	249	10 057	5 827	40 538
Emissão de ações ordinárias	6.17							-
Aplicação dos resultados	6.17, 6.21							
Reserva Legal						1 457	(1 457)	-
Reserva Estatutária						1 457	(1 457)	-
Lucros retidos	6.19			1 894			(1 894)	-
Distribuição de dividendos							(1 020)	(1 020)
Rendimento integral total do exercício	6.16, 6.17, 6.20, 6.21			21	1		3 700	3 721
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025 (período corrente)</b>		20 338	374	5 606	250	12 971	3 700	43 239

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



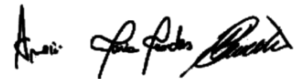
Unidade: Milhares de Euro

	2025-12-31	2024-12-31
<b>Lucros ou prejuízos (-) do exercício</b>	<b>3 700</b>	<b>5 827</b>
<b>Outro rendimento integral</b>	<b>21</b>	<b>375</b>
<b>Elementos que não serão reclassificados em resultados</b>	<b>21</b>	<b>375</b>
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(11)	375
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	-	-
Impacto fiscal	32	-
<b>Elementos que podem ser reclassificados em resultados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Variação de justo valor	-	-
Impacto fiscal	-	-
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos (-)	-	-
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>3 721</b>	<b>6 202</b>
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	3 721	6 202

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido fundada em 26 de abril de 1896, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio e aprovou o Regime Jurídico das Caixas Económicas, a CEMAH foi transformada *ope legis* em caixa económica bancária podendo, enquanto tal, praticar as mesmas operações que aos bancos são permitidas, nomeadamente as elencadas no artigo 4.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Assim, em face do regime legal atualmente em vigor e do quadro estatutário pelo qual se rege, a CEMAH está habilitada a exercer as mesmas atividades que os bancos comerciais, as quais, em face da evolução dos mercados financeiros, se têm vindo a revestir de acrescida complexidade.

Da mesma forma, a CEMAH está, em regra, sujeita ao cumprimento das mesmas regras legais e regulamentares que são aplicadas aos bancos, designadamente, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o *Capital Requirements Regulation*.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, de uma rede de 14 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel, e de um balcão localizado na cidade do Porto, aberto no final de 2024 na sequência da fusão por incorporação da Caixa Económica do Porto (“CEP”).

A 31 de dezembro de 2025 a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora de 98% do capital da Caixa, sendo os restantes 2% detidos pela associação A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos (“ABF”).

### 2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

#### 2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CEMAH apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2025.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2026. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Euros e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a CEMAH operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos

subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a CEMAH dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a CEMAH efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.3.12.

#### IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2025:

##### – Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – Lack of exchangeability	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

##### – Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Aplicável na União  
Europeia nos exercícios  
iniciados em ou após

Norma / Interpretação		
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implantação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	1-jan-26	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1-jan-26	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

– Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Aplicável nos  
exercícios iniciados  
em ou após

Norma / Interpretação		
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	1-jan-27	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2025 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implantação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1-jan-27	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2025 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.
Emendas à IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1-jan-27	Emenda publicada em agosto de 2025 inclui alterações às divulgações requeridas pela norma IFRS 19 devido a alterações posteriores a outras normas IFRS que não existiam ainda à data de publicação da IFRS 19.
Emenda à IAS 21 – Efeito de alterações em taxas de câmbio – conversão para moeda de	1-jan-27	Esta emenda publicada em novembro de 2025 clarifica que quando seja necessário converter demonstrações financeiras com uma moeda funcional de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação

---

apresentação de economia hiperinflacionária	de uma economia hiperinflacionária sejam convertidos todos os ativos, passivos, rubricas de capital, proveitos e custos à taxa de câmbio de fecho do reporte (incluindo comparativos).
---	--

---

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

## 2.2. Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024.

## 2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e, portanto, líquido, se transaciona de uma forma regular.

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Caixa para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

### 2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método da taxa de juro efetiva, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no momento do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

#### 2.3.1.1.1 Imparidade para crédito

As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” têm como propósito: (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas; (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

No âmbito da imparidade, aplica-se a Norma IFRS 9 (Regulamento (EU) 2016/2067), publicada em julho de 2014 e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IFRS 9, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular CC/2018/00000062, tendo a metodologia adotada pela Caixa, na definição do modelo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade (e alocação aos diferentes *stages* de imparidade);
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A Norma IFRS 9 estabelece a necessidade de reconhecer perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*) como imparidade, considerando a perda esperada de crédito a um ano, ou a perda esperada de crédito até à maturidade do instrumento financeiro (*ECL lifetime*).

O reconhecimento da imparidade a um ano ou até à maturidade do contrato é feito de acordo com a alocação do contrato a um dos três *stages* contemplados no “*three stage model*” [IFRS 9 5.5.3-5]: No momento em que o contrato é reconhecido, este é automaticamente alocado na *stage 1* [IFRS 9 5.5.5.], exceto para instrumentos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired* (POCI). Para cada data de reporte subsequente, é feita uma avaliação de cada contrato em termos de alterações do risco de entrar em incumprimento até à respetiva maturidade [IFRS9 5.5.9].

A identificação de alterações no risco de incumprimento ao longo da vida do ativo pode resultar em transferências entre *stages*, isto é, um contrato que no momento inicial estava alocado na *stage 1* pode ser transferido para *stage 2* ou 3. No

caso de não existir uma alteração significativa da probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) desde o reconhecimento inicial, o ativo mantém-se em *stage 1* e a perda esperada de crédito continua a ser calculada para o período de 1 ano após cada data de reporte. Caso contrário, se a PD registar um aumento significativo face à PD observada no momento inicial, o ativo é alocado na *stage 2* e deverá ser reconhecida a perda esperada para a maturidade residual do contrato (*ECL lifetime*). De acordo com o modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, está definido que um contrato que apresente pelo menos um dos seguintes indícios de imparidade é alocado ao *stage 2*:

- a. Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- b. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias;
- c. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias nos últimos 3 meses;
- d. Crédito vencido > 30 dias nos últimos 3 meses;
- e. Entrega de ativos em dação em pagamento;
- f. Ativação de níveis internos de alerta;
- g. Interpelação de garantias bancárias;
- h. Informação financeira desfavorável;
- i. Cliente com crédito reestruturado por dificuldades financeiras;
- j. Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR);
- k. Cliente com 3 cheques devolvidos no último ano (pelo motivo de falta ou insuficiência de provisão);
- l. Cliente que tenha sido objeto de procedimento de reclamação de créditos;
- m. Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- n. Expectativa de Insolvência

Adicionalmente:

- i. A existência de um contrato com pelo menos 1 indício de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos do mesmo cliente e do grupo, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas); e
- ii. A existência de um contrato de uma entidade de um grupo classificada em *stage 3* implica a contaminação das restantes entidades do grupo com indícios de imparidade.
- lii. Para empresas do grupo da Região Autónoma dos Açores (RAA), quando não se trate da entidade mãe (RAA) a apresentar *default*/indícios de imparidade, não se aplicam as contaminações referidas nos pontos i. e ii.

Para a saída de contratos do *stage 2* para o *stage 1* é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos simultaneamente:

- a. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade);
- b. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias nos últimos 12 meses.

No caso de múltiplos CRDF, a saída de *stage 2* para *stage 1* ocorre quando se verificam simultaneamente as seguintes condições:

- a. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias, no prazo de 24 meses consecutivos;
- b. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade).

A alocação na *stage 3* é feita para todos os ativos que se encontrem em *default* tendo em conta a definição interna de *default* da Instituição. Caso os critérios de aumento significativo de risco (ou da probabilidade de incumprimento) deixem de ser verificados é possível que um ativo financeiro seja transferido de volta para um *stage* “menos gravoso” [IFRS 9 5.5.7].

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

A carteira de crédito foi ainda dividida entre clientes significativos (sujeitos a análise individual) e clientes não significativos. Os critérios de seleção de clientes/grupos económicos para a amostra de análise individual de imparidade são aplicáveis tanto à carteira de crédito como à carteira de papel comercial da Caixa.

Os critérios de seleção dos clientes empresa para a análise individual, isto é, para a sua classificação como clientes individualmente significativos, permitem selecionar os clientes consoante o seu nível de risco e a materialidade da sua exposição para a CEMAH. São os seguintes:

- a) Clientes com EAD/ exposição (patrimonial e extrapatrimonial)  $\geq 0,3\text{M€}$  classificados em stage 3;
- b) Clientes com EAD/ exposição  $\geq 0,8\text{M€}$  classificados em stage 2;
- c) Clientes com EAD/exposição  $\geq 1,5 \text{ M€}$ ;
- d) Outros clientes quando devidamente justificados.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, nomeadamente o tipo de cliente, o tipo de produto e o tipo de garantia associada.

De modo a clarificar a metodologia de alocação da carteira de crédito ao *stage 3*, e atendendo a que a IFRS 9 não apresenta uma definição de incumprimento (*default*), a CEMAH considera os seguintes critérios como evidência de *default*:

- *Stage 3* – Critérios de entrada em *default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, define-se que um contrato é classificado em *stage 3* se cumprir com pelo menos um dos seguintes critérios:

- 1) Atraso superior a 90 dias (crédito vencido há mais de 90 dias), cumprindo os seguintes critérios de materialidade nos últimos 3 meses:
  - a) Carteira de retalho (ao nível da operação): montante em atraso superior a 100€ e a 1% do montante em dívida;
  - b) Não retalho (ao nível do devedor): montante em atraso superior a 500€ e a 1% do montante em dívida.
- 2) Devedor insolvente;
- 3) Crédito em contencioso;
- 4) Contratos reestruturados por dificuldades financeiras, nas seguintes situações:
  - a) Contratos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired* (POCI);
  - b) Reestruturado mais do que 1 vez no prazo de 24 meses (múltiplos CRDFC);
  - c) Cujo contrato original estava em *stage 3* na data da reestruturação;
  - d) Com incumprimento superior a 30 dias durante o período probatório (24 meses);
  - e) Com carência de capital superior a 24 meses;
  - f) Reestruturação urgente que resulta numa obrigação financeira menor
- 5) Clientes em situação de PER/PEAP;
- 6) Clientes cujo juro já não é reconhecido na DR;
- 7) Fraude de crédito;
- 8) Outro indicador de *default*;
- 9) Contaminação de eventos de *default* – são considerados os seguintes critérios ao nível dos contratos:
  - a) Para carteira de retalho, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade.
  - b) Para não retalho, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos da entidade, sendo estes classificados como em *default*;

Adicionalmente, é feita contaminação do grupo económico do devedor, sempre que, no âmbito da análise individual de imparidade, se conclua que as restantes entidades do grupo poderão apresentar dificuldades financeiras na sequência da situação de incumprimento de uma entidade do grupo.

- *Stage 3 – Critérios de saída de default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, um contrato alocado ao *stage 3* pode ser reclassificado num *stage* menos gravoso (*stage 2* ou *stage 1* se não se verificar qualquer um dos critérios de alocação a *stage 2*), caso cumpra com as seguintes condições:

a) Tiverem decorrido, 3 ou 6 meses (no caso de posições em risco sobre a carteira de retalho ou não retalho, respetivamente), desde que deixaram de ser cumpridas as condições para o crédito ser considerado em *stage 3*;

b) Ter em conta o comportamento do devedor, assim como a sua situação financeira, durante o período a que se refere a alínea a). Assim, o crédito deve manter-se classificado como em *stage 3* quando o cliente:

i. Regista incumprimento igual ou superior a 30 dias durante esse período;

ii. No caso de o cliente não analisado individualmente apresentar os seguintes indicadores de dificuldade financeira: dívidas fiscais ou dívidas à segurança social; inserção na LUR; atraso na CRC nos últimos 3 meses;

c) Nos casos de CRDFC, independentemente da reestruturação ter sido realizada antes ou depois da identificação em *stage 3*, a posição em risco é reclassificada num *stage* menos gravoso se tiver decorrido, pelo menos, um ano desde o mais recente dos seguintes eventos:

i. O momento da extensão das medidas de reestruturação;

ii. O momento em que a posição em risco foi classificada em *stage 3*;

iii. O fim do período de carência incluído nos acordos da reestruturação.

d) Para reclassificar a posição em risco num *stage* menos gravoso após o período referido na alínea anterior, devem ser cumpridas todas as condições seguintes:

i. Durante esse período, o devedor tiver efetuado um pagamento significativo (pagou através dos seus pagamentos regulares nos termos dos acordos de reestruturação, um montante total igual ao montante que estava em atraso – caso existissem montantes em atraso – ou que foi perdoado – caso não existissem montantes em atraso – ao abrigo das medidas de reestruturação);

ii. Durante esse período, tiverem sido efetuados pagamentos regulares<sup>1</sup>, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;

iii. Não existirem obrigações de crédito em atraso, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;

iv. Não serem aplicáveis quaisquer indicações da reduzida probabilidade de pagamento.

Extraordinariamente, pode verificar-se a desmarcação manual, em casos devidamente justificados quando se verificarem amortizações extraordinárias de ordem igual ou superior ao mínimo exigido no ponto d) i).

No caso de um contrato que se encontre classificado em *stage 3*, por via da contaminação, não é aplicado qualquer período de quarentena, sendo que este se manterá em *stage 3* enquanto se verificar o critério para a contaminação.

O modelo de imparidade de crédito da CEMAH, e de acordo com o preconizado pela IFRS 9, incorpora também a inclusão de informação prospetiva (“*forward looking information*”) com inclusão de tendências e diversos cenários futuros com diferentes ponderações. No caso da CEMAH, a componente do *forward looking* é calculada com base no resultado de regressões lineares entre séries de *default rates* com séries de indicadores macroeconómicos (disponibilizados pelo Banco de Portugal), e com base na projeção destes indicadores. Isto dada a dificuldade em se obter regressões significativas entre a série de *default rates* interna e os indicadores macroeconómicos publicados pelo Banco de Portugal. Assim, o modelo da CEMAH incorpora as seguintes variáveis macroeconómicas no cálculo do fator do *forward looking*:

- Particulares – Outros: Consumo público – t.v.h. com dois trimestres de desfasamento (lags);
- Particulares – Crédito à Habitação: Consumo público – t.v.h. com dois trimestres de desfasamento (lags).

---

<sup>1</sup> Considera-se que existiram pagamentos regulares quando não se tenha verificado qualquer atraso superior a 30 dias.

Na sequência da entrada em vigor do novo modelo de análise individual de Empresas aprovado em junho de 2024, foi complementado o processo de reclassificação de stage com referência a dezembro de 2025, tendo sido definidos, para o efeito, critérios objetivos com o intuito de refletir adequadamente o risco de crédito do cliente.

A metodologia referida tem subjacente o preenchimento de uma ficha onde constam questionários que procuram tornar todo o processo de análise individual mais transparente e suportado em informação concreta.

Nesse sentido, a CEMAH procedeu ao preenchimento e análise de diversos sinais de alerta que a instituição entendeu serem representativos da situação do cliente à data de análise e atribuiu ponderações aos mesmos, resultando numa matriz de classificação de stage.

A metodologia passa por duas fases:

➤ A primeira fase passa pela atribuição de ponderações ao seguinte conjunto de questões:

1. Sinais de alerta da Ficha: 19 questões, sendo a totalidade delas ponderada a 5%;
2. Sinais de alerta de Staging: 13 questões, sendo a totalidade delas ponderada a 25%;
3. Key Financial Indicators (KFI) de Staging: 7 questões ponderando na sua totalidade 40%;
4. Conclusão da emissão da CLC: 10%
5. Estratégia de recuperação de crédito: 20%

O resultado do modelo de reclassificação não impede o agravamento de stage em casos pontuais, assim a situação o exija.

A cada uma das variáveis foi aplicada uma classificação de 1 a 3 consoante a gravidade da situação em que se encontra, onde 1 se caracteriza por ser a melhor classificação e 3 a pior.

A matriz de apuramento de stage é apurada pela soma da multiplicação de cada ponderação pelas classificações atribuídas a cada variável havendo lugar a reclassificação quando atingidos os seguintes resultados:

- Até 1,49: stage 1
- Entre 1,5 e 2,49: stage 2
- Superior a 2,49: stage 3

➤ A segunda fase pressupõe a classificação direta em stage 2 ou 3 caso se verifique algum dos 21 indícios/ triggers de default identificados em metodologia própria, sendo que o stage final resulta do maior entre as duas fases indicadas.

Importa referir que tanto por falta de informações que nos permita aplicar esta metodologia na sua plenitude e de acordo com o explicado, como pelas características do cliente em si, poderá não se ajustar a aplicação deste modelo, sendo necessário fazer uma análise mais abrangente e subjetiva consoante as informações disponíveis à data da análise. Assim, não obstante a conclusão do modelo, quando na presença de informações ou variáveis consideradas importantes em determinada situação, a conclusão do analista, com base no seu julgamento profissional, poderá ser influenciada por essas informações e por isso distinta da resultante do modelo.

Ainda no âmbito da análise individual, procederam-se em 2025/início de 2026 a algumas atualizações do manual “Metodologia de análise individual” nomeadamente no sentido de:

- 1) Passar a registar o maior entre a imparidade que resulta do cálculo individual e do modelo coletivo, para clientes em stage 2 (na sequência do indicado na carta CEX/2025/0000016684 do BdP);
- 2) Clarificar os critérios de seleção da análise individual;
- 3) Clarificação da necessidade de confirmação em análise individual de melhorias de stage ocorridas pelo modelo coletivo.

### **2.3.1.2 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral**

A rubrica Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral inclui:

- Instrumento de dívida que a CEMAH mantém num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os seus fluxos de caixa e, eventualmente, gerar mais-valias com a sua venda e que cumprem com o critério SPPI, isto é, os

termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

- Instrumentos de capital relativamente aos quais a CEMAH, no momento do seu reconhecimento inicial designou irrevogavelmente, e numa base de instrumento a instrumento, a classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos classificados como Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são valorizados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor destes ativos reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor. Os títulos de dívida encontram-se sujeitos a testes de imparidade, que é registada em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais são também registados em capitais próprios, até que o ativo seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

#### **2.3.1.3 Ativos financeiros ao custo amortizado**

A rubrica de ativos financeiros ao custo amortizado inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, que cumpram os critérios dos testes SPPI e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os juros corridos dos ativos registados ao custo amortizado, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade, sendo a perda registada em resultados.

#### **2.3.1.4 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados**

Qualquer ativo financeiro que não recaia em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados. Se um ativo financeiro não for mantido dentro de um modelo de negócios *Hold to collect* ou *Hold to collect and sell*, deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Ganhos e perdas em ativos financeiros classificados nesta categoria, resultantes de alterações no seu justo valor, são reconhecidos em resultado do exercício. O juro é reconhecido em resultado do exercício, numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao Justo Valor através de Resultados, e os rendimentos de dividendos são também reconhecidos em resultado do exercício.

#### **2.3.1.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

#### **2.3.1.6 Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

### 2.3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, para a generalidade dos bens às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos	%
Máquinas e mobiliário	8	12,50
Viaturas	4	25,00
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	8	12,50
Imóveis	50	2,00

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

### 2.3.3 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 10 anos (investimentos em software).

### 2.3.4 Ativos não correntes classificados como detidos para venda

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. É ainda reconhecida como imparidade a diferença, quando negativa, entre o valor de venda expectável e o valor de balanço destes ativos. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

Em exceção ao enquadramento acima efetuado, os imóveis que apresentem a existência de "ónus" impeditivo de venda são contabilizados em "Outros Ativos" e não como "Ativos não correntes e grupo para alienação classificados como detidos para venda", de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

"Para que este seja o caso, o ativo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais ativos (ou grupo para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável".

### 2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os juros de ativos financeiros classificados em Stage 3 são calculados sobre o montante nominal líquido de imparidade.

### 2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que façam parte do custo amortizado das respectivas operações são reconhecidos em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### 2.3.7 Benefícios a empregados

#### Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

Os membros do Conselho de Administração que não sejam funcionários da instituição não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao setor bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "*Projected Unit Credit Cost*". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.16.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros face aos valores efetivamente verificados são denominados remensurações, e reconhecidos como Outro rendimento integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

A 16 de Março de 2016 a CEMAH contratou também um plano de pensões complementar para assegurar o pagamento de um complemento de pensão a trabalhadores que, quando no ativo, auferiram um complemento mensal fixo superior a 35% do salário mensal total (salário base, diuturnidades, IHT, abono para falhas e complemento fixo).

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

Para além da contribuição inicial, as contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo é de 95%.

Decorrente das regras do novo Acordo de Empresa, passou a verificar-se a inclusão de novos participantes no fundo de pensões da CEMAH no que concerne ao direito aos benefícios do SAMS na reforma.

### **Prémios de final de carreira**

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do setor bancário, a CEMAH havia assumido o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios. No final de 2016, e publicado em fevereiro de 2017, a CEMAH subscreveu um Acordo Empresa, que veio substituir o prémio de antiguidade por um prémio de permanência, correspondente ao recebimento no fim de carreira de um montante correspondente a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida àquela data. Após a publicação do referido Acordo, a CEMAH procedeu ao pagamento das responsabilidades vencidas relativas ao prémio de antiguidade aos seus colaboradores.

O valor atual dos benefícios com o prémio de permanência é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "*Projected Unit Credit Cost*". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.16.

As responsabilidades por prémios de permanência são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

### **2.3.8 Provisões, ativos e passivos contingentes**

#### **Provisões**

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e considerando os riscos e incertezas inerentes ao processo.

A CEMAH regista ainda nesta rubrica a imparidade apurada para garantias bancárias prestadas e linhas de crédito contratadas.

#### **Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

### **2.3.9 Imposto sobre lucros**

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros classificados ao justo valor através do outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2025, a taxa geral de IRC em vigor é de 20%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual, vigorando em 2021, conforme a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e (iii) 9% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, em conformidade com a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, a 31 de dezembro de 2025, o apuramento de imposto diferido foi efetuado às taxas de 19%, 18% e 17% (2025: 20%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### **2.3.10. Capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

### **2.3.11 Locações**

#### **Contratos de locação – identificação dos ativos**

Aquando do início de um contrato, a Caixa avalia se este é, ou contém, uma locação. Para que o referido contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente as seguintes condições:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;

2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado durante a maturidade do contrato; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida de pagamentos.

### **Como Locador**

O locador classifica as operações de locação entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

Para classificar cada locação, uma entidade avalia globalmente se a mesma transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, a locação é financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, a Caixa considera diversos indicadores, entre os quais se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

### **Como Locatário**

Na IFRS 16 são definidos um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação numa ótica do locatário. Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um passivo de locação e um ativo de direito de uso na data de início da respetiva operação:

**O passivo de locação** - é determinado, na data de início do respetivo contrato, pelo valor presente das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando estes pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Nos casos em que a taxa implícita não esteja disponível, ou não possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são:

- (i) pagamentos fixos,
- (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos),
- (iii) os valores expectáveis a serem pagos sob uma garantia de valor residual, e
- (iv) os pagamentos relativos ao exercício da opção de compra, da renovação opcional ou da rescisão antecipada, caso seja razoavelmente certo que a Caixa irá exercer alguma destas opções.

O passivo da locação, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, sendo remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis:

- (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão),
- (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra, extensão ou rescisão sobre o ativo subjacente,
- (iii) alteração do valor residual do ativo, ou
- (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra, extensão e rescisão (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a mensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

**Ativo de direito de uso** – No que diz respeito ao direito de uso, o mesmo é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos a incorrer no termo do contrato (desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou local no qual está localizado), e subtraído de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente, o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso, ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, quando aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Periodicamente, a Caixa realiza testes de imparidade aos seus ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

### **Expedientes práticos**

Tal como previsto na IFRS 16, a Caixa adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;
- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 Dólares dos Estados Unidos (USD) - locações de baixo-valor;
- Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso associado à locação;
- Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes;

### **2.3.12 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

#### **Imparidade do crédito**

A determinação de perdas por imparidade do crédito é efetuada de acordo com os critérios descritos na nota 2.3.1.1.1. As estimativas efetuadas pela Caixa no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, às probabilidades de *default* (PD) e às perdas em caso de *default* (LGD).

Caso a Caixa utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, a Caixa considera que a metodologia atualmente utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada as perdas associadas a estes ativos.

#### **Pensões de reforma e sobrevivência**

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

## **Impostos sobre os lucros**

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros acumulados e reconhecidos no exercício. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Esta situação assume uma relevância acrescida para efeitos da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual a Caixa considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Neste sentido, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Caixa, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

## **Imparidade da carteira de títulos**

A CEMAH apura imparidade para todos os títulos que cumprem com os critérios do teste SPPI, estando por isso classificados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) ou ao Custo Amortizado (CA). Para determinar a imparidade a Caixa utiliza o método das perdas esperadas, que consiste na aplicação de uma probabilidade de *default* (PD), conjuntamente com a percentagem de perda esperada em caso de incumprimento (LGD), ao valor da exposição de cada título (EAD). A maturidade utilizada para a PD é de 12 meses, à exceção dos títulos que sejam alocados aos *Stages* 2 e 3, sendo aí utilizada a maturidade residual de cada título.

Os títulos são alocados ao *Stage* 2 quando se verifica uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores negativos relevantes. Os mesmos são alocados ao *Stage* 3 caso cumpram os critérios de entrada em *default*. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

## **Imparidade das disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber**

A Caixa determina a imparidade para as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber segundo o método das perdas esperadas. A análise é efetuada para três categorias de ativos: depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros devedores, sendo que entre eles apenas variam as maturidades das probabilidades de *default* (PDs).

Para os depósitos à ordem, uma vez que os mesmos não têm qualquer maturidade definida e é possível a sua mobilização no prazo de 1 dia, foi considerada uma maturidade diária para as PDs. Para os depósitos a prazo foi considerada a maturidade contratual de cada aplicação, e para os outros devedores é utilizada uma maturidade de um ano.

## **Imparidade dos ativos não correntes classificados como detidos para venda**

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e as intenções da Caixa sobre a comercialização destes ativos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

### **2.3.13 Prestação de serviços de mediação de seguros ou resseguros**

A CEMAH encontra-se registada na categoria de agente de seguros, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 7/2019, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito da prestação dos serviços de mediação de seguros, a CEMAH efetua a venda de contratos de seguros, sendo remunerada pelos serviços prestados de mediação de seguros, por via do recebimento de comissões de mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMAH e as Seguradoras.

As comissões recebidas pela CEMAH pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do exercício a que respeitam são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos por contrapartida da rubrica Rendimentos de serviços e comissões.

### 3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

#### i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 69% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

#### Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (saldos brutos):

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Disponibilidade em bancos centrais	168 734	131 126
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 928	2 985
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 211	1 211
Títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado	102 121	108 783
Crédito a clientes	270 085	257 872
Aplicações em instituições de crédito	2 848	2 875
Outros ativos	4 474	2 999
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	6 318	6 714
Linhas de crédito irrevogáveis	14 210	13 837

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito.

Do ponto de vista geográfico, a exposição ao risco de crédito da Caixa encontra-se concentrada na região autónoma dos Açores, sendo que apenas 0,22% da exposição se encontra associada ao balcão do Porto.

#### Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Prime	57,01%	54,87%
Standard monitoring	38,58%	38,78%

Special monitoring	2,06%	2,73%
Sub standard	2,35%	3,62%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, dos ativos financeiros detidos para negociação, contabilizados ao justo valor através de resultados, contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral e contabilizados ao custo amortizado, é apresentada como segue (saldos brutos):

Rating <sup>1</sup>	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total
<b>2025-12-31</b>						
Maior que AA+	-	-	-	-	2 628	2 628
AA- a AA+	-	-	-	-	1 180	1 180
A- a A+	158	-	-	-	32 152	32 310
BBB- a BBB+	157	-	-	-	48 423	48 580
BB- a BB+	55	-	-	-	519	573
Menor que BB-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	1 559	-	-	1 211	20 067	22 836
<b>Total</b>	<b>1 928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>104 968</b>	<b>108 107</b>
<b>2024-12-31</b>						
Maior que AA+	-	-	-	-	3 611	3 611
AA- a AA+	-	-	-	-	3 178	3 178
A- a A+	321	-	-	-	32 897	33 218
BBB- a BBB+	42	-	-	-	46 258	46 300
BB- a BB+	207	-	-	-	534	741
Menor que BB-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	2 415	-	-	1 211	25 180	28 806
<b>Total</b>	<b>2 985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>111 658</b>	<b>115 854</b>

<sup>1</sup> Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*;

## ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos instrumentos financeiros sensíveis às taxas de juro e que constituem exposições significativas no balanço da instituição. Os mesmos contemplam carteira de crédito, títulos de dívida e depósitos/aplicações junto de bancos centrais e outras instituições de crédito (cerca de 96% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com *spreads* que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são ajustadas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é produzida informação sistemática sobre o risco de taxa de juro, a sua análise e reporte interno. A estrutura desta informação contempla dimensões de análise estrutural à composição e desempenho do balanço da Instituição (incluindo análise de gaps) e o apuramento das principais métricas aplicáveis (com especial enfoque para a sensibilidade do valor económico do capital ou da margem financeira). Complementarmente, inclui também uma dimensão relativa à cenarização interna sobre o risco de taxa de juro (contemplando análises de sensibilidade ou testes de esforço). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refinação de taxa de juro e a de maturidade.

<b>31 de dezembro de 2025</b>	Até 1 mês	1-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à orde	161 772							161 772
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Ativos financeiros pelo custo amortizado								
Títulos de dívida	6 628	7 593	15 858	5 998	1 891	47 546	21 204	106 717
Crédito a Clientes	20 644	67 039	80 292	46 990	45 203	19 817	21 964	301 948
Depósitos a Prazo OIC	300	2 561						2 861
Outros ativos								
<b>Total de ativos</b>	<b>189 345</b>	<b>77 192</b>	<b>96 149</b>	<b>52 987</b>	<b>47 094</b>	<b>67 363</b>	<b>43 168</b>	<b>573 298</b>
<b>Passivos</b>								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos Remunerados	76 896	61 218	88 823	18 218	19 863	16 524		281 542
Depósitos Sem Maturidade Definida	90 315	17	17	17	17	142 875		233 258
<b>Total de passivos</b>	<b>167 211</b>	<b>61 235</b>	<b>88 840</b>	<b>18 235</b>	<b>19 880</b>	<b>159 399</b>	<b>0</b>	<b>514 800</b>
<b>Gap</b>	<b>22 134</b>	<b>15 958</b>	<b>7 309</b>	<b>34 752</b>	<b>27 214</b>	<b>-92 036</b>	<b>43 168</b>	
<b>31 de dezembro de 2024</b>								
Total de Ativos	150 762	87 079	88 373	45 009	44 584	66 657	48 163	530 627
Total de Passivos	112 458	57 727	87 155	32 145	23 781	159 021	1 838	474 124
<b>Gap</b>	<b>38 304</b>	<b>29 352</b>	<b>1 218</b>	<b>12 864</b>	<b>20 803</b>	<b>-92 364</b>	<b>46 325</b>	

### Medição do risco

A medição e avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária segue a metodologia definida no Regulamento Delegado (UE) 2025/857. A abordagem implementada, no âmbito do referido regulamento, segue critérios definidos nas normas técnicas da Metodologia Padrão (*Standardised Approach*), sendo que a sua mensuração assenta em duas métricas:

- Valor económico do capital (EVE): é definido como a diferença líquida entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros de ativos e passivos. Esta métrica reflete uma estrutura de balanço estática, numa ótica de cumprimento das obrigações contratuais sem geração de novo negócio (posições existentes em carteira são mantidas até ao seu vencimento ou liquidação, sem a inclusão de novas operações ou renovações de posições vencidas), sendo particularmente útil para avaliar a sensibilidade ao risco de taxa de juro numa ótica de longo prazo, independentemente dos fluxos de caixa realizados no curto prazo;
- Resultados líquidos de juros (*Net interest income* - NII): definidos como a diferença líquida entre as receitas de juros obtidas por ativos e as despesas de juros associadas aos passivos. A sua mensuração exige a classificação

das posições em âmbito (ativos e passivos) em intervalos temporais, com base nas características individuais de cada posição no âmbito analisado, tais como maturidade, taxa contratual e prazo de revisão da taxa de referência (quando aplicável).

Foram considerados todos os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais detidos na carteira bancária sensíveis ao risco de taxa de juro, desde que não deduzidos aos fundos próprios de nível principal - CET1 -, e que cumpram com níveis de materialidade relevante previstos no regulamento acima mencionado. Posições não sensíveis ao risco de taxa de juro são excluídos da avaliação (como são os casos dos ativos imobiliários, dos ativos intangíveis ou das posições em risco sobre ações na carteira bancária). A metodologia de valor económico (EVE) abrange todas as exposições materiais que são sensíveis a variações nas taxas de juro, incluindo aquelas que geram juros. Assim, observa-se que o âmbito da mensuração da margem financeira (NII) é mais restrito que o do valor económico, excluindo apenas as posições que, embora façam parte do âmbito do valor económico, não produzem juros.

Tanto as métricas do EVE como do NII são baseadas em cenários de alteração das taxas de mercado. Assim, a metodologia inclui uma curva de rendimentos composta por componentes que representam a preferência temporal dos investidores entre instrumentos com diversas maturidades e diversos perfis de risco. A curva de rendimentos considera a seguinte estrutura:

- Horizonte temporal inferior a 12 meses: curva derivada das cotações dos índices EUR-OIS (tenores de 1 dia, 1 mês, 3 meses e 6 meses), sendo utilizada uma interpolação linear para estimar os pontos entre os tenores considerados;
- Horizonte temporal superior a 12 meses: curva derivada das cotações dos índices SWAP, devido às suas características que promovem a exclusão de componentes exógenas ao risco de taxa de juro: (i) elevada liquidez; (ii) independência face a decisões administrativas, setoriais ou regulamentares; (iii) operações colateralizadas. Em específico, a curva de rendimentos utilizada contém maturidades residuais entre 1 e 25 anos, complementadas por maturidades adicionais de 30, 35, 40, 45 e 50 anos. Para os pontos da curva não determinados diretamente pelos tenores considerados, à semelhança do tratamento efetuado tenores inferiores a 12 meses, é aplicada uma metodologia de interpolação linear.

Adicionalmente, existem elementos sensíveis ao risco de taxa de juro pelos quais o cliente da instituição pode alterar o nível e o calendário dos seus cash-flows (risco de opção). Os elementos em causa são objeto de modelização comportamental, uma vez que as alterações nas taxas de juro podem resultar numa alteração do comportamento do cliente – casos dos depósitos sem maturidade definida e dos depósitos remunerados.

De referir que os cash-flows calculados nesta metodologia são distribuídos por intervalos temporais, de acordo com a sua maturidade residual (taxa fixa), ou de acordo com o período remanescente para a próxima data de fixação (taxa variável). São aplicados cenários de choque sobre as taxas de juro e magnitude dos choques simulados, tendo como referência as variações das curvas de rendimento previstas nos requisitos regulamentares, quer sobre o EVE, quer sobre o NII. Posteriormente, é apurada a diferença entre o cenário de simulação e o cenário base no NII e no EVE.

Sob estes pressupostos, um aumento em 200 pontos base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2025, tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €4.862 milhares e €-3.257 milhares, respetivamente, enquanto que uma diminuição em 200 pontos base resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €-1.817 milhares e €-1.221 milhares, respetivamente.

### **iii) Risco de mercado**

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de títulos, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões periódicas com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2025 e 2024 era como se segue:

	Exposição máxima	
	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Derivados	-	-
Ações e Fundos	1 211	1 211
Obrigações	-	-

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2025, uma potencial variação de 10% na cotação dos títulos em carteira não resultaria em qualquer impacto nos capitais próprios, uma vez que a totalidade dos ativos cotados encontra-se classificada ao custo amortizado (2024-12-31: sem impacto).

#### **iv) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, 47% (31 de dezembro de 2024: 48%) dos ativos da Caixa dizem respeito a empréstimos e adiantamentos (crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito), sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pelo Conselho de Administração. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações a prazos mais alargados. Estas aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e do Conselho de Administração, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorizados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros (capital e juros) por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2025-12-31</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	41				41
Recursos de clientes	234 997	254 725	24 500		514 222
Passivos subordinados					0
<b>2024-12-31</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	48				48
Recursos de clientes	210 198	238 797	21 045		470 039
Passivos subordinados				1 823	1 823

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados:

	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2025-12-31</b>						
Irrevogavel	2 452	4 347	8 464	29		15 292
Revogavel	1 162	79	190			1 431
<b>Total</b>	<b>3 615</b>	<b>4 426</b>	<b>8 654</b>	<b>29</b>		<b>16 723</b>
<b>2024-12-31</b>						
Irrevogavel	1 466	3 940	8 355	1 126		14 887
Revogavel	1 346	76	222			1 644
<b>Total</b>	<b>2 812</b>	<b>4 016</b>	<b>8 577</b>	<b>1 126</b>		<b>16 531</b>

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>2025-12-31</b>						
Recursos de clientes	338 411	153 356	20 168		1 371	513 306
Passivos subordinados						0
Outros Passivos	1 697	930				2 626
<b>2024-12-31</b>						
Recursos de clientes	300 928	162 662	3 816		951	468 356
Passivos subordinados				1 750		1 750
Outros Passivos	902	914				1 816

## Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvar a capacidade da Caixa de continuar com a sua atividade e assim proporcionar retorno para os acionistas; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal trimestralmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Fundos Próprios	2025-12-31	2024-12-31
Capital realizado	20 338	20 338
Prémio de emissão	374	374
Reservas legais e estatutárias	13 537	10 623
Reservas de reavaliação de justo valor	(316)	(316)
Resultados retidos	5 606	3 691
Ativos intangíveis	(1 777)	(1 873)
Ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos ativos por impostos associados	(53)	(55)
Ativos de fundos de pensões de benefício definido	(263)	(319)
Ajustamentos ao capital CET1	(740)	(509)
<b><i>Common Equity Tier 1 (CET1)</i></b>	<b>36 705</b>	<b>31 955</b>
<i>Additional Tier 1</i>	0	0
<b><i>Tier 1</i></b>	<b>36 705</b>	<b>31 955</b>
Instrumentos de fundos próprios elegíveis como <i>Tier 2</i>	0	1 823
<b><i>Tier 2</i></b>	<b>0</b>	<b>1 823</b>
<b>Fundos próprios totais</b>	<b>36 705</b>	<b>33 778</b>
Ativos ponderados pelo risco	180 406	183 184
<i>Common Equity Tier 1</i>	20,35%	17,44%
<i>Tier 1</i>	20,35%	17,44%
Rácio de fundos próprios totais	20,35%	18,44%

Os fundos próprios são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD VI) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017.

No que respeita aos ativos ponderados pelo risco, a Caixa adota o método padrão, em conformidade com o previsto na Parte III, título II, Capítulo 2 do CRR.

No que concerne aos rácios de capital, a CEMAH encontra-se a cumprir com o rácio de capital mínimo estabelecido pelo regulador.

#### 4. Classificação de ativos e passivos financeiros

	Outros valores a receber	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Ativos/Passivos Não Financeiros	Total
<b>2025-12-31</b>								
<b>Ativos</b>								
Dinheiro em caixa	9 780	-	-	-	-	-	-	9 780
Saldos de caixa em bancos centrais	168 734	-	-	-	-	-	-	168 734
Disponibilidades em OI's	1 928	-	-	-	-	-	-	1 928
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	102 028	-	-	102 028
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	1 211	-	-	-	1 211
Crédito a clientes	-	-	-	-	262 762	-	-	262 762
Depósitos a prazo	-	-	-	-	2 846	-	-	2 846
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	1 551	1 551
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	279	279
Outros ativos	358	-	-	-	-	-	12 140	12 497
<b>Total Ativos</b>	<b>180 800</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>367 636</b>	<b>-</b>	<b>13 970</b>	<b>563 616</b>
<b>Passivos</b>								
Depósitos	-	-	-	-	-	512 892	-	512 892
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	1 371	-	1 371
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	65	65
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	1 121	1 121
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	12	12
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4 917	4 917
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>514 263</b>	<b>4 981</b>	<b>520 377</b>
<b>2024-12-31</b>								
<b>Ativos</b>								
Dinheiro em caixa	10 038	-	-	-	-	-	-	10 038
Saldos de caixa em bancos centrais	131 126	-	-	-	-	-	-	131 126
Disponibilidades em OI's	2 985	-	-	-	-	-	-	2 985
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	108 654	-	-	108 654
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	1 211	-	-	-	1 211
Crédito a clientes	-	-	-	-	248 536	-	-	248 536
Depósitos a prazo	-	-	-	-	2 873	-	-	2 873
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	820	820
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	300	300
Outros ativos	185	-	-	-	-	-	11 906	12 091
<b>Total Ativos</b>	<b>144 334</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 211</b>	<b>360 063</b>	<b>-</b>	<b>13 026</b>	<b>518 634</b>
<b>Passivos</b>								
Depósitos	-	-	-	-	-	468 976	-	468 976
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	1 823	-	1 823
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	1 112	-	1 112
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	108	108
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	1 668	1 668
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	15	15
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4 395	4 395
<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>471 911</b>	<b>4 502</b>	<b>478 096</b>

## 5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores contábilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

	<u>Valor contábilístico</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Diferença</u>
<b>2025-12-31</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	180 442	180 442	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	1 211	1 211	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	367 636	364 349	(3 287)
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<u>549 289</u>	<u>546 002</u>	<u>(3 287)</u>
	<u>Valor contábilístico</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Diferença</u>
<b>2024-12-31</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	144 149	144 149	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	1 211	1 211	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	360 063	354 945	(5 118)
<b>Total ativos financeiros ao justo valor</b>	<u>505 423</u>	<u>500 304</u>	<u>(5 118)</u>

A diferença registada nos ativos financeiros ao custo amortizado resulta da diferença entre o valor contábilístico e o justo valor da carteira de títulos.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados conforme se segue.

### Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, e aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados e pelo justo valor através de outro rendimento integral são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelo próprio.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);

— Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

**2025-12-31**

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	1 211	1 211
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	1 211	1 211
Unidades de participação	-	-	-	-
<b>Total ativos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**31/12/2024**

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	1 211	1 211
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	1 211	1 211
Unidades de participação	-	-	-	-
<b>Total ativos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
<b>Total passivos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Ativos financeiros ao custo amortizado:**

**Títulos de dívida**

Os investimentos aqui classificados são constituídos por títulos de dívida que cumprem os critérios do SPPI e que a CEMAH pretende deter em carteira até à respetiva maturidade. O valor de balanço dos mesmos é igual ao seu valor de aquisição, atualizado da mensualização do Prémio/Desconto, enquanto o justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.

**Crédito a clientes**

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que a Caixa estima que o seu justo valor não difere de forma significativa do valor contabilístico.

#### **Aplicações em instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

#### **Passivos financeiros ao custo amortizado:**

##### **Recursos de outras instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

##### **Depósitos de clientes**

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, a Caixa estima que o justo valor dos depósitos de clientes não difere significativamente do seu valor contabilístico.

## 6. Notas

### 6.1 Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Dinheiro em Caixa	9 780	10 038
Saldos de caixa em Bancos Centrais	168 734	131 126
Disponibilidades em outras instituições de crédito	<u>1 928</u>	<u>2 985</u>
	<u>180 442</u>	<u>144 149</u>

A rubrica “Saldos de caixa em Bancos Centrais” inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), assim como o montante aplicado no *overnight*.

O saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito é composto como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	1 679	2 289
Cheques a cobrar	216	663
Juros a receber	0	0
	<u>1 895</u>	<u>2 951</u>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Cheques a cobrar	33	34
	<u>1 928</u>	<u>2 985</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

### 6.2 Ativos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a CEMAH não detinha em carteira ativos financeiros detidos para negociação.

### 6.3 Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a CEMAH não detinha qualquer ativo classificado ao justo valor através de resultados, fruto da estratégia de conservação do rácio de capital da CEMAH.

### 6.4 Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Títulos de emissores nacionais	-	-
Títulos de emissores estrangeiros	-	-
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Ações	1 211	1 211
<b>Unidades de Participação</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
Títulos de emissores estrangeiros	-	-
	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>
	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

2025-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Justo Valor</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de capital						
Ações	129 634	-	1 211	1 211	-	-
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
2024-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Justo Valor</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de capital						
Ações	129 634	-	1 211	1 211	-	-
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>1 211</u>	<u>1 211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os ativos classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral são avaliados ao justo valor. No caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo (e cujo justo valor não seja assim visível nesse mesmo mercado), foi criada uma metodologia para avaliação dos mesmos, que consiste na utilização de dados de empresas cotadas, que desenvolvam a sua atividade na mesma área de negócio (a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a CEMAH detinha em carteira ações não cotadas da SIBS).

Para além da posição acima mencionada, a 31 de dezembro de 2025 a CEMAH não possuía qualquer outro ativo financeiro classificado ao justo valor através do outro rendimento integral.

## 6.5 Ativos financeiros ao custo amortizado

A rubrica de Ativos financeiros ao custo amortizado apresenta a seguinte composição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Títulos de dívida	96 580	98 842
Papel Comercial	5 448	9 812
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	2 846	2 873
Empréstimos e adiantamentos a clientes	262 762	248 536
	<u>367 636</u>	<u>360 063</u>

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Títulos de dívida e Papel comercial classificados ao custo amortizado apresentava a seguinte composição:

<b>2025-12-31</b>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Bruto</u>	<u>Val.Balanco Líquido</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	1 920 000 500	19 700	20 192	20 187	20 441	(6)
De outros emissores públicos nacionais	30	3 000	3 022	3 019	3 012	(3)
De Outros residentes						
Dívida não subordinada	729	12 509	12 638	12 620	12 624	(18)
Papel Comercial	50	4 874	4 974	4 963	4 874	(11)
		<u>40 084</u>	<u>40 826</u>	<u>40 788</u>	<u>40 951</u>	<u>(38)</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	151 173 894	49 913	49 813	49 767	49 436	(45)
De outros não residentes						
Dívida não subordinada	5 247	10 649	10 996	10 988	10 849	(9)
Papel Comercial	5	482	486	485	482	(1)
		<u>61 044</u>	<u>61 295</u>	<u>61 239</u>	<u>60 767</u>	<u>(55)</u>
		<u>101 127</u>	<u>102 121</u>	<u>102 028</u>	<u>101 718</u>	<u>(93)</u>
<b>2024-12-31</b>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco Bruto</u>	<u>Val.Balanco Líquido</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Imparidade</u>
<b>Emitidos por residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	2 084 503 358	24 203	25 036	25 028	25 268	(8)
De outros emissores públicos nacionais	30	3 000	3 024	3 021	3 012	(3)
De Outros residentes						
Dívida não subordinada	880 183	13 429	13 631	13 612	13 797	(19)
Papel Comercial	55	4 449	4 490	4 475	4 449	(15)
		<u>45 081</u>	<u>46 181</u>	<u>46 136</u>	<u>46 526</u>	<u>(45)</u>
<b>Emitidos por não residentes</b>						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	151 743 044	50 632	50 414	50 352	52 117	(62)
De outros não residentes						
Dívida não subordinada	966 247	6 727	6 833	6 829	6 859	(5)
Papel Comercial	54	5 339	5 354	5 337	5 339	(18)
		<u>62 698</u>	<u>62 602</u>	<u>62 518</u>	<u>64 315</u>	<u>(84)</u>
		<u>107 779</u>	<u>108 783</u>	<u>108 654</u>	<u>110 841</u>	<u>(129)</u>

A rubrica de Títulos de dívida classificados como ativos financeiros pelo custo amortizado apresentava um saldo bruto de €102.121 milhares a 31 de dezembro de 2025, representando uma diminuição de €6.662 milhares face ao período homólogo.

De acordo com o modelo interno aplicável, a 31 de dezembro de 2025 a carteira de títulos classificados pelo custo amortizado apresentava um valor de imparidade de €93 milhares, sendo €38 milhares referentes a instrumentos emitidos por residentes, e os restantes €55 milhares referentes a instrumentos emitidos por não residentes.

O valor de €5.460 milhares de Papel Comercial (2024: 9.844 milhares) é referente a investimentos realizados com durações entre 5 e 12 meses, e emitidos por entidades enquadradas nos critérios de análise de crédito e de risco da instituição.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Banco de Portugal (€11.273 milhares a 31 de dezembro de 2025), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito correspondem aos depósitos a prazo da CEMAH em outras instituições de crédito. No que respeita à sua duração residual, estes decompõem-se como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Até três meses	2 846	2 873
De três meses a 12 meses	-	-
	<u>2 846</u>	<u>2 873</u>

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a clientes decompõe-se como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Empréstimos e adiantamentos a Clientes</b>		
<b>Crédito não representados por valores mobiliários</b>		
<b>Crédito Interno</b>		
<b>Empresas e Administrações Públicas</b>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1 508	5 466
Empréstimos	115 059	111 737
Créditos em conta corrente	10 061	8 889
Descobertos em depósitos à ordem	39	97
	<u>126 667</u>	<u>126 188</u>
<b>Particulares</b>		
Habituação	71 796	61 017
Consumo	28 307	23 474
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	0	158
Empréstimos	40 629	41 174
Créditos em conta corrente	770	2 848
Outros créditos	1 628	1 889
	<u>143 130</u>	<u>130 561</u>
	<u>269 797</u>	<u>256 750</u>
<b>Juros a receber</b>	825	1 624
	<u>270 623</u>	<u>258 374</u>
<b>Comissões e outros custos a diferir</b>	( 538)	( 502)
<b>Menos:</b>		
Imparidade acumulada	7 323	9 336
	<u>7 323</u>	<u>9 336</u>
<b>Total Líquido</b>	<u>262 762</u>	<u>248 536</u>

A 31 de dezembro de 2025 a rubrica de crédito interno inclui €2.200 milhares de crédito vencido há mais de 30 dias (2024: €2.227 milhares).

A 31 de dezembro de 2025 não existiam quaisquer descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (2024: €0 milhares), ou de A Beneficência Familiar.

O valor de balanço do crédito inclui €1.423 milhares de créditos POCl.

O escalonamento dos créditos sobre clientes em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Até três meses	9 301	8 420
De três meses a um ano	18 292	21 583
De um a cinco anos	75 597	68 721
Mais de cinco anos	153 607	144 721
Duração indeterminada (*)	13 826	14 930
	<u>270 623</u>	<u>258 374</u>

(\*) Descobertos em Depósitos à ordem e aplicações em OIC;

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição e o *expected credit loss* (ECL) estimado pela CEMAH, apresentam a seguinte composição:

(em milhares de euros)

Segmento de risco	2025-12-31									
	Stage 1		Stage 2		stage 3		POCl		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
<b>Empresas</b>	<b>120 295</b>	<b>480</b>	<b>52 170</b>	<b>2 240</b>	<b>9 471</b>	<b>3 992</b>	<b>1 107</b>	<b>228</b>	<b>183 043</b>	<b>6 941</b>
Crédito a Prestações	88 690	393	43 978	2 109	9 015	3 908	1 107	228	142 790	6 638
Descoberto Bancário	21 854	71	4 877	108	277	72	-	-	27 008	252
Garantias Bancárias	2 836	2	3 138	20	130	0	-	-	6 105	22
Letras/Livranças	1 455	2	176	3	49	12	-	-	1 681	17
Papel Comercial	5 460	12	-	-	-	-	-	-	5 460	12
<b>Estado</b>	<b>13 242</b>	<b>18</b>	-	-	-	-	-	-	<b>13 242</b>	<b>18</b>
Crédito a Prestações	13 242	18	-	-	-	-	-	-	13 242	18
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Créd. Habitação</b>	<b>58 474</b>	<b>4</b>	<b>7 933</b>	<b>49</b>	<b>264</b>	<b>77</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>66 686</b>	<b>133</b>
Crédito a Prestações	58 474	4	7 933	49	264	77	16	3	66 686	133
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Outros</b>	<b>30 031</b>	<b>6</b>	<b>5 039</b>	<b>23</b>	<b>857</b>	<b>272</b>	<b>306</b>	<b>8</b>	<b>36 232</b>	<b>308</b>
Crédito a Prestações	27 031	5	4 521	20	811	247	306	8	32 668	280
Descoberto Bancário	2 672	1	175	1	46	25	-	-	2 893	27
Garantias Bancárias	84	0	-	-	-	-	-	-	84	0
Letras/Livranças	243	0	343	1	-	-	-	-	586	1
<b>Total</b>	<b>222 041</b>	<b>508</b>	<b>65 141</b>	<b>2 312</b>	<b>10 592</b>	<b>4 341</b>	<b>1 428</b>	<b>239</b>	<b>299 203</b>	<b>7 400</b>

(em milhares de euros)

Segmento de risco	2024-12-31									
	Stage 1		Stage 2		stage 3		POCI		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
<b>Empresas</b>	<b>115 408</b>	<b>471</b>	<b>56 279</b>	<b>2 831</b>	<b>11 683</b>	<b>5 151</b>	<b>1 589</b>	<b>242</b>	<b>184 960</b>	<b>8 695</b>
Crédito a Prestações	79 001	349	44 970	2 616	11 384	4 982	1 589	242	136 945	8 189
Descoberto Bancário	18 617	73	6 963	175	251	164	-	-	25 831	412
Garantias Bancárias	3 250	2	3 283	21	-	-	-	-	6 533	23
Letras/Livranças	4 747	14	1 063	19	48	6	-	-	5 859	39
Papel Comercial	9 791	32	-	-	-	-	-	-	9 791	32
<b>Estado</b>	<b>15 540</b>	<b>20</b>	<b>1 871</b>	<b>231</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 411</b>	<b>250</b>
Crédito a Prestações	13 640	18	1 821	227	-	-	-	-	15 461	245
Descoberto Bancário	1 900	1	50	4	-	-	-	-	1 950	5
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Créd. Habitação</b>	<b>49 330</b>	<b>3</b>	<b>7 551</b>	<b>53</b>	<b>248</b>	<b>66</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>57 149</b>	<b>125</b>
Crédito a Prestações	49 330	3	7 551	53	248	66	20	3	57 149	125
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Particulares - Outros</b>	<b>25 950</b>	<b>3</b>	<b>4 464</b>	<b>20</b>	<b>1 147</b>	<b>336</b>	<b>337</b>	<b>47</b>	<b>31 899</b>	<b>406</b>
Crédito a Prestações	23 398	3	4 032	19	1 102	314	337	47	28 870	382
Descoberto Bancário	2 128	0	135	1	45	22	-	-	2 308	23
Garantias Bancárias	50	0	2	-	-	-	-	-	52	0
Letras/Livranças	374	0	295	1	-	-	-	-	669	1
<b>Total</b>	<b>206 228</b>	<b>496</b>	<b>70 166</b>	<b>3 134</b>	<b>13 079</b>	<b>5 553</b>	<b>1 947</b>	<b>292</b>	<b>291 420</b>	<b>9 476</b>

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição e o *expected credit loss* (ECL) estimado pela CEMAH de acordo com as categorias de risco de crédito é o que segue:

	2025-12-31		2024-12-31	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Stage 1	222 041	508	206 228	496
Stage 2	66 168	2 347	71 493	3 188
Stage 3	10 993	4 544	13 699	5 791
	<b>299 203</b>	<b>7 400</b>	<b>291 420</b>	<b>9 476</b>

O montante de imparidade apresentado no quadro acima inclui as provisões reconhecidas para fazer face a compromissos, no montante de €65 milhares (ver nota 6.11).

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco.

No que concerne às imparidades para crédito a clientes por método de análise, tem-se o seguinte:

Imparidade para ativos ao custo amortizado por método de análise	2025-12-31	2024-12-31
Cobertura sujeita a análise individual de imparidade	4 461	6 187
Cobertura sujeita a análise coletiva de imparidade	2 938	3 289
	<b>7 400</b>	<b>9 476</b>

O movimento na imparidade por perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes bem como do papel comercial analisa-se como se segue:

Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	<i>Stage 1</i> Imparidade 12 meses	<i>Stage 2</i> Imparidade <i>lifetime</i>	<i>Stage 3</i> Imparidade <i>lifetime</i>	Total
<b>Imparidade em 2024-12-31</b>	<b>496</b>	<b>3 188</b>	<b>5 791</b>	<b>9 476</b>
Variações de imparidade	0	0	0	0
- Transferidos para stage 1	771	(740)	(31)	0
- Transferidos para stage 2	(41)	138	(97)	0
- Transferidos para stage 3	(2)	(48)	50	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	48	(306)	(72)	(331)
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	(36)	(104)	(47)	(186)
Outras variações	(729)	221	296	(211)
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0
Abatimentos ao ativo	0	(1)	(1 346)	(1 348)
<b>Imparidade em 2025-12-31</b>	<b>508</b>	<b>2 347</b>	<b>4 544</b>	<b>7 400</b>

Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	<i>Stage 1</i> Imparidade 12 meses	<i>Stage 2</i> Imparidade <i>lifetime</i>	<i>Stage 3</i> Imparidade <i>lifetime</i>	Total
<b>Imparidade em 2023-12-31</b>	<b>508</b>	<b>2 518</b>	<b>5 920</b>	<b>8 946</b>
Variações de imparidade	0	0	0	0
- Transferidos para stage 1	651	(650)	(1)	(0)
- Transferidos para stage 2	(42)	47	(6)	0
- Transferidos para stage 3	(2)	(51)	54	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	6	51	(421)	(363)
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	(6)	987	432	1 412
Outras variações	(619)	289	140	(191)
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0
Abatimentos ao ativo	0	(2)	(327)	(329)
<b>Imparidade em 2024-12-31</b>	<b>496</b>	<b>3 188</b>	<b>5 791</b>	<b>9 476</b>

## 6.6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Direito de uso						Total
	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Imóveis	Equipamento	
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2024</b>							
Custo	9 810	4 668	14	37	92	248	14 868
Amortizações acumuladas	(4 517)	(4 242)	-	(3)	(31)	(61)	(8 854)
Imparidade	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Valor líquido	5 282	426	14	34	62	187	6 002
<b>Movimentos no exercício de 2024</b>							
Saldo líquido de abertura	5 282	426	14	34	62	187	6 003
Adições	-	205	18	-	2	-	225
Transferências	-	12	(12)	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	-	-	-	8	-	8
Amortizações do exercício	(166)	(149)	-	-	(29)	(49)	(393)
Regularizações	-	(31)	-	-	-	-	(31)
Imparidade	10	-	-	-	-	-	10
Saldo líquido de encerramento	5 126	462	20	34	27	138	5 806
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>							
Custo	9 810	4 854	20	37	78	248	15 045
Amortizações acumuladas	(4 684)	(4 391)	-	(3)	(51)	(110)	(9 239)
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	5 126	462	20	34	27	138	5 806
<b>Movimentos no exercício de 2025</b>							
Saldo líquido de abertura	5 126	462	20	34	27	138	5 806
Adições	-	86	166	-	399	64	714
Transferências	-	1	(1)	-	-	-	-
Abates	-	(96)	-	-	-	(25)	(121)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	97	-	-	-	25	121
Amortizações do exercício	(166)	(148)	-	-	(45)	(57)	(416)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido de encerramento	4 960	402	184	34	381	145	6 105
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>							
Custo	9 810	4 844	184	37	477	288	15 639
Amortizações acumuladas	(4 850)	(4 442)	-	(3)	(96)	(143)	(9 534)
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	4 960	402	184	34	381	145	6 105

O ativo de direito de uso diz respeito a locações da Caixa incorporadas tendo em consideração a IFRS 16. O direito de uso corresponde a locações de imóveis e de viaturas.

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2024 compreendem a aquisições de ATMs e contadoras de notas (€44 milhares), de equipamento de segurança (€11 milhares) e de mobiliário diverso (€20 milhares). Em 2025 compreendem a aquisições de ATMs e contadoras de notas (€28 milhares), de equipamento informático (€7 milhares), de equipamento de segurança (€16 milhares) e de mobiliário diverso (€34 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso foram, durante o exercício de 2025, passados a definitivo €1 milhar referentes a equipamento de ar condicionado.

As aquisições registadas em ativos tangíveis em curso são referentes à aquisição de painéis solares (€98 milhares), aquisição de ATMs (€27 milhares) e renovação de imóveis próprios (€40 milhares).

## 6.7 Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 analisa-se como segue:

	<b>Sistemas tratamento automático de dados</b>	<b>Ativos intangíveis em Curso</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2024</b>				
Custo	5 000	1 456	117	6 573
Amortizações acumuladas	(4 738)	-	(117)	(4 856)
Valor líquido	261	1 456	-	1 719
<b>Movimentos no exercício de 2024</b>				
Saldo líquido de abertura	261	1 456	-	1 718
Adições	18	287	-	305
Transferências	-	(39)	-	(39)
Amortizações do exercício	(75)	-	-	(75)
Regularizações	-	-	-	-
Saldo líquido de encerramento	204	1 704	-	1 908
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>				
Custo	5 018	1 704	117	6 839
Amortizações acumuladas	(4 814)	-	(117)	(4 931)
Valor líquido	204	1 704	-	1 908
<b>Movimentos no exercício de 2025</b>				
Saldo líquido de abertura	204	1 704	-	1 908
Adições	43	580	-	623
Transferências	174	(174)	-	-
Amortizações do exercício	(86)	-	-	(86)
Regularizações	-	(447)	-	(447)
Saldo líquido de encerramento	335	1 663	-	1 998
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>				
Custo	5 235	1 663	117	7 015
Amortizações acumuladas	(4 900)	-	(117)	(5 017)
Valor líquido	335	1 663	-	1 998

Durante o ano de 2025 foram passados a definitivo €174 milhares relativos aos módulos de *Securities* e *Money Market* do novo *CORE* Bancário, tendo ainda sido reconhecidos como custos €441 milhares relativos ao anterior projeto de implementação, que se consideraram irrecuperáveis. Das adições registadas, que totalizaram €580 milhares em ativos em curso, €249 milhares são referentes à implementação do novo *CORE* Bancário, resultando no valor total para este projeto de €1.340 milhares, no final de 2025.

Durante este exercício, na sequência dos constrangimentos ocorridos no processo de implementação do novo *CORE* e da realização de um diagnóstico externo, a CEMAH rescindiu o contrato com o anterior implementador e contratou uma nova entidade implementadora para concluir o processo durante o período compreendido entre outubro de 2025 e outubro de 2026, data prevista para a finalização do projeto. Na sequência da alteração do implementador e da introdução de outros reajustamentos ao projeto, a CEMAH efetuou uma análise da recuperabilidade das despesas incorridas até 31 de dezembro de 2025, tendo estimado a parcela não recuperável acima referida, no montante de €441 milhares, relacionada essencialmente com despesas incorridas com módulos que não terão continuação, a qual foi reconhecida como gasto do exercício de 2025 na rubrica “Outros encargos de exploração” (nota 6.27). Não obstante, perante a persistência de constrangimentos na execução do projeto, o Conselho de Administração decidiu solicitar um novo diagnóstico, a realizar por duas entidades externas, cuja contratação se encontra em curso a esta data.

## 6.8 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	2025-12-31		2024-12-31	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	1 551	1 121	820	1 668
	<u>1 551</u>	<u>1 121</u>	<u>820</u>	<u>1 668</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	57	-	89	-
- Excesso Aviso 3/95 (Crédito e imparidade extrapatrimonial)	1	-	1	-
- Imparidade adicional (múltiplos <i>defaults e overlays</i> )	122	-	111	-
- Imparidade para imóveis	27	-	23	-
Prémios de final de carreira	18	-	20	-
Reserva cambial	1	4	1	5
Imparidade devedores diversos	0	-	0	-
Prejuízo fiscal	53	-	55	-
Benefício fiscal CFEI II	-	-	-	-
Responsabilidades passadas Plano Complementar	-	-	-	-
Reavaliação imóveis	-	8	-	10
	<u>279</u>	<u>12</u>	<u>300</u>	<u>15</u>
Total de impostos em balanço	<u>1 830</u>	<u>1 133</u>	<u>1 120</u>	<u>1 683</u>

O imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais registado a 31 de dezembro de 2025, no valor de €53 milhares, respeita a prejuízos fiscais que transitaram da CEP para a esfera da CEMAH na sequência da operação de fusão (2024: €55 milhares).

A 31 de dezembro de 2025, da rubrica dos Impostos correntes consta imposto a pagar no montante de €1.121 milhares e imposto a recuperar no montante de €1.551 milhares. Este último é resultante de €14 milhares de dupla tributação jurídica internacional (2024: €60 milhares), €3 milhares de retenções na fonte efetuadas por terceiros (2024: €6 milhares), €1.393 milhares de pagamentos por conta (2024: €606 milhares) e €142 milhares de pagamentos adicionais por conta (2024: €149 milhares).

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2025 e 2024 decompõe-se assim da seguinte forma:

	2025-12-31	2024-12-31
Imposto corrente do exercício	1.121	1.668
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na fonte	(1.537)	(760)
Dupla tributação jurídica internacional	(14)	(60)
	<u>(430)</u>	<u>848</u>

## 6.9 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	(17 817)	(18 326)
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	18 080	18 645
	<u>263</u>	<u>319</u>
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Sector público administrativo	-	-
Devedores por bonificações a receber	1 044	1 143
Outros devedores	1 893	1 095
	<u>2 937</u>	<u>2 238</u>
<b>Outros activos</b>		
Outras disponibilidades	3	58
Outros imóveis	58	58
Economato	40	41
Numismática e outros metais preciosos	15	15
Outros	24	24
	<u>139</u>	<u>196</u>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	355	240
	<u>355</u>	<u>240</u>
<b>Outras contas a regularizar</b>		
Outras operações a regularizar	261	798
	<u>261</u>	<u>798</u>
<b>Imparidade - outros activos</b>		
Devedores	(0)	(113)
Imóveis	(30)	(23)
	<u>(30)</u>	<u>(136)</u>
	<u>3 925</u>	<u>3 655</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€1.044 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€0 milhares) relativos a bonificações (2024: €1.140 milhares e €3 milhar, respetivamente).

A rubrica Outros devedores inclui os valores de notas e moedas entregues à ESEGUR referentes aos Balcões da Sede e do Porto, num total de €1.843 milhares (2024: €929 milhares).

A rubrica Outros imóveis inclui os imóveis adquiridos para reembolso de crédito próprio que, no âmbito da IFRS 5, não se encontram ainda disponíveis para venda.

O saldo da rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito à mensualização de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

As Outras operações a regularizar incluem valores das compensações a favor da CEMAH, ainda não regularizados.

#### **6.10 Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda**

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2025 e 2024 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023			
Valor bruto	1 665	23	1 688
Imparidade acumulada	(142)	-	(142)
Valor líquido	<u>1 523</u>	<u>23</u>	<u>1 546</u>
Movimento			
Adições	25	-	25
Alienações	(747)	(23)	(770)
Imparidade	(79)	-	(79)
Saldo em 31/12/2024			
Valor bruto	943	-	943
Imparidade acumulada	(221)	-	(221)
Valor líquido	<u>722</u>	<u>-</u>	<u>722</u>
Movimento			
Adições	1	-	1
Alienações	(241)	-	(241)
Imparidade	(13)	-	(13)
Saldo em 31/12/2025			
Valor bruto	704	-	704
Imparidade acumulada	(234)	-	(234)
Valor líquido	<u>470</u>	<u>-</u>	<u>470</u>

Os valores de adições registados nos exercícios de 2024 (€25 milhares) e 2025 (€1 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2025 foram alienados 3 imóveis, registados ao valor de €241 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €74 milhares de mais-valias (2024: alienados 4 imóveis, registados ao valor de €747 milhares, dos quais resultaram €144 milhares de mais-valias). Em 2025 foi reforçada a imparidade registada para imóveis em €13 milhares (2024: €79 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.11.

## 6.11 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante os exercícios de 2025 e 2024 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2025					
	Saldo em 2025-01-01	Aumentos/ Juros stage 3	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Saldo em 2025-12-31
Outras Provisões	108	56	(99)	-	65
<b>Total Provisões</b>	<b>108</b>	<b>56</b>	<b>(99)</b>	<b>-</b>	<b>65</b>
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	0	(0)		0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	97	26	(42)		81
Papel Comercial	32	38	(58)		12
Depósitos a prazo	2	0	(1)		1
Crédito	9 336	1 321	(1 986)	(1 348)	7 323
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	-	-	-		-
Imparidade em outros ativos	136	8	(113)	(1)	30
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	221	70	(57)		234
Imparidade para imóveis de serviço próprio	-	-	-		-
<b>Total Imparidades</b>	<b>9 824</b>	<b>1 463</b>	<b>(2 257)</b>	<b>(1 348)</b>	<b>7 682</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>9 931</b>	<b>1 519</b>	<b>(2 356)</b>	<b>(1 348)</b>	<b>7 746</b>

Movimentos em 2024					
	Saldo em 2024-01-01	Aumentos/ Juros stage 3	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Saldo em 2024-12-31
Outras Provisões	51	82	(26)	-	108
<b>Total Provisões</b>	<b>51</b>	<b>82</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>108</b>
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	0	(0)		0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	110	1	(14)		97
Papel Comercial	49	32	(49)		32
Depósitos a prazo	5	5	(8)		2
Crédito	8 846	1 762	(944)	(329)	9 336
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	-	-	-		-
Imparidade em outros ativos	128	11	(3)		136
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	142	93	(15)		221
Imparidade para imóveis de serviço próprio	10	-	(10)		-
<b>Total Imparidades</b>	<b>9 291</b>	<b>1 905</b>	<b>(1 043)</b>	<b>(329)</b>	<b>9 824</b>
<b>Total provisões e imparidades</b>	<b>9 342</b>	<b>1 987</b>	<b>(1 069)</b>	<b>(329)</b>	<b>9 931</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 o montante de imparidade para crédito registado inclui imparidades adicionais de 389 m.euros e 223 m.euros, respetivamente, para reforço da cobertura de créditos há mais de 2 anos em default. Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio, e têm ainda em conta os valores de venda praticados e esperados pela CEMAH.

## 6.12 Passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a CEMAH não detém em carteira passivos financeiros detidos para negociação.

### 6.13 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Depósitos	512 892	468 976
Outros passivos financeiros	1 371	1 112
Passivos subordinados	-	1 823
	<u>514 263</u>	<u>471 911</u>

Quanto à sua natureza, o saldo dos depósitos é composto como se segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Depósitos de instituições de crédito</b>		
Depósitos à ordem	41	48
<b>Depósitos de outros clientes</b>		
Depósitos à ordem	232 985	208 800
Depósitos a prazo	223 625	205 820
Depósitos de poupança	55 284	52 576
	<u>511 935</u>	<u>467 244</u>
Juros a Pagar	957	1 732
	<u>512 892</u>	<u>468 976</u>

Quanto à duração residual, os depósitos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Exigível à vista	<u>233 026</u>	<u>208 848</u>
Exigível a prazo		
Até 3 meses	110 622	96 956
De três meses a um ano	148 986	159 341
De um a cinco anos	20 258	3 831
	<u>279 866</u>	<u>260 127</u>
	<u>512 892</u>	<u>468 976</u>

A 31 de dezembro de 2025, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem eram de 0% (tal como a 31 de dezembro de 2024), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança variavam entre 0,05% e 2,50% (31 de dezembro de 2024: 0,05% e 3,50%).

Os Outros passivos financeiros são compostos por cheques bancários e visados e transferências pendentes de liquidação.

Quanto à sua natureza, o saldo dos Passivos subordinados é composto como se segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Passivos subordinados	-	1 750
	<u>-</u>	<u>1 750</u>
Juros a Pagar	-	73
	<u>-</u>	<u>73</u>
	<u>-</u>	<u>1 823</u>

Na sequência da solidificação do rácio de capital em valores confortáveis, fruto dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, no final de novembro de 2025 a CEMAH exerceu o direito de liquidação antecipada do empréstimo subordinado que havia sido emitido no final de julho de 2020, onde haviam sido subscritos €1.750 milhares, à taxa de 10% e com uma maturidade de 10 anos.

#### 6.14 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	-	-
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo de locação</b>		
Passivo de locação	543	175
	<u>543</u>	<u>175</u>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Outros recursos	-	-
Sector público administrativo	455	508
Outros credores	698	218
	<u>1 154</u>	<u>727</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Serviços prestados por terceiros	4	4
Gastos com pessoal	714	652
Gastos gerais administrativos	112	156
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	103	102
	<u>933</u>	<u>914</u>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	2 287	2 579
	<u>2 287</u>	<u>2 579</u>
<b>Outros Passivos</b>	<u>4 917</u>	<u>4 395</u>

Os passivos de locação são referentes ao valor dos pagamentos futuros atualizados das operações de locação da Caixa, nomeadamente as respeitantes a imóveis e viaturas.

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços, assim como valores a regularizar a outros credores no montante de €674 milhares.

A rubrica serviços prestados por terceiros inclui o montante vencido e ainda não liquidado de comissões a pagar às entidades gestoras das carteiras de títulos.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH junto da SIBS.

### 6.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Caixa	9 780	10 038
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	168 734	131 126
Disponibilidades à vista em outras IC's	1 928	2 985
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	2 848	2 875
	<u>183 290</u>	<u>147 024</u>

### 6.16 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

#### 6.16.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R. O mesmo se verifica relativamente às responsabilidades com o complemento de pensões.

Tal como em dezembro de 2024, a BPI Vida e Pensões é atualmente a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas, assim como pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "Projected Unit Credit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

#### Plano de Pensões ACT

	<u>Pressupostos</u>	
	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Hipóteses financeiras</b>		
Taxa de desconto	3,86%	3,36%
Taxa de crescimento salarial	2026: 2,5%; após 2026: 1,25%	2025: 3,0%; após 2025: 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	2026: 2,0%; após 2025: 0,75%	2025: 2,5%; após 2025: 0,75%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice-Homens TV 88/90 - 1 ano para ativos e reformados por velhice-Mulheres	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice
Tábua de invalidez	TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez 50% da EKV 80	TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez 50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos cônjuges
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

**Plano de Pensões Complementar****Pressupostos**

	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Hipóteses financeiras</b>		
Taxa de desconto	3,86%	3,36%
Taxa de crescimento salarial	2026: 2,5%; após 2026: 1,25%	2025: 3,0%; após 2025: 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	2026: 2,0%; após 2025: 0,75%	2025: 2,5%; após 2025: 0,75%
<b>Hipóteses demográficas</b>		
	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice-Homens	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice
Tábua de mortalidade	TV 88/90 -1 ano para ativos e reformados por velhice-Mulheres	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice
	TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos cônjuges
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025 a Caixa tem 216 participantes no Plano de Pensões ACT, dos quais 133 são trabalhadores no ativo, 54 são reformados, 19 são pensionistas e 10 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2024: 216, 135, 52, 17 e 12, respetivamente).

O Plano de pensões complementar tem, a 31 de dezembro de 2025, 1 participante (31 de dezembro de 2024: 1 participante).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes dos planos, estas apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Esperança média de vida (anos)</b>		
Ativos	28.5	28.7
Ex-Trabalhadores	27.3	16.7
Reformados	15.3	15.0
Pensionistas	13	15.1
<b>Plano de Pensões Complementar</b>		
	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Esperança média de vida (anos)</b>		
Ativos	-	-
Reformados	16.97	17.80

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2025 e 2024 resumem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>		
Ativos e ex-trabalhadores	3 916	4 736
Reformados e pensionistas	13 234	12 966
Inscritos na SS antes de 2011	55	44
	<u>17 205</u>	<u>17 745</u>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>	<u>17 451</u>	<u>18 000</u>
<b>Excesso/(Insuficiência) de cobertura</b>	<u>247</u>	<u>255</u>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Responsabilidades por serviços passados</b>		
Ativos	-	-
Reformados	612	581
	<u>612</u>	<u>581</u>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>	<u>628</u>	<u>645</u>
<b>Excesso/(Insuficiência) de cobertura</b>	<u>16</u>	<u>64</u>

A 31 de dezembro de 2025 o Fundo de Pensões ACT apresentava um excesso de financiamento de €247 milhares, e o Fundo Complementar um excesso de €16 milhares, não sendo necessário proceder-se a qualquer financiamento do Fundo com vista a assegurar o cumprimento do mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal a 31-12-2025 (correspondendo a 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas).

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<u>17 745</u>	<u>18 006</u>
Custo dos serviços correntes	17	51
Custo dos juros	577	552
Pensões Pagas	(1 150)	(1 086)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	16	223
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<u>17 205</u>	<u>17 745</u>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	581	601
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	19	18
Pensões Pagas	(43)	(37)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	55	(2)
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>612</b>	<b>581</b>

Em 31 de dezembro de 2025 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 11 anos para o plano ACT (31 de dezembro de 2024: 11 anos) e de 9 anos para o plano complementar (31 de dezembro de 2024: 9 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2025 e de 2024, relativo aos valores dos ativos dos Fundos de Pensões foi como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Valor do Fundo de Pensões no início do exercício</b>	18 000	17 978
Contribuições	-	-
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(1 196)	(1 153)
Rendimento esperado dos activos	586	551
Remensurações	61	624
Transferências	-	-
Capital seguro	-	-
<b>Valor do Fundo de Pensões no final do exercício</b>	<b>17 451</b>	<b>18 000</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Valor do Fundo de Pensões no início do exercício</b>	645	641
Contribuições	-	-
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(40)	(39)
Rendimento esperado dos activos	21	20
Remensurações	3	23
Transferências	0	0
<b>Valor do Fundo de Pensões no final do exercício</b>	<b>628</b>	<b>645</b>

A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões ACT a 31 de dezembro de 2025 foi de 3,8% (2024: 6,8%). A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões complementar a 31 de dezembro de 2025 foi de 3,8% (2024: 6,8%).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
Custo dos serviços correntes	17	51
Custo dos juros	577	552
Rendimento esperado dos activos	(586)	(551)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(36)	(36)
Prémio de seguro	38	19
Capital seguro	-	-
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>11</b>	<b>35</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	19	18
Rendimento esperado dos ativos	(21)	(20)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	-	-
Prémio de seguro	-	-
Alterações ao plano	-	-
<b>Total incluído em Custos com pessoal</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletidos nas notas 6.9 e 6.14.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
Taxa de rentabilidade do Fundo	61	624
Responsabilidades nas pensões	(23)	(271)
Outros	-	-
	<b>39</b>	<b>353</b>

<b>Plano de Pensões Complementar</b>	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
Taxa de rentabilidade do Fundo	3	23
Responsabilidades nas pensões	(53)	(0)
Outros	-	-
	<b>(50)</b>	<b>23</b>

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

<b>Plano de Pensões ACT</b>	<b>2025-12-31</b>		
	<b>Passivo do plano</b>	<b>Ativo do plano</b>	<b>Total</b>
Desvios financeiros	-	54	54
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(414)	-	(414)
Desvios de alteração de pressupostos	398	-	398
	<b>(16)</b>	<b>54</b>	<b>39</b>

**Plano de Pensões ACT**

	2024-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	576	576
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(683)	-	(683)
Desvios de alteração de pressupostos	460	-	460
	<u>(223)</u>	<u>576</u>	<u>353</u>

**Plano de Pensões Complementar**

	2025-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	5	5
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(31)	-	(31)
Desvios de alteração de pressupostos	(23)	-	(23)
	<u>(55)</u>	<u>5</u>	<u>(50)</u>

**Plano de Pensões Complementar**

	2024-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	21	21
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(9)	-	(9)
Desvios de alteração de pressupostos	11	-	11
	<u>2</u>	<u>21</u>	<u>23</u>

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos do Fundo do Plano de Pensões ACT apresentam a seguinte decomposição:

	2025-12-31		2024-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	12 344	70,7%	12 947	74,2%
Ações	3 977	22,8%	3 676	21,1%
Imobiliário	5	0,0%	409	2,3%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	1 125	6,4%	968	5,5%
	<u>17 451</u>	<u>100,0%</u>	<u>18 000</u>	<u>100,0%</u>

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos do Fundo do Plano de Pensões Complementar apresentam a seguinte decomposição:

	2025-12-31		2024-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	444	70,7%	464	73,9%
Ações	143	22,8%	132	21,0%
Imobiliário	0	0,0%	15	2,3%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	41	6,4%	35	5,5%
	<u>628</u>	<u>100,0%</u>	<u>645</u>	<u>100,0%</u>

### 6.16.2 Prémio de Final de Carreira

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2025 é de €103 milhares. O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2024 era de €102 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.9 e 6.14).

### 6.16.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões, plano complementar e para o prémio de final de carreira são os seguintes:

	2025-12-31			2024-12-31		
	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira
Taxa de desconto - 0.5%	944	31	8	1 012	27	8
Taxa de desconto + 0.5%	(862)	(26)	(7)	(922)	(25)	(7)
Taxa de crescimento das pensões - 0.25%	(353)	(12)	-	(377)	(11)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.25%	368	13	-	393	12	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(84)	-	(2)	(105)	-	(3)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	88	-	2	111	-	3
Esperança de vida + 1 ano	616	21	-	655	22	-
Esperança de vida - 1 ano	(617)	(20)	-	(655)	(22)	-

### 6.17 Capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital estatutário da Caixa é de €20.338 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2024 €20.338 milhares). Na sequência da fusão por incorporação da CEP a Caixa passou a ser detida em 98% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sendo os restantes 2% detidos pela A Beneficência Familiar, anterior entidade titular da CEP.

De acordo com os Estatutos da Instituição – art.º 30º, os resultados da CEMAH, depois de feitas as amortizações, constituídas as devidas provisões e deduzidos os encargos e gastos legais e institucionais, devem ter, sem prejuízo das disposições da Lei, a seguinte aplicação: 25% para reserva legal até ser atingido o respetivo limite legal de formação e 25% para reserva especial. Estatutariamente a CEMAH não se encontra sujeita à obrigação de distribuição aos acionistas de metade do lucro do exercício que, nos termos da lei, seja distribuível.

Não obstante, a CEMAH tem por finalidade pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas as deduções legal e estatutariamente devidas.

### 6.18 Prémio de emissão

Na sequência dos termos de troca acordados entre as instituições titulares das entidades participantes, da operação de fusão resultou que as novas ações da CEMAH fossem emitidas com um prémio de emissão de €374 milhares.

### 6.19 Lucros retidos

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
Remensurações de benefícios pós emprego dos empregados	(1 123)	(1 112)
Dividendos retidos	6 542	4 648
Resultados transitados	(204)	(204)
Outras reservas de reavaliação e resultados transitados	189	189
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	202	170
	<u>5 606</u>	<u>3 691</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	<b>2025-12-31</b>	<b>2024-12-31</b>
<b>Resultados Transitados</b>		
Saldo em 1 de janeiro	3 691	816
Resultado líquido ano anterior	5 827	6 657
Pagamento de dividendos	(1 020)	(999)
Alocação impostos variação patrimoniais	-	-
IAS 19 - Remensurações	(11)	375
Transf.p/ reserva legal	(1 457)	(1 664)
Transf.p/ outras reservas	(1 457)	(1 664)
Transf.p/ capital	-	-
Resultados de exercícios anteriores	-	-
Impostos -IRC	-	-
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	32	170
Impacto da reclassificação de títulos	-	-
Saldo no fim do período	<u>5 606</u>	<u>3 691</u>

## 6.20 Reservas de reavaliação

Os saldos das contas de Reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Reserva reavaliação</b>		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	-	-
Resultados de instrumentos de capital ao justo valor através de OCI	(316)	(316)
Reservas de reavaliação legal	569	569
	<u>253</u>	<u>253</u>
<b>Impostos diferidos</b>	(3)	(4)
	<u>250</u>	<u>249</u>

A rubrica Reserva de justo valor não apresenta saldo no final de 2025, atendendo a que não existem títulos em carteira registados ao justo valor através do outro rendimento integral.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2025 e de 2024.

A Reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

## 6.21 Outras reservas

Os saldos das contas de Outras reservas decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Reserva legal	6 966	5 510
Reserva Especial	6 004	4 548
	<u>12 971</u>	<u>10 057</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de Outras reservas foram os seguintes:

	2025-12-31	2024-12-31
<b>Reserva legal</b>		
Saldo em 1 de janeiro	5 510	3 930
Transf. Resultados Transitados	1 457	1 579
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	6 966	5 510
<b>Reserva especial</b>		
Saldo em 1 de janeiro	4 548	2 968
Transf. Resultados Transitados	1 457	1 579
Saldo no fim do período	6 004	4 548
Saldo no fim do período	12 971	10 057

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias, conforme o artigo 7.º dos Estatutos da CEMAH. Também estatutariamente, o montante a creditar anualmente foi estabelecido para 25% do lucro líquido anual, percentagem essa, superior ao mínimo fixado legalmente. Durante o exercício de 2025 esta reserva sofreu um acréscimo de €1.457 milhares (2024: €1.579 milhares).

De acordo com os normativos em vigor, e previsto no artigo 8.º dos mesmos Estatutos, as instituições de crédito devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar. Neste âmbito, e conforme estabelecido nos Estatutos, o montante a creditar anualmente é de 25% do lucro líquido anual, tendo esta reserva registado um acréscimo de €1.457 milhares durante o exercício de 2025 (2024: €1.579 milhares).

## 6.22 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	6 318	6 714
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Ativos dados em garantia <b>(i)</b>	<u>14 937</u>	<u>16 195</u>
	<u>21 255</u>	<u>22 910</u>
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	26 208	30 870
Garantias reais (ativos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>319 207</u>	<u>291 821</u>
	<u>345 415</u>	<u>322 691</u>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	14 210	13 837
Outros compromissos	1 104	1 078
Linhas de crédito revogáveis	<u>5 440</u>	<u>5 646</u>
	<u>20 753</u>	<u>20 561</u>
<b>Compromissos assumidos por terceiros</b>		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis <b>(ii)</b>	<u>17 098</u>	<u>9 779</u>
	<u>17 098</u>	<u>9 779</u>
<b>Operações cambiais - Instrumentos derivados</b>		
Instrumentos de cobertura		
De divisas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	914	969
De cobrança de valores	698	724
Outros	<u>2 322</u>	<u>470</u>
	<u>3 935</u>	<u>2 163</u>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão <b>(iii)</b>	<u>103 480</u>	<u>108 481</u>
	<u>103 480</u>	<u>108 481</u>
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao ativo	4 418	3 366
Contas diversas <b>(iv)</b>	<u>109 095</u>	<u>108 170</u>
	<u>113 513</u>	<u>111 536</u>

(i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no valor de €10.633 milhares (2024: €11.896 milhares), e montante de €4.004 milhares dado de garantia ao Banco BPI para disponibilização de linha de crédito (2024: €3.999 milhares);

(ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal, garantia do SICOI e linhas de crédito disponibilizadas pelos Banco BPI e Carregosa no valor de €3.300 milhares, cada;

(iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão);

(iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

## 6.23 Margem Financeira

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral	-	-
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Títulos de dívida		
Obrigações	1 766	2 132
Papel Comercial	368	525
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário		
Depósitos	3 256	4 245
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	186	506
Empréstimos	4 896	6 504
Crédito conta corrente	489	633
Descobertos DO	2	5
Particulares		
Habitação	2 553	3 027
Consumo	1 503	1 579
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	4	11
Empréstimos	2 181	2 704
Crédito conta corrente	119	208
Descobertos DO	92	183
Outros créditos	85	7
Crédito vencido	42	51
Juros e rendimentos similares outros activos	18	27
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	234	235
	<u>17 795</u>	<u>22 581</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Recursos de Bancos Centrais	-	-
Depósitos à ordem	182	59
Depósitos a prazo do tipo promissória	4 086	5 268
Depósitos a prazo do tipo poupança	365	330
Juros de passivos subordinados	160	175
Juros de locações	30	13
	<u>4 824</u>	<u>5 845</u>
<b>Margem financeira</b>	<u>12 971</u>	<u>16 737</u>

Das variações registadas na margem financeira em 2025, salienta-se a diminuição verificada nos juros e rendimentos similares da CEMAH, em resultado da diminuição das taxas de juro de mercado. Deste modo registaram-se diminuições de €366 milhares nos juros das obrigações, de €157 milhares nos juros do Papel Comercial, de €989 na remuneração da liquidez junto do Banco de Portugal e nos juros dos depósitos junto de OICs, e finalmente de €3.266 milhares nos juros do crédito. A diminuição das taxas de juro de mercado também se refletiu nos juros dos recursos de clientes, tendo os mesmos registado um decréscimo de €1.024 milhares face a 2024.

Os juros de passivos subordinados são referentes ao empréstimo subordinado emitido durante o ano de 2020, e resgatado em novembro de 2025, representando €160 milhares a 31 de dezembro de 2025.

Os juros suportados das locações são registados em juros e encargos similares, e representam em 2025 €30 milhares.

## 6.24 Rendimentos de instrumentos de capital

A totalidade do valor da rubrica Rendimentos de instrumentos de capital é referente aos dividendos recebidos da participação na SIBS no valor de €61 milhares (2024: €51 milhares).

## 6.25 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	854	724
Por garantias prestadas	139	160
Emissão de cheques	57	53
Comissões de processamento	168	169
Multibanco	986	960
Comissões de manutenção	454	431
Comissão levantamento numerário	76	78
Outras	424	419
	<u>3 158</u>	<u>2 995</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por operações realizadas por terceiros	(25)	(23)
Outras	(608)	(598)
	<u>(633)</u>	<u>(621)</u>
	<u>2 526</u>	<u>2 374</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €571 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€502 milhares em 2024). Das outras comissões pagas, €313 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€312 milhares em 2024).

Ainda das Outras comissões pagas constam €66 milhares de comissões pagas às entidades gestoras e depositárias da carteira de títulos da CEMAH (€105 milhares em 2024).

As Outras comissões recebidas incluem valores referentes a serviços de mediação de seguros. Em 2024 e 2025 os mesmos foram distribuídos da seguinte forma:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Ramo vida	29	28
Ramo não vida	51	61
	<u>80</u>	<u>89</u>

As comissões acima apresentadas resultam da intermediação de seguros das Seguradoras Unidas, S.A.

## 6.26 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	-	-
Resultados de ativos financeiros pelo custo amortizado (líquido)	(25)	(30)
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	-	-
Resultados reavaliação cambial (líquido)	87	140
	<u>62</u>	<u>110</u>

Os resultados de ativos financeiros classificados ao Custo amortizado resultam das amortizações de capital dos títulos existentes em carteira.

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos associados aos câmbios EUR/USD, EUR/CAD e EUR/GBP.

## 6.27 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Outros rendimentos de exploração</b>		
Outras receitas operacionais	441	176
	<u>441</u>	<u>176</u>
<b>Outros encargos de exploração</b>		
Quotizações e donativos	45	45
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	2	874
Outros ativos fixos tangíveis	0	-
Outros gastos operacionais	647	145
Outros impostos	180	186
	<u>874</u>	<u>1 250</u>
	<u>(433)</u>	<u>(1 074)</u>

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra). A variação positiva face ao período homólogo advém essencialmente do aumento dos proveitos de bonificações em €143 milhares, e de €128 milhares resultantes das Reclamações Graciosas das autoliquidações do Adicional de Solidariedade sobre o Sector Bancário.

A redução registada na rubrica de Contribuições para o fundo de garantia de depósitos resulta do pagamento de compromissos de pagamento irrevogáveis, relativos a contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 872 milhares de Euros, efetuado em 2024.

A rubrica dos outros gastos operacionais subdivide-se da seguinte forma:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Outros gastos operacionais</b>		
Gastos com Sistemas de Pagamentos	25	25
IVA não dedutível locações financeiras	10	10
Contributo para Fundo de Resolução	55	33
Contributo para Fundo Único de Resolução		
Iniciativa Social	-	3
Outras regularizações	500	
Outros custos aceites fiscalmente	56	52
Outros custos não aceites fiscalmente	-	23
	<u>647</u>	<u>145</u>

Em 2025 a rubrica Outras regularizações inclui €384 milhares (de um total de €441 milhares) reconhecidos como custos relativos ao anterior projeto de implementação do Core Bancário, que se consideraram irrecuperáveis (ver nota 6.7)

## 6.28 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	440	407
Remunerações dos empregados	3 713	3 663
Encargos sociais obrigatórios	1 240	1 144
Outros custos com pessoal	44	37
	<u>5 438</u>	<u>5 251</u>

Durante os exercícios de 2025 e 2024 o número de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH, a 31 de dezembro, apresenta-se como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	13	13
Outros quadros	19	18
Administrativos	36	35
Outros colaboradores	65	67
	<u>136</u>	<u>136</u>

#### 6.29 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	79	91
Material de consumo corrente	87	87
Publicações	6	6
Material de higiene e limpeza	6	6
Equipamento	29	31
Outros fornecimentos de terceiros	186	77
Com serviços		
Rendas e alugueres	5	1
Comunicações	263	282
Deslocações, estadas e representação	160	107
Publicidade e edição de publicações	283	284
Conservação e reparação	261	214
Transportes	67	49
Formação de pessoal	56	47
Seguros	31	26
Serviços especializados	3 340	3 190
Outros serviços de terceiros	73	49
Com outras operações de Locação		
Leasing de curto prazo	-	-
Leasing de baixo valor	16	15
	<u>4 947</u>	<u>4 563</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €3.340 milhares (2024: €3.190 milhares), representando àquela data cerca de 68% (2024: 70%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços relacionados com informática, serviços prestados pela SIBS e os honorários dos auditores e consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €263 milhares (2024: €282 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que em 31 de dezembro de 2025 ascende a €261 milhares (2024: €214 milhares).

Encontram-se ainda reconhecidos como gastos gerais administrativos da Caixa os pagamentos referentes às locações consideradas de baixo valor, conforme expediente prático previsto na norma.

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante os exercícios de 2025 e 2024 com a sociedade de revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. resumem-se conforme segue:

	2025-12-31		2024-12-31	
	Honorários contratados	Honorários pagos	Honorários contratados	Honorários pagos
Revisão Legal de Contas	112	46	104	44
Outros serviços de garantia de fiabilidade	70	62	31	23
Outros	39	39	36	36
	<u>221</u>	<u>147</u>	<u>172</u>	<u>103</u>

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem os serviços prestados no âmbito da emissão dos relatórios sobre a imparidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os serviços incluíam também o relatório sobre o sistema de controlo interno no âmbito do suporte ao processo de relato do Conselho Fiscal sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor na CEMAH e os seus sistemas de governo interno.

### 6.30 Goodwill/negativo

Durante o ano de 2024 foi registado um ganho de €124 milhares, resultantes da diferença entre a) o valor líquido dos ativos transferidos para a CEMAH e dos passivos assumidos pela mesma (valorizados ao justo valor) e b) o valor da participação transferida para a ABF. Em 2025 não foram registados quaisquer valores.

### 6.31 Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)

Os resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda respeitam a mais-valias e menos-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

	2025-12-31	2024-12-31
Mais-valias realizadas	74	144
Menos-valias realizadas	-	(0)
	<u>74</u>	<u>144</u>

### 6.32 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

#### Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Resultado antes de impostos	4 870	7 465
Variações patrimoniais	(160)	-
Provisões/Imparidades não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	243	39
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	(143)	(332)
Mais e menos valias fiscais	-	-
Outros valores	254	(11)
Resultado fiscal	<u>5 064</u>	<u>7 160</u>

A taxa nominal de imposto é de 20% (2024: 21%) (ver Nota 2.3.9). Em 2025 a taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pelas contribuições sobre o setor bancário, pelas mais e menos valias fiscais e pela tributação autónoma.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto é analisada como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Resultado antes de impostos	4 870	7 465
Taxa de imposto corrente (%)	20,00%	21,00%
<b>Imposto esperado</b>	974	1 568
Mais e menos valias fiscais	-	-
Outros valores	30	(165)
Contribuição sobre o setor bancário	32	35
Derramas municipal e estadual	121	188
Tributação autónoma	13	13
<b>Total dos impostos sobre o rendimento</b>	<u>1 171</u>	<u>1 638</u>
<b>Taxa efetiva (%)</b>	<u>24,03%</u>	<u>21,94%</u>

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	1 154	1 668
Regularização de estimativa do exercício anterior	(2)	(44)
Reconhecimento/Desreconhecimento de impostos diferidos	19	14
	<u>1 171</u>	<u>1 638</u>

#### Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>2025-12-31</u>	<u>2024-12-31</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	279	300
Passivos	(12)	(15)
	<u>267</u>	<u>285</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(19)	(14)
Reservas de reavaliação (justo valor)	-	-
Outras reservas e resultados transitados	1	-
	<u>(18)</u>	<u>(14)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

2025

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
	2025-01-01	2025-12-31	2025-01-01	2025-12-31	2025-12-31	2025-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	443	336	89	57	(32)	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	7	5	1	1	(1)	-
- Múltiplos defaults e overlays	551	717	110	122	12	-
Imparidade ativos não correntes	114	157	23	27	4	-
Imparidade imóveis serviço próprio	-	-	-	-	-	-
Prêmios de final de carreira	102	103	20	18	(3)	-
Benefício fiscal CFEI II	-	-	-	-	-	-
Reserva cambial	(18)	(18)	(4)	(3)	-	1
Imparidade devedores diversos	1	0	0	0	(0)	-
Reavaliação imóveis	(50)	(45)	(10)	(8)	2	-
Prejuízo fiscal	274	298	55	53	(2)	-
	<u>1 424</u>	<u>1 554</u>	<u>285</u>	<u>267</u>	<u>(19)</u>	<u>1</u>

2024

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
	2024-01-01	2024-12-31	2024-01-01	2024-12-31	2024-12-31	2024-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	531	443	111	89	(23)	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	9	7	2	1	(0)	-
- Múltiplos defaults e overlays	778	551	163	110	(53)	-
Imparidade ativos não correntes	81	114	17	23	6	-
Imparidade imóveis serviço próprio	10	-	2	-	(2)	-
Prêmios de final de carreira	85	102	18	20	2	-
Benefício fiscal CFEI II	473	-	95	-	-	-
Reserva cambial	(18)	(18)	(4)	(4)	-	-
Imparidade devedores diversos	1	1	0	0	(0)	-
Reavaliação imóveis	(55)	(50)	(12)	(10)	1	-
Prejuízo fiscal	-	274	-	55	55	-
	<u>1 895</u>	<u>1 424</u>	<u>393</u>	<u>285</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contábilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente às taxas de 19%, 18% e 17% (20% em 2025).

### 6.33 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

#### Acionistas

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

A Beneficência Familiar

#### Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Maria Laurentina Nunes Mendes

Miguel Correia Bendito

#### Membros do Conselho Fiscal

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

João Guilherme Melo de Oliveira

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Em 31 de dezembro de 2024 as entidades relacionadas da Caixa eram as seguintes:

**Acionista**

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

A Beneficência Familiar

**Membros do Conselho de Administração**

António Gabriel Fraga Martins Maio

Maria Laurentina Nunes Mendes

Miguel Correia Bendito

**Membros do Conselho Fiscal**

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

João Guilherme Melo de Oliveira

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

2025-12-31	Acionista	Entidades relacionadas	Membros do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	Total
<b>Ativos</b>					
Crédito	-	-	132	-	132
	-	-	132	-	132
<b>Passivos</b>					
Depósitos	4 543	-	400	52	4 995
Empréstimo Obrigacionista	-	-	-	-	-
	4 543	-	400	52	4 995
<b>Proveitos</b>					
Juros e rendimentos similares	-	-	4	-	4
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	-	-	4	-	4
<b>Custos</b>					
Juros e encargos similares	38	-	7	-	45
Donativos	-	-	-	-	-
	38	-	7	-	45
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

2024-12-31	Membros				Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	do Conselho Fiscal	
<b>Ativos</b>					
Crédito	7	-	143	-	151
	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>-</u>	<u>151</u>
<b>Passivos</b>					
Depósitos	2 786	-	278	27	3 091
Empréstimo Obrigacionista	500	-	-	-	500
	<u>3 286</u>	<u>-</u>	<u>278</u>	<u>27</u>	<u>3 591</u>
<b>Proveitos</b>					
Juros e rendimentos similares	11	-	7	-	17
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
<b>Custos</b>					
Juros e encargos similares	46	-	8	-	55
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>55</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2025 e 2024 referente a crédito concedido, depósitos recebidos e subscrição de dívida subordinada de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração		Membros do Conselho Fiscal	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Empréstimos</b>								
Empréstimos em 1 de janeiro	-	354	-	-	143	154	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	-	-	-	-	6	5	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	-	(354)	-	-	(17)	(16)	-	-
Alterações nos Orgão Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	-	-	-	-	132	143	-	-
<b>Rendimento de juros</b>		11		-	4	7		-
<b>Depósitos</b>								
Depósitos em 1 de janeiro	2 786	806	-	-	278	387	27	92
Movimentos líquidos do ano	1 758	1 980	-	-	122	(109)	25	(64)
Depósitos em 31 de dezembro	4 543	2 786	-	-	400	278	52	27
<b>Custo de juros de depósitos</b>	38	1	-	-	7	8	-	-
<b>Obrigações Subordinadas</b>								
Obrigações em 1 de janeiro	500	350	-	-	-	-	-	-
Movimentos líquidos do ano	(500)	150	-	-	-	-	-	-
Obrigações em 31 de dezembro	-	500	-	-	-	-	-	-
<b>Custo de juros de obrigações</b>	46	45	-	-	-	-	-	-

## 6.34 Passivos contingentes

### Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

A Caixa, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2025, a contribuição periódica efetuada pela Caixa ascendeu a €55 milhares de Euros (2024: €33 milhares de Euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,039% (2024: 0,026%). Adicionalmente, efetuou contribuições sobre o setor bancário no montante de €161 milhares de Euros (2024: €140 milhares de Euros).

### Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um

empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

De acordo com o comunicado do Novo Banco de 15 de dezembro de 2021, foi aprovado um aumento de capital decorrente da conversão dos direitos de conversão relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, conforme alterada. Este aumento de capital foi realizado na modalidade de incorporação de reservas e no montante de 155 milhões de euros, através da emissão de 155 milhões de novas ações ordinárias representativas de 1,56% do seu capital social e que são atribuídas ao Estado Português por efeito do referido regime.

Por efeito dos acordos celebrados entre o Fundo de Resolução e o acionista Lone Star no contexto da venda de 75% do capital social do Novo Banco, apenas o Fundo de Resolução verá a sua participação diluída. Assim, em 31 de dezembro de 2025, o Novo Banco é detido pela Lone Star, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 13,54% e 11,46%, respetivamente.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-aneais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

De acordo com o comunicado de 9 de dezembro de 2024 do Fundo de Resolução, o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2024 ascendeu a 3.405 milhões de euros. Estes pagamentos foram realizados com recurso aos financiamentos obtidos do Estado Português e do sindicato bancário e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução. O montante global pago pelo Fundo de Resolução até ao final de 2024 é ainda inferior ao limite máximo previsto no Mecanismo de Capital Contingente em 485 milhões de euros.

De acordo com o mesmo comunicado, àquela data foi assinado um Acordo (entre o Fundo de Resolução, o Novo Banco e a Nani Holdings) que pôs termo ao Acordo de Capitalização Contingente de 2017, cujo termo se encontrava previsto para o final de 2025. Na sequência do Acordo agora celebrado, extingue-se qualquer hipótese de virem a ser solicitados novos pagamentos ao Fundo de Resolução.

A 13 junho de 2025, foi anunciada a celebração de um Memorando de Entendimento entre os fundos Lone Star e o Grupo BPCE para a venda da participação de 75% que os fundos Lone Star detêm no Novo Banco. A operação tinha um valor estimado de 6.400 milhões de euros para a totalidade do capital do Novo Banco, e devia ficar concluída no início de 2026.

Os valores obtidos e a obter pelo Fundo de Resolução permitirão recuperar parte das verbas despendidas pelo Fundo na resolução do Banco Espírito Santo, S.A., e serão utilizados no reembolso da dívida daquele, nomeadamente ao Estado.

A 29 de outubro de 2025, o Ministério das Finanças e o Fundo de Resolução assinaram um acordo com o Grupo BPCE (Banque Populaire et Caisse d'Épargne) e a Nani Holdings, acionista maioritário do Novo Banco (e uma entidade detida pela Lone Star Funds), para a venda das participações minoritárias detidas na instituição (11,46% pelo Estado Português e 13,54% pelo Fundo de Resolução).

Este acordo dá sequência ao Memorando de Entendimento de 13 de junho, relativo à aquisição pelo BPCE de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star Funds.

#### Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

Em julho 2022, a Oitante concluiu o processo de reembolso das obrigações emitidas no âmbito da resolução do BANIF. Com este reembolso cessaram as responsabilidades do Fundo de Resolução enquanto garante e do Estado Português, enquanto prestador da contragarantia.

Conforme comunicado do Fundo de Resolução de 23 de junho de 2025, a Oitante aprovou a distribuição de dividendos ao Fundo de Resolução no montante de €13,1 milhões.

No dia 19 de dezembro de 2025 a Oitante aprovou nova distribuição de dividendos ao Fundo de Resolução, também no montante de €13,1 milhões. Com esta nova distribuição, o valor entregue pela Oitante ao Fundo de Resolução totaliza €176,2 milhões.

Os valores obtidos e a obter pelo Fundo de Resolução em resultado da sua participação no capital da Oitante contribuem para a redução dos prejuízos de Euros 489 milhões que este Fundo suportou na resolução do BANIF e serão utilizados no reembolso da dívida do Fundo de Resolução, nomeadamente perante o Estado.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

## Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras da Caixa.

### **6.35 Eventos subsequentes**

Não foram identificados eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 com impacto relevante nas demonstrações financeiras da CEMAH.

Assim, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da CEMAH considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

- : - : - : - : - : - :



# RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

## RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO 2025

ANEXO AOS DOCUMENTOS ANUAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

ELABORADO PELO CONSELHO FISCAL NOS TERMOS DO ARTIGO 60.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 3/2020

### AUTOAVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO E EFICÁCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL E DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO EFETUADA PELA CEMAH COM REFERÊNCIA A 30 DE SETEMBRO DE 2025

ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 55.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 3/2020

*Exmos. Acionistas*

1. Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º e nos termos do artigo 55.º, ambos do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal (ou Aviso 3/2020), o Órgão de Administração, o Órgão de Fiscalização e os responsáveis pelas Funções de Gestão de Riscos, de Conformidade e de Auditoria Interna, apresentaram o **Relatório Anual sobre a Avaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional em vigor na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA (CEMAH), e dos seus Sistemas de Governo e Controlo Interno**, com referência a 30 de setembro de 2025.

2. O presente Resumo emitido nos termos do artigo 60.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, tem por objetivo resumir os principais resultados e conclusões daquele exercício de autoavaliação, tendo em vista a sua disponibilização à Assembleia Geral, em anexo aos documentos de prestação de contas, conforme passamos a resumir:

## OPINIÃO

3. Do Conselho de Administração

*Em termos globais, o Conselho de Administração conclui que os sistemas de governo e controlo interno da CEMAH, incluindo a sua cultura organizacional, as práticas e políticas remuneratórias e demais matérias conexas no âmbito do Aviso, são globalmente adequados e eficazes de acordo e no cumprimento das disposições do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, evidenciando melhorias na maturidade e no ambiente de controlo, bem como um empenho crescente na consolidação de uma cultura organizacional de conformidade, responsabilidade e gestão prudente do risco, não obstante, o reforço da estrutura de governo referente à agregação e reporte de dados e o acompanhamento do processo de implementação do novo Sistema Core Bancário constituem prioridades críticas para assegurar a sustentabilidade e robustez do sistemas de governo e controlo interno da Instituição.*

#### 4. Do Diretor de Auditoria Interna

*O sistema de governo e controlo interno da Instituição é globalmente adequado e eficaz, evidenciando melhorias na maturidade e no ambiente de controlo, bem como um empenho crescente na consolidação de uma cultura organizacional de conformidade, responsabilidade e gestão prudente do risco. Contudo, o reforço da estrutura de governo referente à agregação e reporte de dados, a resolução das deficiências de severidade elevada e muito elevada e o acompanhamento do processo de implementação do novo Sistema Core Bancário constituem prioridades críticas para assegurar a sustentabilidade e robustez futura do modelo de controlo interno e do sistema de governo da Instituição.*

#### 5. Do Conselho Fiscal

*Com base na atividade desenvolvida e asserções obtidas, e ponderados os eventuais impactos atuais ou potenciais das deficiências detetadas pelos diferentes intervenientes no sistema, e que se mantém em aberto, é nossa opinião que a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno em vigor na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA, (Caixa ou CEMAH) com referência à data de 30 de setembro de 2025, embora apresentem fragilidades que exigem particular atenção e monitorização, nomeadamente ao nível dos Sistemas de Informação e Gestão de Riscos, são adequados e eficazes, de acordo e no cumprimento das disposições do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, promovendo uma gestão sã e prudente da CEMAH.*

## OUTROS RESULTADOS E CONCLUSÕES

### Qualidade do desempenho e adequada independência das Funções de Controlo Interno

*(alínea s) do n.º 1 do Art.º 27, alínea p) do n.º 1 do artigo 28.º e alínea d) no n.º 1 do Artigo 32.º, todas do Aviso nº3/2020 do Banco de Portugal)*

6. Cada um dos responsáveis pelas Funções de controlo, Gestão de Risco, Conformidade e Auditoria Interna atestou que, *no período de referência, não foram sentidas quaisquer situações ou constrangimentos que tenham comprometido ou que pudessem vir a comprometer materialmente a independência da Função ou dos seus elementos, a serem sujeitos a comunicação imediata ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.*

7. Relativamente a estas matérias o Conselho Fiscal concluiu ainda que não foi identificada a existência de quaisquer situações ou constrangimentos que comprometam ou possam vir a comprometer a atuação e independência das Funções de Controlo Interno. Adicionalmente, é opinião que as mesmas desempenharam com qualidade e adequada independência as Funções de Controlo Interno de sua responsabilidade, nos termos da cultura organizacional e Sistemas de Governo e de Controlo Interno em vigor na CEMAH e de acordo com o disposto no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

### Práticas e políticas remuneratórias

7. É entendimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e das Funções de Controlo Interno que quanto a políticas e práticas remuneratórias, verifica-se um alinhamento das mesmas com o perfil e a política de risco da CEMAH, não incentivando as mesmas a assunção excessiva de risco, nem criando obstáculos à persecução da estratégia da CEMAH.

### Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC)

8. O Órgão de Fiscalização recorreu ao apoio do Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC), o qual no âmbito dos trabalhos adicionais contratados, relativos ao presente processo de relato ao Banco de Portugal, e com enfoque direto no Controlo Interno, nos termos previstos no número 3 do artigo 56º do Aviso 3/2020, e dando por cumprido o referido no número 7 do referido artigo, emitiu relatório detalhado que foi, na generalidade dos procedimentos executados e respetivas conclusões, discutido com os serviços e áreas de controlo da CEMAH e levado em boa consideração pela CEMAH. O Revisor Oficial de Contas relatou ainda que no decurso do seu exame não identificou deficiências significativas relacionadas com os procedimentos de Controlo Interno da CEMAH nem com a fiabilidade dos processos de preparação de divulgação informação financeira e legal, prudencial e divulgações ao público

### Balanço das medidas definidas no período para corrigir as deficiências detetadas

(alínea d) do número 1 do artigo 56.º do Aviso 3/2020)

9. À data de referência, 30 de setembro 2025, encontravam-se por endereçar 99 deficiências, sendo que destas 28 classificadas com impacto elevado (F3) e muito elevado (F4). Conforme se apresenta:

Deficiência aberta faz:	Impacto	Impacto	Impacto	Impacto Muito	Total
	reduzido F1	Moderado F2	Elevado F3	Elevado F4	
<1 ano	12	50	24	2	88
entre 1 e 3 anos	2	5	2	0	9
>3 anos	0	2	0	0	2
	14	57	26	2	99

10. Assim, registava-se um aumento significativo do número de deficiências classificadas com impacto elevado (F3) e muito elevada (F4), passando as mesmas de 5 em 2024 para 28 em 2025, sendo duas delas de impacto muito elevado (F4). De salientar, no entanto, que das deficiências identificadas de impacto elevado e muito elevado (F3 e F4), 65% derivam da auditoria BCBS 239 (*Basel Committee on Banking Supervision's standard 239 - Principles for effective risk data aggregation and risk reporting*), realizada conforme previsto nos artigos 29.º e 30.º do Aviso 3/2020 e concluída em setembro de 2025. Tendo em vista a resolução das deficiências relativas a esta auditoria a CEMAH está a desenvolver um plano de ação abrangente, embora não seja exepetável a sua resolução no curto prazo.

11. Relativamente a esta temática salienta-se que das deficiências relativas a todas as categorias de risco (F1, F2, F3 e F4 conforme classificação prevista no Anexo II da Instrução 18/2020 do Banco de Portugal) detetadas no período, ou em aberto dos anos anteriores, 101 (103 no ano anterior) foram resolvidas. Adicionalmente, refere-se que, 99 deficiências (61 no ano anterior) encontravam-se por endereçar, sendo que destas, 18 (30 no ano anterior) apresentavam atraso na resolução face às datas de resolução

inicialmente previstas (5/F1; 9/F2 e 4/F3). Esta evolução na resolução tempestiva das deficiências é significativa, especialmente se retirarmos o efeito das identificadas na auditoria BCBS 239, concluída em setembro de 2025.

#### **Novo CORE bancário**

12. É expectativa que resolvidas as vicissitudes que tem vindo a atrasar sucessivamente a entrada em funcionamento do novo *CORE (Centralized Online Real-time Environment)* bancário, poderá vir a facilitar a resolução de parte significativa das deficiências associadas aos Sistemas de Informação, dados os benefícios significativos expectáveis ao nível da eficiência operacional, integração tecnológica e qualidade do Sistema de Governo e Controlo Interno.

#### **Fiabilidade dos processos de preparação de divulgação de informação incluindo financeira e legal, prudencial e ao público**

13. Com base nos procedimentos efetuados e na prova obtida, foi entendimento que os reportes prudenciais, financeiros e outros foram preparados com base em processos contabilísticos e de controlo interno fiáveis e adequados, e que cumpriram, em todos os aspetos materiais, os requisitos legais e regulamentares. Incorreções e falhas eventualmente detetadas são prontamente corrigidas.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CONTROLO INTERNO**

14. De referir ainda que nos termos da Lei e dos Regulamentos, o Sistema de Controlo Interno deve ser adequado à dimensão, natureza e complexidade da atividade, à magnitude dos riscos assumidos ou a assumir, bem como ao grau de centralização e delegação de autoridade estabelecido nas instituições. No caso presente, o Conselho Fiscal realça a reduzida dimensão da CEMAH, enquanto instituição de crédito, e o risco, relativamente baixo, das operações efetuadas pela instituição.

15. Finalmente salienta-se que tendo em conta a normal dinâmica de qualquer Sistema de Controlo Interno, as conclusões apresentadas sem um adequado grau de ceticismo não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção, para períodos futuros, sobre o grau de implementação do referido sistema, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao Sistema de Controlo Interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Angra do Heroísmo, 23 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Tiago Vaz Pinto  
Cyrne de Castro**  
Num. de Identificação: 05513893

*Tiago Cyrne de Castro*  
*Presidente*

Assinado por: **Paula Cristina  
Fagundes de Sousa Teixeira**

*Paula Teixeira*  
*Vogal*

Assinado por: **João Guilherme  
Melo de Oliveira**

*João Oliveira*  
*Vogal*



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### *Relatório e Contas 2025*

*Senhores Acionistas,*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2025 a atividade da **Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, SA**, (CEMAH).

## RELATÓRIO

### *Trabalho desenvolvido*

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais, vimos pelo presente relatar que, no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal:

- Efetuou reuniões de trabalho semanais;
- Reuniu regularmente com o Conselho de Administração;
- Reuniu e desafiou regular e sistematicamente os responsáveis pelas diferentes áreas e Direções da Instituição e em particular os responsáveis pelas funções de controlo (Conformidade, Risco e Auditoria Interna);
- Monitorizou as ações desenvolvidas por aquelas funções de controlo;
- Acompanhou as avaliações, vicissitudes e sua resolução, associadas ao controlo interno;
- Analisou a generalidade dos planos, relatórios, políticas e documentação relevante emitida pela CEMAH;
- Emitiu pareceres no âmbito das suas competências legais e estatutárias.
- Apreciou os relatórios sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno (Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal);
- Analisou os relatórios de imparidade e acompanhou a evolução, risco e eventual imparidade dos ativos financeiros;
- Acompanhou a evolução das responsabilidades com pensões de reforma e sua cobertura;
- Examinou regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação de suporte;
- Constatou a observância da lei e dos estatutos;
- Acompanhou a atividade e reuniu regularmente com a área comercial;
- Obteve do Conselho de Administração, da Gestão de Topo e do Revisor Oficial de Contas os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.
- Apreciou e considerou o relatório que nos foi dirigido pelo auditor, o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, datado de 20 de março de 2026, em cumprimento do disposto no

artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

- Reuniu regularmente com o Revisor Oficial de Contas para acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria e para fiscalização e monitorização daquela função;
- Aferiu e concluiu sobre a integridade e independência do referido Revisor Oficial de Contas e sua equipa de trabalho.

### ***Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras***

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício, para que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado das suas operações, as alterações no Capital Próprio e os Fluxos de Caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum Sistema de Controlo Interno que garanta a eficiente condução da atividade e sua aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, é da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de apreciar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão (Relatório de Contas), em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e supervisionar o processo de preparação e divulgação da referida informação financeira e dar parecer sobre a mesma.

### ***Nota final***

O Conselho Fiscal aproveita ainda a oportunidade para expressar o seu agradecimento aos Srs. Acionistas, ao Conselho de Administração, Gestão de Topo e demais colaboradores da CEMAH e ao Revisor Oficial de Contas, por todo o apoio que prestaram ao Conselho Fiscal no exercício das nossas funções, o que muito facilitou os trabalhos.

### **PARECER**

Nos termos do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o Relatório e Contas da CEMAH, nomeadamente:

- Procedemos ao acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos e respetivas conclusões obtidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2025, com as quais concordamos.

- Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciamos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório (Relatório de Gestão) e Contas (Demonstrações Financeiras).
- Entendemos que o Balanço, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CEMAH e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

*Assim, somos de parecer:*

1º - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações nos capitais próprios, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2025.

2º - Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Angra do Heroísmo, 23 de março de 2026

### **O CONSELHO FISCAL**

Assinado por: **Tiago Vaz Pinto  
Cyrne de Castro**  
Num. de Identificação: 05513893

*Tiago Cyrne de Castro*  
*Presidente*

Assinado por: **Paula Cristina  
Fagundes de Sousa Teixeira**

*Paula Teixeira*  
*Vogal*

Assinado por: **João Guilherme  
Melo de Oliveira**

*João Oliveira*  
*Vogal*



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (“Caixa” ou “CEMAH”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 563.616 m.euros e um total de capital próprio de 43.239 m.euros, incluindo um resultado líquido de 3.700 m.euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Caixa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00  
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa  
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 3 i), 6.5 e 6.11)</p> <p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e as provisões para garantias e outros compromissos (“perdas por imparidade para risco de crédito”) registadas no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2025 ascendem a 7.323 m.euros e a 65 m.euros, respetivamente.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual às quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual.</p> <p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para a sua carteira de crédito.</li> <li>• Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, a qual incluiu exposições que apresentavam características indicativas de maior risco bem como exposições selecionadas aleatoriamente.</li> <li>• Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade para risco de crédito registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos.</li> <li>• Ao nível da imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pela Caixa; (ii) análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva; e (iii) validação numa base de amostragem dos inputs utilizados no apuramento dos principais parâmetros de risco e do valor dos colaterais considerados na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.</li> </ul>

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>
<p>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 3 i), 6.5 e 6.11)</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente características das operações, classificação das exposições creditícias em stages, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e de indícios de imparidade, valor dos colaterais e parâmetros de risco, tais como a probabilidade de incumprimento e taxas de perda em caso de incumprimento (loss given default).</p> <p>Diferentes metodologias ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação da imparidade.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras da Caixa, as perdas por imparidade para risco de crédito foram identificadas como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise da razoabilidade dos critérios definidos pela Caixa para identificação de situações de aumento significativo de risco de crédito e de indícios de imparidade, e validação, numa base de amostragem, da aplicação dos referidos critérios e do nível de stage atribuído.</li><li>• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</li></ul>

PA

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Caixa, não identificámos incorreções materiais.

PA

## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de março de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021. Fomos nomeados pela última vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2025 para um mandato compreendido entre 2025 e 2027.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Caixa nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Caixa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 20 de março de 2026



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC  
Registo na OROC n.º 1610  
Registo na CMVM n.º 20161220



